BAUMER S.A.

BAUMER S.A.

CNPJ nº 61.374.161/0001-30

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - EM MILHARES DE REAIS

Relatório da Diretoria: **Senhores Acionistas:** Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à Sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Baumer S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes. **a.** O lucro operacional foi de R$ 13,9 milhões, representando 11,04% do faturamento bruto e 12,38% sobre o patrimônio inicial de R$ 112,2 milhões. O resultado da equivalência patrimonial positiva foi de R$ 3.246 mil, totalizando R$ 17,1 milhões de lucro total. **b.** O lucro líquido por lote de 1.000 (MIL) ações foi de R$ 1.417,36. **c.** Foram feitos investimentos da ordem de R$ 4,2 milhões na aquisição de máquinas e equipamentos industriais. **d.** O engajamento dos funcionários é fator relevante para a manutenção do bom desempenho do nosso modelo de negócio. Entendemos que quanto mais os funcionários estiverem aderentes e alinhados à cultura e às diretrizes da companhia, mais qualificadas serão as entregas e, consequentemente, mais consistentes serão os resultados. **e.** A Baumer continua implementando medidas com o objetivo de tornar sua estrutura mais leve e sua forma de planejar e produzir ainda mais ágil, para responder rapidamente às necessidades/demanda dos clientes interno e externo. **f.** Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento alcançaram R$ 5,7 milhões que correspondeu a 5,13% da nossa receita liquida, evidenciando a preocupação constante com a inovação e desenvolvimento de novos produtos. **g.** A Baumer S.A. preza por seu compromisso na adoção de uma postura e ações éticas que contribuem para o desenvolvimento econômico de forma consoante com a qualidade de vida de seus clientes interno e externos, criando novos produtos, inovando em suas ações e sempre priorizando a qualidade e o respeito ao meio ambiente como valores essenciais de sua marca. **h.** Atendendo ao disposto na Instrução C.V.M. nº 381 informamos que a Baumer S.A. e empresas controladas, não incorreram em outros gastos com Holder Auditores Independentes S/S - EPP, além dos serviços de auditoria para exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **i.** Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, fornecedores, representantes, acionistas, instituições financeiras e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como a dedicação, o comprometimento e o esforço de nossas equipes pela dedicação e profissionalismo em superar as metas e desafios estabelecidos. Mogi Mirim, 30 de março de 2022

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Disponibilidade	4	12.592	16.453	12.982	16.866
Aplicações financeiras	4	23.386	10.150	31.010	14.765
Contas a receber de clientes, líquido	5	41.084	34.012	36.127	33.062
Estoques	6	36.246	34.291	50.086	49.693
Impostos a recuperar		20.429	9.237	20.926	9.759
Outras contas a receber		4.870	3.852	5.099	4.027
Dividendos a receber		4.519	1.243	284	548
Despesas antecipadas		992	966	1.036	1.233
Total do Circulante		144.118	110.204	157.550	129.953
Não Circulante					
Realizável a longo prazo		32.941	43.431	35.922	49.317
Empresas relacionadas	14	10.599	18.009	13.153	21.964
Outros créditos		22.342	25.422	22.769	27.353
Ativo permanente		41.534	42.573	34.659	35.261
Investimentos, líquido	7	17.877	18.498	3.436	3.436
Imobilizado, líquido	8	22.247	22.651	29.811	30.396
Intangível, líquido	8	1.410	1.424	1.412	1.429
Total Não Circulante		74.475	86.004	70.581	84.578
Total do Ativo		218.593	196.208	228.131	214.531

Passivo	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	6.112	5.296	6.199	6.378
Fornecedores	9	8.832	8.596	9.068	9.562
Impostos e contribuições sociais		1.216	2.608	1.511	2.817
Salários e encargos sociais		2.019	1.862	2.396	2.175
Empresas relacionadas		373	406	0	1.861
Dividendos e juros s/capital próprio		3.964	4.825	2.747	6.307
Contas a pagar e outras provisões		32.970	30.343	36.885	33.444
Imposto de renda e contribuições sociais		–	647	305	928
Total do Circulante		55.486	54.583	59.111	63.472
Não Circulante					
Passivo exigível a longo prazo		36.209	29.403	37.297	29.808
Empréstimos e financiamentos	10	14.309	12.227	15.392	12.331
Impostos e contribuições sociais diferidos		1.867	1.867	1.868	1.868
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas		19.014	14.401	19.014	14.701
Outras contas a pagar	24	1.019	908	1.023	908
Total do Não Circulante		36.209	29.403	37.297	29.808
Patrimônio Líquido					
Capital Social	11	41.000	41.000	41.000	41.000
Reserva de Capital		212	212	212	212
Reservas de Lucros	12	81.990	67.314	85.314	68.171
Ajuste de avaliação Patrimonial		3.696	3.696	3.696	3.696
Patrimônio liquido atribuível aos controladores		126.898	112.222	130.222	113.079
Participação dos acionistas não controladores				1.501	8.172
Total do Patrimônio Líquido		126.898	112.222	131.723	121.251
Total do Passivo		218.593	196.208	228.131	214.531

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita Operacional Bruta					
Vendas e serviços	20	125.774	157.801	151.814	186.537
Impostos incidentes sobre vendas		(15.219)	(21.857)	(17.994)	(23.564)
Receita Operacional Líquida	16	110.555	135.944	133.820	162.973
Custos dos produtos e serviços vendidos		(53.378)	(71.764)	(58.660)	(81.435)
Lucro Bruto		57.177	64.180	75.160	81.538
Receitas (Despesas) Operacionais					
Comerciais	19	(19.794)	(24.779)	(29.384)	(32.373)
Administrativas	19	(21.088)	(18.672)	(27.088)	(25.628)
Pesquisa e desenvolvimento	19	(5.674)	(4.386)	(5.674)	(4.386)
Tributária	19	(5.651)	–	(5.665)	(58)
Resultado de participação societária		3.246	3.356	(363)	210
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	7.367	(1.938)	4.886	(2.033)
Total das despesas operacionais		(41.594)	(46.419)	(63.288)	(64.268)
Receitas (Despesas) Financeiras					
Receitas financeiras	17	16.169	16.851	16.520	17.173
Despesas financeiras	17	(12.546)	(13.624)	(12.816)	(13.865)
Despesas de variação cambial		–	–	(2.147)	648
Total das despesas financeiras		3.623	3.227	1.557	3.956
Lucro Operacional		19.206	20.988	13.429	21.226
Imposto de renda e contribuição social		(2.070)	(3.670)	(3.297)	(4.795)
Lucro Líquido antes das Participações		17.136	17.318	10.132	16.431
Lucro atribuído aos acionistas não controladores		–	–	–	–
Lucro Líquido do Exercício	13	17.136	17.318	10.132	16.431
Lucro líquido atribuível às ações preferenciais		8.568	8.659	5.066	8.216
Lucro líquido atribuível às ações ordinárias		8.568	8.659	5.066	8.216
Lucro por ações					
Preferenciais		1,75	1,77	1,03	1,68
Ordinárias		1,75	1,77	1,03	1,68
Quantidade de ações (mil)					
Preferenciais		4.900.000	4.900.000	4.900.000	4.900.000
Ordinárias		4.900.000	4.900.000	4.900.000	4.900.000

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
1 - Receitas	140.572	155.057	166.280	183.811
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	125.774	157.801	151.814	186.537
1.2 - Outras receitas	15.917	1.222	16.082	1.317
1.3 - Provisão p/devedores duvidosos - reversão/constituição	(1.119)	(3.966)	(1.616)	(4.043)
2 - Custos/Despesas	82.744	99.125	92.962	113.711
2.1 - Materias-primas consumidas	33.452	52.533	36.105	62.069
2.2 - Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	21.881	21.754	22.668	22.410
2.3 - Perdas/Recuperação de valores ativos	7.767	2.119	10.413	2.310
2.4 - Serviços técnicos	7.401	6.644	9.043	8.105
2.5 - Comissão s/vendas	7.857	10.787	8.570	11.565
2.6 - Transportes e viagens	3.463	4.045	4.575	5.361
2.7 - Comunicação, propaganda, publicidade e publicações	923	1.243	1.588	1.891
2.8 - Outras(especificar)				
3 - Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	57.828	55.932	73.318	70.100
4 - Retenções	2.326	2.199	3.426	2.978
4.1 - Depreciações	2.326	2.199	3.426	2.978
5 - Valor Adicionado Líquido (3 - 4)	55.502	53.733	69.892	67.122
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	19.415	20.207	16.157	17.328
6.1 - Receitas financeiras	16.169	16.851	16.520	17.173
6.2 - Resultado de equivalência patrimonial	3.246	3.356	(363)	155
7 - Valor Adicionado Total (5 + 6)	74.917	73.940	86.049	84.450
8 - Distribuição do Valor Adicionado	74.917	73.940	86.049	84.450
8.1 - Pessoal e Encargos	29.546	27.452	37.364	35.180
8.1.1 - Remuneração direta	23.938	21.927	30.398	28.508
8.1.2 - Benefícios	4.053	4.052	4.957	4.958
8.1.3 - FGTS	1.555	1.473	2.009	1.714
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	14.136	14.557	21.775	18.366
8.2.1 - Federais	11.977	9.825	14.866	12.409
8.2.2 - Estaduais	1.878	4.483	6.441	5.487
8.2.3 - Municipal	281	249	468	470
8.3 - Remuneração de Capitais de Terceiros	14.099	14.613	16.777	14.474
8.3.1 - Juros	12.545	13.623	14.963	13.217
8.3.2 - Aluguéis	1.455	822	1.664	1.038
8.3.3 - Outros	99	168	150	219
8.4 - Remuneração de Capitais Próprios	17.136	17.318	10.133	16.430
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–
8.4.2 - Dividendos	2.460	3.669	2.460	3.669
8.4.3 - Lucros retidos/prejuízo do exercício	14.676	13.649	13.510	14.565
8.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	(5.837)	(1.804)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL - PERÍODO DE 01/JAN./2019 A 31/DEZ./2021

Contas Especificações	Capital Realizado Atualizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Retenção de Lucros	Reservas de Lucros: Lucros a Realizar	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31/dez./2019	15.000	212	3.574	73.239	4.496	3.695	–	100.216
Transações de Capital com os Sócios	26.000	–	–	(26.000)	–	–	–	–
Aumento de capital	26.000	–	–	(26.000)	–	–	–	–
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	17.318	17.318
Realização de Reservas	–	–	–	–	–	–	–	–
Destinações do Lucro Liquido	–	–	867	11.139	–	–	(17.318)	(5.312)
Reserva legal	–	–	867	–	–	–	(866)	1
Constituição reservas	–	–	–	8.723	–	–	(8.723)	–
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	4.059	–	–	(4.059)	–
Dividendos propostos exerc. anteriores	–	–	–	(1.643)	–	–	–	(1.643)
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	(3.670)	(3.670)
Saldos em 31/12/2020	41.000	212	4.441	58.378	4.496	3.695	–	112.222
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	17.136	17.136
Realização de Reservas	–	–	–	–	–	–	–	–
Destinações do Lucro Líquido	–	–	858	197	13.621	–	(17.136)	(2.460)
Reserva legal	–	–	858	–	–	–	(858)	–
Constituição reservas	–	–	–	9.830	–	–	(9.830)	–
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	3.988	–	(3.988)	–
Mutações do PL	–	–	–	(9.633)	9.633	–	–	–
Dividendos propostos exerc. anteriores	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	(2.460)	(2.460)
Saldos em 31/dez./2021	41.000	212	5.299	58.575	18.117	3.695	–	126.898

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIRETO

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido do exercício	17.136	17.318	10.132	16.431
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:	4.103	2.785	10.663	7.740
Depreciações e amortizações	2.326	2.200	4.608	3.320
Resultado das participações societárias	(4.565)	(3.976)	(956)	(775)
Baixa de imobilizado	73	621	949	621
Baixa de Investimentos	1.319	(41)	1.319	30
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	728	3.446	1.225	3.523
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos	–	–	(404)	488
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(391)	(520)	(391)	(520)
Reversão (constituição de provisão para contingências fiscais)	4.613	1.055	4.313	1.053
Ajuste devedores de exercícios anteriores	–	–	–	–
Caixa gerado nas operações	21.239	20.103	20.795	24.171
Variação nos Ativos Operacionais	(10.055)	5.036	(3.160)	2.154
Contas a receber de clientes	(7.408)	(6.561)	(9.200)	(8.657)
Contas a receber de partes relacionadas	7.376	(6.484)	10.153	(6.595)
Estoques	(1.955)	6.400	(106)	5.091
Imposto a recuperar	(11.191)	(710)	(11.166)	(646)
Outras contas a receber	2.033	1.893	3.708	2.167
Variação nos passivos operacionais				
Fornecedores	237	(844)	1.604	(1.373)
Contas a pagar de partes relacionadas	–	–	–	–
Salários e encargos sociais	157	141	221	40
Impostos e contribuições a recolher	(2.163)	2.927	(2.054)	2.869
Adiantamento de clientes	745	3.105	751	3.078
Outras contas a pagar	2.114	5.169	2.929	6.180
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	11.184	25.139	17.635	26.325
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebido de controlada	593	46	593	46
Adições em investimentos	–	(4.370)	–	(4.370)
Adições ao imobilizado	(1.980)	(3.314)	(4.810)	(5.552)
Venda de imobilizado	–	2.411	45	2.418
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(1.387)	(5.227)	(4.172)	(7.458)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Ingressos de financiamentos	13.183	8.453	13.430	9.198
Pagamento de financiamentos	(10.255)	(9.475)	(10.517)	(6.970)
Recebimento por empréstimos a longo prazo	(30)	(572)	831	(572)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(3.321)	(2.198)	(4.846)	(2.307)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	(423)	(3.792)	(1.102)	(651)
Fluxo de Caixa Líquido	9.374	16.120	12.361	18.216
Disponibilidades e Aplicações Financeiras - Início do Período	26.603	10.483	31.631	13.415
Disponibilidades e Aplicações Financeiras - Fim do Período	35.977	26.603	43.992	31.631
Informações adicionais				
Pagamento de IR e CS	–	647	305	928

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

Nota 1. Informações sobre a Companhia: A Baumer S.A. ("Companhia") e suas controladas atuam no desenvolvimento, industrialização, comércio, produção, importação, exportação e assistência técnica em produtos para hospitais e indústrias relacionados à área da saúde e para cirurgias de ortopedia e odontologia, operando no país e no exterior. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada no estado de São Paulo. Desde sua fundação em julho de 1952 a Baumer nunca parou. Cresceu e se desenvolveu em ritmo acelerado. Incorporou tecnologias, empresas, produtos, conceitos e ideias. Tudo para garantir a precisão na linha de produção e manter a liderança no mercado de implantes ortopédicos do Brasil, além de uma posição de destaque em outros segmentos do mercado em que atua como esterilização, lavanderia, centro cirúrgico, tratamento de água e tratamento de resíduos sólidos de saúde. **Nota 2. Base de Preparação e Principais Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras, individual e consolidada, foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conjunto com as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes, e compostas pelas demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas. São eliminados todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que ela opera, sendo que quando a moeda for diferente da moeda de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R$) na data das demonstrações financeiras. **2.3. Caixa e equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. (Nota 4) **2.4. Contas a receber de Clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades, demonstrados a valores presente e de realização. A estimativa de perdas de clientes é calculada com base em análise de risco dos créditos, que considera o percentual de duplicatas a vencer e vencidas, a liquidez de mercado e o nível de crédito, sendo suficiente para cobrir perdas sobre os valores a receber. (Nota 5). **2.5. Estoques:** Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de produção ou aquisição considerando o valor presente, quando aplicável. A Companhia e suas controladas custeiam seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. As provisões de estoques para: (i) realização; (ii) baixa rotatividade; e (iii) estoques obsoletos, são constituídas de acordo com as políticas da Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. (Nota 6). **2.6. Investimentos:** São contabilizados pelo método de equivalência patrimonial a partir da data da aquisição do controle acionário e/ou em cuja participação a Companhia tenha influência nas decisões de sua investida. Desta forma a participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua controlada, após a aquisição, é reconhecida na demonstração do resultado tendo como contrapartida o custo do investimento. As movimentações acumuladas pós-aquisição são ajustadas contra o custo do investimento. Ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados na participação da Companhia. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **2.7. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessária. (Nota 8). A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Em atendimento à Deliberação CVM nº 527 de 01 de novembro de 2007, que aprova o pronunciamento Técnico CPC 01, o imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis. **2.8. Intangíveis:** Referem-se a licenças adquiridas de programas de computador que são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Gastos com atividades de pesquisa, desenvolvimentos e inovação realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento, entendimento científico ou tecnológico e em atendimento a projetos de produtos customizados, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **2.9. Empréstimos e Financiamentos:** São reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e acrescidos dos encargos, juros e variação monetária, conforme previsto contratualmente e incorridos até as datas dos balanços (vide nota explicativa 10). Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida no resultado do exercício durante o período em que o empréstimo esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Dessa forma, o saldo a pagar de empréstimos na data do balanço está próximo ao valor justo. **2.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e as suas controladas têm a obrigação presente como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente, observadas as suas naturezas e fundamentadas por opinião de assessores legais. **2.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Os encargos de imposto de renda sobre o lucro real e de contribuição social foram apurados em conformidade com a legislação vigente. **2.12. Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem benefícios de curto prazo, tais como salários, e contribuições para previdência social, participações nos lucros e gratificações e benefícios não monetários, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização. **2.13. Participação nos Resultados:** A Companhia e suas controladas provisionam a participação nos resultados para os colaboradores e administradores com base em programas que estabelecem metas operacionais anualmente, e são aprovadas pelo Conselho de Administração. O montante da participação é reconhecido no resultado do período de acordo com o atingimento das metas. **2.14. Julgamentos, Estimativas e Premissas contábeis significativas:** Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, nos registros das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações contábeis, envolvendo experiência em previsão de evento futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicáveis. **2.15. Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Companhia. **2.16. Apuração do Resultado e critério de reconhecimento de Receias de Vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. As receitas de venda são atualmente reconhecidas quando os produtos são entregues ao cliente e a obrigação de desempenho é cumprida. **2.17. Instrumentos Financeiros:** Ativos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. **a) Ativos financeiros a custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado. **c) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. **d) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros:** A Companhia mensura as perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. **e) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. - Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **2.18. Demonstração do Valor Adicionado:** A Companhia e suas controladas elaboram as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), conforme requerido pela legislação brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas. **2.19. Arrendamentos:** Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. A Companhia não teve impactos significativos com a nova norma do CPC 06 (IFRS 16), em virtude de não ter arrendamentos que possuem tal característica. **2.20. Novos pronunciamentos em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021:** Em 2021 foram emitidas as seguintes revisões de Pronunciamentos Contábeis, já vigentes para o exercício de 2021. a) Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 17/2021: Alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da Reforma da Taxa de Juros de Referência. b) Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 18/2021: Alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), referentes a benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamentos que vão além de 30 de junho de 2021. As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, não havendo impactos nas Demonstrações Financeiras. c) A Administração vem acompanhando os pronunciamentos que já foram emitidos, porém terão vigência somente a partir de 1º de janeiro de 2022 e concluiu que não deverá trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.21. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **Nota 3. Estimativas Contábeis:** As demonstrações financeiras incluem a utilização de estimativas que levaram em consideração avaliações e julgamentos da Administração, experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, além de outros fatores objetivos e subjetivos. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são: a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; b) revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações; c) análise da recuperabilidade de ativos intangíveis; d) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e) compromissos com plano de benefícios de colaboradores; f) imposto de renda e contribuição social diferidos; e g) provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas são revisadas periodicamente. **Nota 3.1 Exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS - em R$ Mil:** Após o julgamento dos embargos de declaração e modulação pelo STF realizado em 13 de maio de 2021, a Companhia considerou ter elementos suficientes para o reconhecimento do ativo em contrapartida nas outras receitas no valor total de R$ 11.722.994,69.

Nota 4. Caixa e Equivalência de Caixa:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e bancos	12.592	16.453	12.982	16.866
Aplicações moeda nacional	23.386	10.150	31.010	14.765
Total	35.978	26.603	43.992	31.631

Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **Nota 5. Contas a Receber de Clientes:**

Clientes: Nota 3 - item c	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidada 2021	Consolidada 2020
Nacionais	27.104	25.181	34.403	31.957
Estrangeiros	18.140	12.634	5.913	4.973
Total de clientes	45.244	37.815	40.316	36.930
PCLD	(4.161)	(3.803)	(4.189)	(3.868)
Contas a receber de clientes, líquido	41.083	34.012	36.127	33.062
Vencidos	27.446	24.332	31.586	19.386
0 a 30 dias	4.716	2.634	5.826	3.633
31 a 60 dias	1.353	865	2.552	1.371
61 a 90 dias	460	920	950	1.289
91 a 120 dias	1.007	382	1.071	535
121 a 150 dias	407	373	427	399
151 a 180 dias	348	1.913	375	2.054
Acima de 181 dias	19.155	17.245	20.385	10.105
A Vencer	17.798	13.483	8.730	17.544
Total da Carteira	45.244	37.815	40.316	36.930

Nota 5: Movimento da PECLD	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidada 31/12/2021	Consolidada 31/12/2020
Saldo Inicial	(3.803)	(1.539)	(3.869)	(1.592)
Constituição de perdas - (a)	(407)	(10.649)	(905)	(10.666)
Revesão - (b)	49	8.385	585	8.389
Saldo Final	(4.161)	(3.803)	(4.189)	(3.869)

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Empresa adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. A estimativa para risco de crédito foi calculada com base na análise de riscos de créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem. A controladora e as controladas não adquiriram em 2021 e 2020 ativos financeiros ou não financeiros por meio de posse de garantias.

Nota 6. Estoques:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Produtos acabados	13.731	11.987	27.522	27.320
Produtos em processo	14.624	12.761	14.624	12.761
Mercadorias/materiais/componentes	7.891	9.543	7.940	9.612
Total	36.246	34.291	50.086	49.693

Os saldos de estoques, controladora e consolidada, em 31 de dezembro de 2021, estão líquidos da provisão para perdas em estoque relativo a estoques obsoletos.

Nota 7. Investimentos:

Investimentos	País	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Participação no Capital Social 31/12/21	Participação no Capital Social 31/12/20	Resultado de Participação Societária 31/12/21	Resultado de Participação Societária 31/12/20	Valor Patrimonial dos Investimentos 31/12/21	Valor Patrimonial dos Investimentos 31/12/20
Com. Imp. Erecta Ltda.		8.357	1.980	41,85	41,85	839	940	3.367	2.875
Hospitalar Sul Ltda.		4.434	–	95,00	95,00	–	–	4.213	4.213
Sterium - Serv. Esterilização Ltda.		2.948	(885)	65,00	65,00	(16	(83	1.916	1.932
Medixx Com. Serv. p/Saúde	Brasil	7.156	4.503	88,00	88,00	3.742	3.119	6.223	6.001
Waldsea Investments S.A.	Uruguai	4.490	–	100,00	100,00	–	–	4.490	4.490
A. M. Internacional S.A.	Chile	(5.978)	(7.826)	7,75	7,75	(1.319)	(621)	(2.333)	(1.013)
Total		–	–	–	–	3.246	3.355	17.876	18.498

(*) Equivalência Patrimonial ajustada pelos lucros não realizados em transações entre partes relacionadas.

Nota 8. Imobilizado:

	Controladora 31/dez./2021	Controladora 31/dez./2020	Consolidado 31/dez/2021	Consolidado 31/dez/2020
Terrenos	3.227	3.227	3.227	3.227
Edifícios/instalações	12.110	12.110	14.386	14.339
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	18.768	18.475	23.969	23.450
Veículos	2.255	2.259	3.600	3.301
Intangíveis	3.120	3.050	3.578	3.207
Outras Imobilizações	7.054	6.576	11.330	10.365
(–) Depreciação acumulada	(22.877)	(21.622)	(28.867)	(26.064)
Total	23.657	24.075	31.223	31.368

Controladora

	Dez. 2020	Adição	Baixa	Transferência	Depreciação do período	Dez. 2020
Terreno	3.227	–	–	–	–	3.227
Edifício/Instalações	12.110	–	–	415	(415)	12.110
Máquinas e equip.	18.475	1.119	(59)	391	(1.157)	18.769
Móveis e utensílios	2.868	9	–	196	(143)	2.930
Computadores	1.990	352	–	144	(167)	2.319
Moldes, matrizes e protótipo	1.226	144	(24)	(7)	(45)	1.294
Veículos	2.259	212	–	20	(236)	2.255
Intangíveis	3.050	119	(8)	92	(133)	3.120
Outras Imobilizações	492	47	–	1	(30)	510
(–) Depreciação acumulada	(21.622)	–	–	(1.255)	–	(22.877)
Total Imobilizado	24.075	2.002	(91)	(3)	(2.326)	23.657

Consolidado

	Dez. 2018	Adição	Baixa	Transferência	Depreciação do período	Dez. 2020
Terreno	3.227	–	–	–	–	3.227
Edifício/Instalações	14.339	8	–	543	(504)	14.386
Máquinas e equip.	23.450	1.394	(86)	858	(1.646)	23.970
Móveis e utensílios	6.316	1.275	(3.567)	4.450	(1.654)	6.820
Computadores	2.331	408	(22)	228	(213)	2.732
Moldes, matrizes e protótipo	1.226	80	(8)	44	(48)	1.294
Veículos	3.301	779	(135)	32	(377)	3.600
Intangíveis	3.207	841	–	(305)	(166)	3.577
Outras imobilizações	492	48	–	(56)	–	484
(–) Depreciação acumulada	(26.064)	–	–	(2.803)	–	(28.867)
Total imobilizado	31.825	4.833	(3.818)	2.991	(4.608)	31.223

Nota 9. Fornecedores:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Mercado interno	7.499	8.043	7.736	9.008
Mercado externo	1.333	553	1.332	554
Total	8.832	8.596	9.068	9.562

Nota 10. Passivo não Circulante: a) Impostos e Contribuições Sociais: São demonstrados pelos valores atuais, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **b) Financiamentos:**

Controladora

Instituição Financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/12/21	31/12/20	Condições
Bancos Safra	Capital de giro	Aval/Recebíveis	Rotativo	1.176	–	Taxa 1,61336 a.a.
BNDS - PSI Inovação 2012	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/06/22	512	1.024	Jrs. anual 4,0%
Banco Brasil (GROB)	Ativo imobilizado	Aval/Recebíveis	15/01/24	182	182	Jrs. anual 3,5%
Banco BNDS	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/08/24	4.204	3.826	Jrs. anual 3,5%
Leasing Santander	Ativo imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	38	264	Jrs. anual 20,9192%
	Total circulante	–	–	6.112	5.296	
BNDS - PSI Inovação 2012	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/06/22	–	512	Jrs. anual 4,0%
Banco Brasil (GROB)	Ativo imobilizado	Aval/Recebíveis	15/01/24	196	379	Jrs. anual 3,5%
FINEP	Capital de giro	Aval/Recebíveis	30/06/33	7.000	–	TJLP + 0,563% a.a.
Banco BNDS	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/08/24	7.113	10.579	Jrs. anual 5,5% + TJLP
Mútuos	Ativo imobilizado	Aval/Recebíveis	15/08/18	–	720	Jrs. anual 8,09%
Leasing Bradesco	Ativo imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	–	32	Jrs. anual 14,843%
Leasing Santander	Ativo imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	–	5	Jrs. anual 20,9192%
	Total não circulante			14.309	12.227	
	Total Geral			20.421	17.523	

Consolidado

Instituição Financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/12/21	31/12/20	Condições
Bancos Safra	Capital de giro	Aval/Recebíveis	Rotativo	1.176	–	Taxa 1,61336 a.a.
BNDS - PSI Inovação 2012	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/06/22	512	1.024	Jrs. anual 4,0%
Banco Brasil (GROB)	Ativo imobilizado	Aval/Recebíveis	15/01/24	182	182	Jrs. anual 3,5%
Banco BNDS	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/08/24	4.204	3.826	Jrs. anual 3,5%
Banco de Chile	Capital de giro	Aval/Recebíveis	28/05/20	76	822	Jrs. anual 3,48%
Leasing Santander	Ativo imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	49	524	Jrs. anual 20,9192%
	Total circulante			6.199	6.378	
BNDS - PSI Inovação 2012	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/06/22	–	512	Jrs. anual 4,0%
Banco Brasil (GROB)	Ativo imobilizado	Aval/Recebíveis	15/01/24	196	379	Jrs. anual 3,5%
FINEP	Capital de giro	Aval/Recebíveis		7.000	–	
Banco BNDS	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/08/24	7.113	10.579	Jrs. anual 5,5% + TJLP
Mútuos	Ativo imobilizado	Aval/Recebíveis	15/08/18	–	720	Jrs. anual 9,5%
Finame Santander	Ativo imobilizado	Aval/Recebíveis	15/05/19	999	16	Jrs. anual 9,5%
Leasing Bradesco	Ativo imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	84	32	Jrs. anual 14,843%
Leasing Santander	Ativo imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	–	93	Jrs. anual 20,9192%
	Total não circulante			15.392	12.331	
	Total Geral			21.591	18.709	

No ano de 2021 a Baumer efetuou o pagamento de R$ 10,2 milhões para liquidação de empréstimo junto as instituições bancárias. A administração da Companhia está permanentemente empenhada na busca por fontes competitivas para o financiamento de suas operações. **c) Provisão para Contingências e Obrigações Legais:** A Companhia e suas controladas são partes em ações administrativas e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes das atividades normais de seus negócios. As respectivas provisões foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como "provável" tendo por base a estimativa de valor em risco determinada pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração da Companhia estima que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Natureza da Contingência	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Trabalhista (i)	1.837	1.625	1.837	1.625
Fiscal (ii)	1.622	1.557	1.622	1.557
Civil (iii)	15.555	11.219	15.555	11.219
Total	19.014	14.401	19.014	14.401

(ii) Refere-se a uma provisão decorrente auto de infração do ICMS onde o Estado alega que a Companhia se creditou indevidamente de algumas mercadorias. O processo ainda está na esfera administrativa e sendo analisado pelas partes. (iii) Ações indenizatórias cíveis. Banco Santos em decorrência da natureza do processo do banco Santos, a administração transferiu a dívida para contingências cíveis. As causas cuja estimativa está como possível não foram provisionadas nas demonstrações contábeis e são de natureza cível relacionadas às indenizações a terceiros. Atualmente a Administração não consegue informar de forma segura o cronograma de pagamento das provisões reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras. A limitação se deve aos processos serem relativamente recentes e ainda estarem em discussão nas esferas administrativas e/ou judiciais. **Nota 11. Capital Social:** O capital social está composto por 9.800.000 ações, sendo 4.900.000 ações ordinárias e 4.900.000 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações têm direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% para as ordinárias e 30% para as preferenciais sobre o lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, não podendo ser inferior ao dividendo prioritário de 6% do capital para as ações preferenciais. **Nota 12. Reserva de Lucros:** O montante de reservas de lucros, será utilizado para suprir a necessidade de capital de giro e possibilitar investimentos destinados ao aumento e à modernização da capacidade produtiva, à introdução de novos produtos, o investimento em controladas ou ainda, se necessário, para absorver o prejuízo do exercício. **Nota 13. Destinação dos Lucros Acumulados:** a) Em cumprimento às disposições do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a Diretoria propõe a constituição da reserva de Retenção de Lucros, considerando os seguintes valores obtidos da Legislação Societária:

Destinação dos Resultados	2021	2020
Lucro do Exercício	17.136	17.318
(–) Reserva legal	(858)	(866)
(–) Proposta de distribuição de dividendos	(2.460)	(3.670)
(–) Reserva de lucros a realizar	(3.988)	(4.059)
Saldo destinado as reservas de lucros	9.830	8.723

Nota 14. Transações entre Partes Relacionadas: a) Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, os quais foram realizados em condições normais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Controladas (*) - em R$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Hospitalar Sul Ltda.	8.522	333	127	8.728
Com. Imp. Erecta Ltda.	33	402	397	38
Sterium - Serv. Esterilização Ltda.	629	772	130	1.271
Condustil Consultoria S/A	8.812	78	8.890	–
A M Internacional S.A.	13	549	–	562
Total	18.009	2.134	9.544	10.599

* Representam contratos de mútuos com a controladora Baumer S.A.

Controladas (*) - em R$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Condustil Participações	157	32	65	124
Com. Imp. Erecta Ltda.	249	–	–	249
Total	406	32	65	373

b) A Remuneração da Administração deve ser fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da companhia. Desta forma, foi liberado na AGO realizada em 31 de julho de 2021 o montante de até 5% (cinco por cento) do faturamento líquido do exercício para os honorários anuais dos órgãos da administração, cabendo ao Presidente do Conselho proceder à distribuição. **Nota 15. Cobertura de Seguro:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A suficiência da cobertura de seguros é determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8BDE-A2A0-2330-73B2.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8BDE-A2A0-2330-73B2.

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 DA BAUMER S.A. (Em milhares de reais)

Nota 16. Receita Líquida:

Receita Operacional Bruta de Vendas	Controladora		Consolidado	
Receita de vendas de produtos	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	113.492	131.156	139.817	155.927
Mercado externo	14.365	29.594	14.636	31.852
Equipamentos e implantes	127.857	160.750	154.453	187.779
Deduções de vendas				
Devoluções de vendas	(2.083)	(2.949)	(2.083)	(2.949)
Impostos sobre as vendas	(15.219)	(21.857)	(18.550)	(21.857)
	(17.302)	(24.806)	(20.633)	(24.806)
Receita operacional líquida	**110.555**	**135.944**	**133.820**	**162.973**

Nota 17. Despesa por Natureza:

	Controladora		Consolidado	
Classificação por natureza	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Despesas com pessoal	(32.291)	(30.656)	(41.103)	(39.170)
Depreciação	(2.326)	(2.199)	(3.426)	(2.978)
Serviços com pessoa jurídica	(15.258)	(17.431)	(17.614)	(19.670)
Matéria-prima e material de uso e consumo	(38.223)	(55.722)	(41.280)	(65.656)
Fretes e carretos	(1.528)	(2.005)	(1.747)	(2.309)
Viagens e estadias	(1.717)	(1.781)	(2.610)	(2.793)
Outras despesas	(6.874)	(11.742)	(13.805)	(13.337)
Total Despesas	**(98.217)**	**(121.536)**	**(121.585)**	**(145.913)**

	Controladora		Consolidado	
Classificação por função	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Custo dos produtos e serviços vendidos	(53.377)	(71.763)	(58.660)	(81.435)
Despesas comerciais	(19.793)	(24.779)	(29.382)	(32.373)
Despesas administrativas	(18.765)	(16.914)	(24.766)	(23.871)
Honorários dos administradores	(2.323)	(1.757)	(2.323)	(1.757)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(5.674)	(4.386)	(5.674)	(4.386)
Despesas tributárias	(5.651)	–	(5.665)	(58)
Outras receitas e despesas operacionais	7.366	(1.937)	4.885	(2.033)
Total Despesas	**(98.217)**	**(121.536)**	**(121.585)**	**(145.913)**

Nota 18. Resultado Financeiro Líquido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Variações monetárias ativas	12.601	13.857	12.615	14.562
Juros recebidos	322	218	351	234
Receitas de aplicações financeiras	–	5	199	27
Outras receitas financeiras	3.246	2.771	3.355	3.017
Total das receitas financeiras	**16.169**	**16.851**	**16.520**	**17.840**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Juros Incorridos s/empréstimos	–	(672)	–	(739)
Juros de Mora	(1.569)	(194)	(1.636)	(231)
Variações monetárias passivas	(9.664)	(12.493)	(11.839)	(12.559)
Despesas bancárias	(112)	(122)	(270)	(184)
Outras despesas financeiras	(1.201)	(143)	(1.218)	(171)
Total das despesas financeiras	**(12.546)**	**(13.624)**	**(14.963)**	**(13.884)**
Resultado financeiro líquido	**3.623**	**3.227**	**1.557**	**3.956**

Nota 19. Instrumentos Financeiros e Riscos Operacionais: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para a manutenção do capital de giro e o suprimento do seu plano de investimentos. **Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras), do saldo a receber de clientes e do passivo circulante aproxima-se do saldo contábil em razão de o vencimento ocorrer em data próxima à do balanço. O saldo dos financiamentos é atualizado monetariamente com base em taxas de juros variáveis, em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor existente na data do balanço está próximo ao valor de mercado. **Gerenciamento de risco:** A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, riscos de liquidez, riscos de mercado e riscos relacionados à Companhia e suas operações. **Gerenciamento dos riscos de crédito:** A exposição aos riscos de crédito pode fazer a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A mitigação desses riscos ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de clientes, ações de cobrança e corte no fornecimento de novos produtos. Em caso de perdas com créditos de liquidação duvidosa, são constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com a realização. A Companhia não divulga os cronogramas para instrumentos financeiros derivativos passivos por não ter esse tipo de instrumento reconhecido nas demonstrações financeiras. **Nota 20. Benefícios a Empregados:** A sociedade concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, podendo a qualquer momento fazer a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia. **Remuneração dos Administradores:** A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Diretoria e Conselho de administração, inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

Descrição	Saldos em 31/12/2019	Saldos em 31/12/2020	Saldos em 31/12/2021
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores			
• Honorários	2.470.868,44	2.073.074,15	2.522.354,07
• Previdência privada	300.126,40	57.900,00	57.900,00
• Assistência médica	229.278,55	257.610,84	285.340,86
Benefícios pós-emprego	–	–	–
Outros benefícios de longo prazo	–	–	–
Benefícios de rescisão de contratos de trabalho	–	–	–
Remuneração baseado em ações	–	–	–

Descrição	Saldos em 31/12/2019	Saldos em 31/12/2020	Saldos em 31/12/2021
Total	3.000.273,39	2.388.584,99	2.865.594,93
Qtde. de pessoas	7	6	6

Nota 21. Segmentos Operacionais: A Companhia procedeu à segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração o modelo de gestão adotado pela Administração para gerenciamento do negócio. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

Bens de Consumo (Implantes)	**2020**	**A.V.**	**2.021**	**A.V.**	**A.H.**
Receita operacional bruta	36.304.196	100%	47.022.155	100%	30%
(–) Devolução de vendas	(898.120)	-2%	(1.037.889)	-2%	16%
(–) Impostos	(438.170)	-1%	(2.470.456)	-5%	464%
Receita operacional líquida	34.967.906	96%	43.513.810	93%	24%
(–) Custo das vendas	(19.818.507)	-55%	-19.086.206	-41%	-4%
Lucro bruto	15.149.399	42%	24.427.604	52%	61%

Bens de Capital (Equipamentos)	**2020**	**A.V.**	**2021**	**A.V.**	**A.H.**
Receita operacional bruta	124.446.414	100%	80.834.946	100%	-35%
(–) Devolução de vendas	(2.051.653)	-2%	(1.045.237)	-1%	-49%
(–) Impostos	(21.419.227)	-17%	(12.748.823)	-16%	-40%
Receita operacional líquida	100.975.534	81%	67.040.886	83%	-34%
(–) Custo das vendas	(50.403.065)	-41%	-33.571.671	-42%	-33%
Lucro bruto	50.572.469	41%	33.469.215	41%	-34%

Nota 22. Deliberação CVM nº 550: Determina que a Companhia divulgue todos os seus instrumentos financeiros derivativos reconhecidos ou não, como ativo ou passivo, em seu balanço patrimonial. A Companhia não possui operações alavancadas com derivativos de câmbios ou taxa de juros, inclusive operações com "duplo indexador" ou "target forward", ou que de outra forma possam significar posições especulativas. **Nota 23. Eventos Subsequentes:** Até a data da apresentação das referidas demonstrações financeiras, a Companhia não possui quaisquer eventos subsequentes que mereçam destaque em nota explicativa ou ajuste em seus balanços patrimoniais. **Nota 24. Aprovação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 30 de março de 2022.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Ruy Salvari Baumer - Presidente

Monica Salvari Baumer - Vice-Presidente
Maria Cristina Baumer Azevedo - Conselheira
Maria Eduarda Pessoa de Queiroz Baumer - Conselheira
João Carlos Corsini Gambôa - Conselheiro
Jorge Antonio Barbosa - Conselheiro
Lupercio Tiseo - Conselheiro

Mandato até 2023 - RCA de 31/08/2020

DIRETORIA EXECUTIVA

Ruy Salvari Baumer - Diretor-Presidente

Edson Aprigio Lopes de Mattos - Diretor
Breno Correa Farago Junior - Diretor
Lourdes Maria A. Quaresma de Camargo - Diretora
Jose Henrique Marques Camargo - Diretor
Monica Salvari Baumer - Diretora

Mandato até 2023 - RCA de 31/08/2020

AUDITORIA

Holder Auditores Independentes SS - EPP - CRC/2SP 034.257/O-4

RESPONSÁVEL

Marcos Barbosa Henrique - Contador - CRC 1SP 258.019/O-6

CONTADOR

Claudio José Machado de Almeida - CRC 1SP160003/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **BAUMER S.A. -** Mogi Mirim - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da **Baumer S.A.** (a "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BAUMER S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos na controladora e no consolidado representam 23% do total do passivo (Circulante e Não Circulante), sendo esses garantidos por avalistas e recebíveis. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria por sua representatividade, além da necessidade de manutenção dos adequados controles dos registros contábeis devido a possibilidades de erro na apuração dos saldos. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desse passivo incluíram, entre outros: (i) a correta apropriação dos encargos financeiros em contas de resultado e realização de exame da documentação suporte, incluindo a inspeção de contratos; (ii) a obtenção junto ao departamento financeiro de registros dos valores ali existentes e (iii) a solicitação de confirmação de saldo junto às instituições credoras. Adicionalmente, avaliamos a adequação da divulgação efetuada sobre esse assunto, incluída na nota explicativa nº 10 das demonstrações contábeis. **Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras • podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e suas controladas e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2022
Holder Auditores Independentes SS - EPP
CRC 2SP 034.257/O-4
Marcos Barbosa Henriques
CRC 1SP 258.019/O-6

GRUPO SBF S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 13.217.485/0001-11 - NIRE 3530039045-8

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de março de 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 28 de março de 2022, às 13:45 horas, na sede social da Grupo SBF S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, Edifício Birmann, nº 7.221, andares 1º, 2º e 3º, Pinheiros, CEP 05425-902, sendo permitida a participação por vídeo ou teleconferência. **2. Convocação e Presença:** Convocação regularmente realizada nos termos do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), tendo sido a reunião instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Participaram por meio de videoconferência os representantes do auditor independente da Companhia, KPMG Auditores Independentes, Srs. Guilherme Nunes e Fernando Rodrigues Nascimento. Participaram, ainda, o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Pedro de Souza Zemel, e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. José Luis Magalhães Salazar, para prestar os esclarecimentos que se fizessem necessários aos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Sebastião Vicente Bomfim Filho ("Presidente") e secretariada pelo Sr. João Henrique Braga Junqueira ("Secretário"). **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** apreciação e recomendação de aprovação, pelos acionistas em sede de assembleia geral da Companhia, do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e do relatório e parecer da KPMG Auditores Independentes; **(ii)** apreciação da proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 apresentada pela Diretoria, a qual será submetida à aprovação dos acionistas da Companhia em assembleia geral ordinária; **(iii)** convocação da assembleia geral ordinária e extraordinária, conforme calendário anual de eventos corporativos previamente divulgado; **(iv)** apreciação e deliberação, nos termos do artigo 18, xvi, do Estatuto Social da Companhia, sobre a outorga de garantia fidejussória na forma de fiança pela Companhia em garantia às obrigações a serem assumidas pela **SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.,** sociedade anônima, com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hugo D'Antola, nº 200, Bairro Lapa, CEP 05038-090, inscrita no CNPJ/ME sob nº 06.347.409/0001-65 ("SBF Comércio"), no âmbito da sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, no valor total de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente); e **(v)** autorização aos Diretores da Companhia, ou eventuais procuradores devidamente constituídos, para celebrar todos os instrumentos hábeis à Emissão e à formalização da fiança ora aprovada, assim como a tomar todas as medidas necessárias para efetivar a sua constituição, incluindo a definição e aprovação do teor dos documentos relacionados à constituição da fiança, bem como a publicação e o registro dos referidos documentos perante os órgão competentes e, se necessário, celebração de eventuais aditamentos que formalizem referida fiança. **5. Matérias da Ordem do Dia:** Instalada a presente reunião, após a apresentação, exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** após esclarecimentos prestados pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. José Luis Magalhães Salazar, bem como pelos representantes do auditor independente da Companhia, KPMG Auditores Independentes, Srs. Guilherme Nunes e Fernando Rodrigues Nascimento, apreciaram e recomendaram a aprovação, pelos acionistas em sede de assembleia geral da Companhia, do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando a retificação de determinado saldos e valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e do relatório e parecer da KPMG Auditores Independentes, conforme previamente aprovados em reunião do Comitê de Auditoria realizada em 24 de março de 2022; **5.2.** apreciaram a proposta da administração a respeito da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 apresentada pela Diretoria, a qual será submetida à aprovação dos acionistas da Companhia em assembleia geral ordinária. De acordo com a referida proposta, a administração recomendou que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 seja destinado da seguinte forma: **(i)** parte seja absorvida pelos prejuízos acumulados nos exercícios anteriores, **(ii)** parte seja destinada para a composição da reserva legal, **(iii)** parte seja destinada para a composição da reserva de incentivos fiscais, **(iv)** parte seja destinada para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, e **(v)** o saldo remanescente seja destinado para reservas estatutárias; **5.3.** autorizaram a convocação de assembleia geral ordinária e extraordinária de acionistas da Companhia para deliberar, em sede de assembleia geral ordinária, sobre **(i)** a tomada das contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório da administração e do relatório da KPMG Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando a retificação de determinado saldos e valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e **(ii)** a destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e, em sede de assembleia geral extraordinária, sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para atualizar o seu capital social, refletindo no mesmo os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado da Companhia ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **5.4.** aprovaram a outorga de garantia fidejussória na forma de fiança pela Companhia, em garantia ao fiel e pontual cumprimento das obrigações a serem assumidas pela SBF Comércio no âmbito da Emissão, conforme estabelecidas no "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.*" ("Escritura de Emissão"), obrigando-se como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais e acessórios decorrentes da Escritura de Emissão e/ou dos demais documentos da Emissão, nos quais constam todas as demais características e condições das obrigações assumidas pela SBF Comércio, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo agente fiduciário da Emissão ou pelos titulares das Debêntures em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes da Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão e suas posteriores alterações, acrescido da remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, inclusive, mas não limitando-se àquelas devidas ao agente fiduciário da Emissão, até o integral cumprimento de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão. Nos termos da Escritura de Emissão, a Emissão terá as seguintes características: **(i) Valor Total da Emissão:** R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão; **(ii) Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(iii) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures; **(iv) Valor Nominal Unitário:** R$ 1.000,00 (mil reais) na Primeira Data de Integralização; **(v) Data de Emissão:** a data de emissão das Debêntures será 29 de abril de 2022 ("Data de Emissão"); **(vi) Prazo de Vigência e Data de Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de abril de 2027 ou na data em que ocorrer o resgate decorrente da oferta de resgate antecipado ou o vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão; e **(vii) Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória representada pela fiança, nos termos do Artigo 58, da Lei das Sociedades por Ações. A fiança será outorgada pela Companhia com expressa renúncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e artigos 130 e 794, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada; e **5.5.** aprovaram a delegação de poderes aos Diretores da Companhia, ou eventuais procuradores devidamente constituídos, os quais ficam autorizados a celebrar, nos termos do artigo 18, xvi, do Estatuto Social da Companhia, todos os instrumentos hábeis à formalização da fiança aprovada no item **5.4** acima, assim como a tomar todas as medidas necessárias para efetivar a sua constituição, incluindo a definição e aprovação do teor dos documentos relacionados à constituição da fiança, bem como a publicação e o registro dos referidos documentos perante os órgãos competentes e, se necessário, celebração de eventuais aditamentos que formalizem referida fiança. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. **Mesa:** Presidente: Sr. Sebastião Vicente Bomfim Filho, Secretário: Sr. João Henrique Braga Junqueira. Conselheiros Presentes: **(i)** Sr. Sebastião Vicente Bomfim Filho, **(ii)** Sr. Caio Myrrha de Toledo Cesar, **(iii)** Sr. Márcio Luiz Simões Utsch, **(iv)** Sra. Larissa Furletti Bomfim, **(v)** Sr. João Henrique Braga Junqueira, **(vi)** Sr. Luiz Alberto Quinta, e **(vii)** Sr. German Pasquale Quiroga Vilardo. **Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio que fica arquivada na sede da Companhia.** São Paulo, 28 de março de 2022. **Mesa:** Sebastião Vicente Bomfim Filho - **Presidente;** João Henrique Braga Junqueira - **Secretário. JUCESP** sob o nº 184.224/22-6 em 11/04/2022. **Gisela Simiema Ceschin** - Secretária Geral.

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ/ME nº 06.347.409/0001-65 - NIRE 35.300.552.679

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de março de 2022

1. Data, Horário e Local: Em 30 de março de 2022, às 11:00 horas, na sede social da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hugo D'Antola, nº 200, Bairro Lapa, CEP 05038-090. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação exigidas no art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme se verifica as assinaturas apostas no "Livro de Presença dos Acionistas". **3. Mesa:** Presidida pelo Sr. Pedro de Souza Zemel ("Presidente") e secretariada pelo Sr. José Luís Magalhães Salazar ("Secretário"). **4. Ordem do Dia:** Nos termos do artigo 59, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, discutir e deliberar sobre: **(i)** a realização da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente), por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.*" ("Escritura de Emissão", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures ("Emissora"), o agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente), e a Grupo SBF S.A., sociedade anônima, com registro de capital aberto perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, Edifício Birmann, n° 7.221, andares 1°, 2° e 3°, Pinheiros, CEP 05425-902, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.217.485/0001-11 ("Garantidora"); **(ii)** a autorização à prática, pelos diretores, pelos representantes legais e/ou pelos procuradores da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à formalização da Emissão e da Oferta Restrita, inclusive, mas não se limitando **(a)** à contratação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para a realização da Oferta Restrita, sendo certo que uma delas também será a instituição intermediária líder ("Coordenador Líder" e, em conjunto com as demais instituições, "Coordenadores"), mediante a celebração de contrato de distribuição entre a Emissora, a Garantidora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"); **(b)** à contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao banco liquidante da Emissão, à instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, ao assessor legal, ao Agente Fiduciário, à agência de rating, entre outros, podendo, para tanto, negociar os termos e condições, assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os respectivos honorários; **(c)** à celebração da Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos; bem como **(d)** à celebração de todos os demais documentos e eventuais aditamentos, além da prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Restrita; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria, pelos representantes legais e/ou pelos procuradores da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta Restrita. **5. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, o Secretário esclareceu que a presente ata será lavrada na forma de sumário e pulicada com a omissão das assinaturas dos acionistas, conforme facultado pelo artigo 130, §§1º e 2º da Lei das Sociedades por Ações. Em seguida, após exame e discussões, os acionistas da Companhia deliberaram sobre os itens constantes da Ordem do Dia e decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar a Emissão e a Oferta Restrita, com as seguintes principais características e condições: **(i) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido); **(ii) Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(iii) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures; **(iv) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures, na Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido), será de R$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"); **(v) Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 29 de abril de 2022 ("Data de Emissão"); **(vi) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures:** as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela ou certificados. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme abaixo definido). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3") em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3; **(vii) Conversibilidade:** as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora; **(viii) Espécie:** nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória representada pela Fiança (conforme abaixo definido), nos termos da Escritura de Emissão; **(ix) Procedimento de *Bookbuilding:*** será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, para a verificação da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, observada a taxa máxima prevista na Escritura de Emissão ("Procedimento de *Bookbuilding*") e para definição, junto à Emissora da Remuneração; **(x) Destinação dos Recursos:** os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão integral e exclusivamente utilizados para gestão de ativos e passivos (*liability management)* e/ou despesas de capital (*capex*); **(xi) Atualização Monetária**: o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; **(xii) Remuneração:** sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), acrescida de *spread* ou sobretaxa a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até o final de cada Período de Capitalização (conforme definido na Escritura de Emissão), exclusive, de acordo com a fórmula constante na Escritura de Emissão; **(xiii) Pagamento da Remuneração:** as parcelas devidas da Remuneração serão pagas semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 29 dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 29 de outubro de 2022 e o último pagamento devido na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer uma Oferta de Resgate Antecipado, conforme abaixo definido, ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão, se for o caso), respectivamente (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração" e, em conjunto, as "Datas de Pagamento da Remuneração"), conforme indicado no cronograma de pagamentos da Escritura de Emissão; **(xiv) Prazo de Vigência e Data de Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de abril de 2027 ("Data de Vencimento"), ou na data em que ocorrer o resgate decorrente da Oferta de Resgate Antecipado ou o vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão, se for o caso; **(xv) Amortização:** a amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sempre no dia 29 de abril de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 29 de abril de 2025 e o último na Data de Vencimento, e/ou na data em que ocorrer uma Oferta de Resgate Antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão, se for o caso, nos termos do cronograma de pagamento abaixo: **Nº da parcela - Data de Amortização - Porcentagem de Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário:** 1ª - 29 de abril de 2025 - 33,3333%; 2ª - 29 de abril de 2026 - 50,0000%; 3ª - Data de Vencimento - 100,0000%. **(xvi) Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação dos Coordenadores nos termos do Contrato de Distribuição. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da B3 e o plano de distribuição da Oferta Restrita, o qual seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 e o disposto no Contrato de Distribuição, tendo como público-alvo os investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021 ("Investidores Profissionais" e "Resolução CVM 30", respectivamente); **(xvii) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** as Debêntures serão depositadas para: **(a)** distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da B3; **(b)** negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, também administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da B3; e **(c)** custódia eletrônica na B3. Não obstante, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 12 da Resolução CVM ("Investidores Qualificados"), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada data de subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, observado ainda o disposto no *caput* do artigo 15 da Instrução CVM 476 em relação à negociação das Debêntures entre Investidores Qualificados, bem como as exceções estabelecidas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 da Resolução CVM 30, conforme aplicáveis. O prazo de 90 (noventa) dias de restrição de negociação das Debêntures referido acima não será aplicável às instituições intermediárias para as Debêntures que tenham sido subscritas e integralizadas em razão do exercício da garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição, observado o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, desde que sejam observadas as seguintes condições: **(a)** o Investidor Profissional adquirente das Debêntures observe o prazo de 90 (noventa) dias de restrição de negociação, contado da data do exercício da garantia firme pelos Coordenadores, nos termos do inciso I do parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 476; **(b)** os Coordenadores verifiquem o cumprimento das regras previstas nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476; e **(c)** a negociação das Debêntures deve ser realizada nas mesmas condições aplicáveis à Oferta Restrita, podendo o valor de transferência das Debêntures ser o seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido) até a data de sua efetiva negociação. Nos termos do artigo 8º-A da Instrução CVM 476, a subscrição ou aquisição das Debêntures deve ser realizada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contado do envio da Comunicação de Início à CVM (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme definido no artigo 7º -A da Instrução CVM 476; **(xviii) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3, por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, à vista, no ato da subscrição, e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, na 1ª (primeira) data de integralização ("Primeira Data de Integralização"). Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização (cada data, uma "Data de Integralização"). As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de integralização das Debêntures, desde que seja aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures em uma mesma Data de Integralização; **(xix) Forma e Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia utilizando-se os procedimentos adotados pela B3, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à B3 terão os seus pagamentos realizados através do Escriturador ou na sede da Companhia, se for o caso; **(xx) Garantia Fidejussória:** em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de toda e qualquer obrigação, principal e/ou acessória, presente e/ou futura, incluindo: **(a)** o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, *pro rata temporis*, e eventuais Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) e/ou do Valor de Oferta de Resgate Antecipado, conforme o caso, calculados nos termos da Escritura de Emissão; e **(b)** todos os acessórios ao principal, inclusive taxas, multas, tributos, custos para manter as Debêntures registradas na B3, honorários devidos ao Escriturador e Banco Liquidante e à agência de rating, juros de mora, impostos devidos ou que venham a ser devidos a qualquer tempo, qualquer custo ou despesa comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário, inclusive, por seus honorários e/ou pelos Debenturistas em decorrência de despesas judiciais e extrajudiciais e/ou, quando houver, honorários advocatícios, decorrentes da Escritura de Emissão, verbas indenizatórias devidas diretamente pela Garantidora e/ou pela Companhia no âmbito de qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral no âmbito da Emissão, a Garantidora, neste ato, presta fiança, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, como fiadora, principal pagadora, coobrigada e devedora solidária com a Emissora, por todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão ("Fiança"); **(xxi) Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures:** não será permitida a realização do resgate antecipado facultativo, total ou parcial das Debêntures; **(xxii) Oferta de Resgate Antecipado:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurada igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures de sua titularidade. O resgate parcial proveniente da Oferta de Resgate Antecipado será admitido, devendo a Companhia, findo o prazo e procedimentos previstos na Escritura de Emissão, realizar o resgate das Debêntures detidas pelos Debenturistas que aderiram à Oferta de Resgate Antecipado, independente do percentual de Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado. As demais condições para realização da Oferta de Resgate Antecipado estarão descritas na Escritura de Emissão. **(xxiii) Amortização Extraordinária Facultativa:** não será permitida a realização da amortização extraordinária facultativa das Debêntures. **(xxiv) Vencimento Antecipado:** as Debêntures e todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Companhia e/ou da Garantidora o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização, ou a última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos de quaisquer dos documentos da Emissão, na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas na Escritura de Emissão, observados os respectivos prazos de cura; **(xxv) Repactuação:** as Debêntures não serão objeto de repactuação; **(xxvi) Multa e Juros Moratórios:** sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia e/ou pela Garantidora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia e/ou pela Garantidora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação constituindo-a em mora ou interpelação judicial ou extrajudicial, **(a)** multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e **(b)** juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios"); **(xxvii) Prorrogação dos Prazos:** considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente da Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia que seja um feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. Para fins da Escritura de Emissão será considerado "Dia Útil" qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais, bem como nos dias em que não haja expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento ou na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que a definição de Dia Útil deverá ser qualquer dia que não seja considerado um feriado declarado nacional, sábado e/ou domingo; **(xxviii) Escriturador e Banco Liquidante:** o banco liquidante e o escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo "Cidade de Deus", Vila Yara, s/nº, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" ou "Escriturador"); e **(xxix) Demais características e aprovação da Escritura de Emissão:** as demais características e condições da Emissão de Debêntures serão estabelecidas na Escritura de Emissão. **5.2.** Autorizar a diretoria , os representantes legais e/ou os procuradores da Companhia, a discutir, negociar e definir os termos e condições da Escritura de Emissão, bem como praticar todo e qualquer ato e a assinar todo e qualquer documento necessário à formalização da Emissão ora aprovada, inclusive, mas não somente: **(i)** a contratação: **(a)** dos Coordenadores; **(b)** do Banco Liquidante; **(c)** do Escriturador; **(d)** do assessor legal; **(e)** do Agente Fiduciário; **(f)** da agência de *rating* e **(g)** dos demais prestadores de serviços necessários para a realização da Oferta Restrita, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e eventuais aditamentos; e **(ii)** a celebração de todo e qualquer documento e eventuais aditamentos que se façam necessários, incluindo, mas não se limitando, **(a)** a Escritura; e **(b)** o Contrato de Distribuição das Debêntures, além de promover o registro da Oferta Restrita perante a B3 e demais órgãos competentes. **5.3.** Ratificar todos os atos já praticados pela diretoria, pelos representantes legais e/ou pelos procuradores da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta Restrita. **6. Lavratura e Registro:** foi autorizada a lavratura e registro da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, bem como aprovada a publicação da presente ata sob a forma de extrato, com a omissão das assinaturas da acionista. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejou fazer uso da palavra, a Assembleia Geral Extraordinária foi encerrada com a lavratura desta ata que, lida e conferida, foi tida conforme e por todos os presentes assinada. Mesa: Presidente: Pedro de Souza Zemel; Secretário: José Luís Magalhães Salazar. Acionistas: Grupo SBF S.A. e Store Engenharia e Instalações Ltda. **Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavradas em livro próprio que fica arquivada na sede da Companhia.** São Paulo, 30 de março de 2022. Pedro de Souza Zemel - **Presidente;** José Luís Magalhães Salazar - **Secretário**. **JUCESP** 185.259/22-4 em 14/04/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8BDE-A2A0-2330-73B2.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8BDE-A2A0-2330-73B2.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8BDE-A2A0-2330-73B2 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8BDE-A2A0-2330-73B2

Hash do Documento

C5AD9C8B797C46CFA19C741040FCAB17AD98E0C4ABA0DECF89618FAFD5EF1A4B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/04/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 23/04/2022 09:49 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

KSB BRASIL LTDA.

CNPJ/MF 60.680.873/0001-14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS - R$, EXCETO PELO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EXPRESSO EM REAIS)

Balanço Patrimonial em 31/12/2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Ativo circulante	**289.188**	**240.966**	**298.645**	**247.802**
Caixa e equivalentes de caixa	57.184	56.024	59.113	58.616
Contas a receber	84.388	97.094	86.985	97.627
Contas a receber - Partes relacionadas	27.641	9.127	27.641	9.127
Estoques	100.240	70.493	104.248	73.370
Impostos a recuperar	18.247	7.492	18.825	8.034
Outros ativos	1.488	736	1.833	1.028
Ativo não circulante	**131.492**	**109.684**	**128.663**	**107.427**
Realizável a longo prazo	38.306	23.881	38.328	23.881
IR e CS diferidos	29.440	19.050	29.440	19.050
Depósitos judiciais	1.484	1.534	1.506	1.534
Impostos a recuperar	7.382	3.297	7.382	3.297
Investimentos em Coligadas	4.229	2.933	–	
Imobilizado	87.474	81.147	88.704	81.607
Intangível	1.106	1.175	1.254	1.391
Ativo de direito de uso	377	548	377	548
Total do ativo	**420.680**	**350.650**	**427.308**	**355.229**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Passivo circulante	**143.066**	**138.599**	**149.615**	**143.023**
Empréstimos e financiamentos	59	701	59	701
Passivos de arrendamento	284	400	284	400
Fornecedores	57.447	71.528	59.685	72.003
Fornecedores - Partes relacionadas	2.473	2.995	3.161	5.756
Impostos e encargos sociais a pagar	7.140	11.990	7.298	11.991
Passivo de contrato de clientes	13.807	17.866	16.287	18.815
Provisão para férias e gratificações	18.410	14.954	18.764	14.975
Provisão para garantias e multas contratuais	28.916	6.111	29.150	6.111
Provisão para comissões	2.368	2.337	2.368	2.337
Provisão para royalties	2.181	1.966	2.181	1.966
Outras contas a pagar	9.981	7.751	10.378	7.968
Passivo não circulante	**20.505**	**19.813**	**20.544**	**19.940**
Empréstimos e financiamentos	–	58	–	58
Passivos de Arrendamento	100	163	100	163
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20.405	19.592	20.444	19.719
Total do passivo	**163.571**	**158.412**	**170.159**	**162.963**
Patrimônio líquido	**257.109**	**192.238**	**257.109**	**192.238**
Capital social	72.396	72.396	72.396	72.396
Lucros acumulados	184.477	120.077	184.477	120.077
Ajuste da avaliação patrimonial	236	(235)	236	(235)
Participação dos não controladores			40	28
Total do passivo e do patrimônio líquido	**420.680**	**350.650**	**427.308**	**355.229**

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício	85.398	19.805	85.410	19.803
Outros resultados abrangentes	471	(235)	471	(235)
Resultado abrangente total do exercício	**85.869**	**19.570**	**85.881**	**19.568**
Atribuível a: Acionistas da empresa			85.869	19.570
Não controladores			**12**	**(2)**
			85.881	**19.568**

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receita operacional líquida	584.088	441.361	598.728	443.801
Custo dos produtos vendidos	(391.255)	(330.504)	(401.199)	(332.115)
Lucro bruto	**192.833**	**110.857**	**197.529**	**111.686**
Receitas (despesas) operacionais				
Comerciais	(79.014)	(59.164)	(80.630)	(59.518)
Gerais e administrativas	(38.728)	(22.223)	(40.747)	(22.868)
Outras receitas operacionais, líquidas	5.596	846	5.596	853
Resultado da equivalência patrimonial	490	(154)	–	–
	(111.656)	**(80.695)**	**(115.781)**	**(81.533)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**81.177**	**30.162**	**81.748**	**30.153**
Resultado financeiro	32.086	494	32.013	501
Lucro antes do IR e CS	**113.263**	**30.656**	**113.761**	**30.654**
IR e CS: Corrente	(38.255)	(21.814)	(38.741)	(21.814)
Diferido	10.390	10.963	10.390	10.963
	(27.865)	**(10.851)**	**(28.351)**	**(10.851)**
Lucro Líquido do Exercício	**85.398**	**19.805**	**85.410**	**19.803**
Lucro básico e diluído por quota	53,6700	12,5000	53,9886	12,5000
Atribuível a acionistas da empresa			85.398	19.805
Não controladores			12	(2)
			85.410	**19.803**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado					
	Capital	**Lucros acumulados**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Total**	**Participação dos não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 01.01.2020	**72.396**	**116.213**	–	**188.609**	–	**188.609**
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	–	(15.941)	–	(15.941)	–	(15.941)
Constituição de controlada localizada no exterior	–	–	–	–	30	30
Variação cambial de controlada localizada no exterior	–	–	(235)	(235)	–	(235)
Lucro Líquido do exercicio	–	19.805	–	19.805	(2)	19.803
Saldos em 31.12.2020	**72.396**	**120.077**	**(235)**	**192.238**	**28**	**192.266**
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	–	(20.998)	–	(20.998)	–	(20.998)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	–	–	471	471	–	471
Lucro líquido do exercicio	–	85.398	–	85.398	12	85.410
Saldos em 31.12.2021	**72.396**	**184.477**	**236**	**257.109**	**40**	**257.149**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa de atividades operacionais:	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro (prejuizo) antes do IR e da CS	113.263	30.656	113.761	30.654
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	7.993	7.591	8.245	7.619
Depreciação direito de uso	414	555	414	555
Ganho na alienação de imobilizado	(59)	(59)	(59)	(59)
Ganho com processos judiciais - ICMS BC PIS e COFINS	(71.169)	–	(71.169)	–
Resultado da Equivalência Patrimonial	(490)	154	–	–
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	126	263	126	263
Reversão para perdas em estoque	(921)	2.614	(921)	2.614
Provisão para contingências	7.331	12.391	7.331	12.518
Juros sobre empréstimos e financiamentos	30	74	30	74
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	12.580	(29.283)	10.503	(29.815)
Contas a receber - Partes relacionadas	(18.514)	7.357	(18.514)	7.357
Estoques	(28.826)	3.607	(29.957)	730
Impostos a recuperar	56.329	(4.945)	56.293	(5.487)
Outros ativos	(752)	226	(805)	(66)
Depósitos judiciais	50	(212)	28	(212)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(14.081)	40.097	(12.318)	40.572
Fornecedores - Partes relacionadas	(522)	(1.031)	(2.595)	1.730
Impostos e encargos sociais a pagar	(43.105)	(1.573)	(43.434)	(1.572)
Adiantamentos de clientes	(4.059)	9.226	(2.528)	10.175
Provisão para férias e gratificações	3.456	1.696	3.789	1.717
Provisões diversas	23.051	5.948	23.285	5.948
Pagamentos de contingências	(6.518)	(6.429)	(6.606)	(6.429)
Outras contas a pagar	2.230	6.227	2.410	6.444
Caixa gerado pelas operações	**37.837**	**85.150**	**37.309**	**85.330**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	(11.421)	–	(11.421)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**37.837**	**73.729**	**37.309**	**73.909**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(14.236)	(12.448)	(15.177)	(12.920)
Adições ao intangível	(443)	(277)	(443)	(510)
Adição de investimento de coligada no exterior	(335)	(3.322)	–	–
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	487	1.087	487	1.087
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(14.527)**	**(14.960)**	**(15.133)**	**(12.343)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio	(20.998)	(15.941)	(20.998)	(15.941)
Pagamento de emprestimo e financiamentos	(730)	(804)	(730)	(804)
Pagamento de arrendamentos	(422)	(554)	(422)	(554)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(22.150)**	**(17.299)**	**(22.150)**	**(17.299)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	1.160	41.470	26	44.267
Efeito das variações cambiais sobre o caixa e equivalentes caixa	–	–	471	(205)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56.024	14.554	58.616	14.554
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**57.184**	**56.024**	**59.113**	**58.616**

Diretoria

Jens Deltrap - Diretor Presidente
Paulo Barros D'Abreu - Diretor Financeiro
Luiza Aparecida Clepaldi Monteiro - CRC 1SP132202/O-2

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Empresa.

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

CNPJ 20.589.268/0001-18

Edital de Convocação para AGO

O Presidente da Sociedade, no uso de suas atribuições, convoca todos acionistas para AGO a realizar-se em vinte e três de maio do ano de dois mil e vinte e dois na Avenida Augusto Antunes nº 816 - Limoeiro - Capital - SP, iniciando-se os trabalhos às 10h00 em primeira convocação, ou na falta de quórum necessário às 11h00 em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar sobre as demonstrações contábeis e financeiras findas em 31/12/2021. 2 - Assuntos de interesse dos acionistas e da empresa. SP, 20/04/2022.

Ubiratan Antonio da Cunha - Presidente da UPBUS Qualidade em Transportes S.A

UHE São Simão Energia S.A.

CNPJ/MF nº 27.352.303/0001-20 – NIRE 35.300.502.329

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Acionistas da **UHE São Simão Energia S.A.** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 8h30min, exclusivamente de forma digital, por meio de plataforma a ser disponibilizada pela Companhia, para deliberar sobre as seguintes matérias: (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes; (2) deliberar sobre a destinação dos resultados do referido exercício social, cujos documentos relacionados encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia. São Paulo, 21 de abril de 2022. **A Administração**. (21, 23 e 26/04/2022)

Branave S/A - Transportes Fluviais

CNPJ 93.032.738/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e que serão submetidas à assembléia geral. Permanecemos à disposição de V. Sas. para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)

ATIVO	**2021**	**2020**
Circulante		
Caixa e Bancos	772	236
Tributos a Compensar	4.865	40.220
Total do ativo circulante	**5.637**	**40.456**
Não circulante		
Adiantamento p/ Ações Judiciais	594	594
Partes relacionadas	2.445.841	2.427.756
Imobilizado	1.071.268	1.071.268
(-) Depreciações	(1.071.268)	(1.071.268)
Intangíveis	9.691	9.691
Total do ativo não circulante	**2.456.126**	**2.438.041**
Total do ativo	**2.461.763**	**2.478.497**

PASSIVO	**2021**	**2020**
Circulante		
Fornecedor	0	155
Impostos e contribuições a recolher	1.435	1.669
Total do passivo circulante	**1.435**	**1.824**
Patrimônio Líquido		
Capital Realizado	1.502.267	1.502.267
Lucros Acumulados	958.061	974.406
Total do patrimônio líquido	**2.460.328**	**2.476.673**
Total do passivo	**2.461.763**	**2.478.497**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)

	capital social	**lucros acumulados**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.502.267**	**989.661**	**2.491.928**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	0	(15.255)	(15.255)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.502.267**	**974.406**	**2.476.673**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	0	(16.345)	(16.345)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.502.267**	**958.061**	**2.460.328**

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)

	2021	**2020**
Receita Operacional Líquida	**0**	**0**
Receitas (Despesas)		
Administrativas	(41.241)	(39.611)
Resultado financeiro líquido	24.896	24.356
Total das despesas líquidas	**(16.345)**	**(15.255)**
Lucro (prejuízo) operacional	**(16.345)**	**(15.255)**
Imposto de renda e contribuição social	0	0
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(16.345)**	**(15.255)**

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)

	2021	**2020**
Fluxo de caixa das ativ. operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(16.345)	(15.255)
	(16.345)	**(15.255)**
Redução (aumento) nas contas do ativo		
Empréstimo com parte relacionada	(18.085)	46.307
Tributos a Compensar	35.355	(30.795)
	17.270	**15.512**
Aumento (redução) nas contas do passivo		
Fornecedor	(155)	0
Obrigações e contas a pagar	(234)	(284)
	(389)	**(284)**
Caixa líquido prov. das ativ. operacionais	**536**	**(27)**
Saldo de caixa e equiv. no início do exercício	236	263
Saldo de caixa e equiv. no final do exercício	772	236
Aumento (redução) no caixa e equiv. de caixa	**536**	**(27)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Nota 1. Contexto Operacional: A sociedade tem por fins e objetivos: navegação interior, fluvial e lacustre, no transporte de carga em geral, containers, granéis sólidos, produtos petroquímicos, óleos vegetais à granel, transbordo de mercadorias e agenciamento. **Nota 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº 449 (convertida na Lei 11.941/2009) de 03 de dezembro de 2008. **Nota 3. Principais Práticas Contábeis: a)** De acordo com Lei nº 9.249/95, não prevêem o reconhecimento dos efeitos inflacionários, que até 31 de dezembro de 1995 foram reconhecidos com base na variação da Unidade Fiscal de Referência. **b)** O imobilizado da empresa composto da Barcaça Guaratuba e outros bens, estão totalmente depreciados. **Nota 4. A Companhia enfrenta duas ações de execução financeira em conjunto com outra empresa de navegação:**

Processo	**Valor**	**Ação ajuizada em**
2003.51.01.019416-1	R$ 3.468.517,67	21.08.2005
2008.51.01.021380-3	R$ 8.269.589,37	14.11.2008

A Companhia discute judicialmente o mérito destes processos. **Nota 5. Capital Social:** O capital social é representado por R$ 1.502.267, sendo 21.000 ações ordinárias nominativas e 42.000 ações preferenciais nominativas.

Ronaldo Andres Jeffrey Smith - Diretor
Ary Serpa Júnior - Diretor
Maria Aparecida C. Lopes - contadora - CRC 1SP 129.863/O-9

NEWCON SOFTWARE S.A.

CNPJ/MF Nº 05.902.990/0001-77

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R$)

Balanço Patrimonial

Ativo	**Nota**	Controladora **2021**	**2020**	Consolidado **2021**	**2020**
Ativo circulante		**6.239**	**18.262**	**7.269**	**21.675**
Caixa e equivalentes de caixa	1	3.507	16.089	3.600	17.462
Contas a receber de clientes	2	1.794	1.886	2.693	2.966
Tributos a recuperar	3	652	41	665	413
Outras contas a receber		286	246	312	834
Ativo não circulante		**9.524**	**8.710**	**8.959**	**6.591**
Empréstimos com partes relacionadas		2.251	-	2.251	-
Tributos diferidos		94	-	94	12
		2.345	-	2.345	12
Investimentos	4	576	2.157	-	-
Imobilizado	5	3.781	4.807	3.788	4.819
Intangível		2.822	1.746	2.826	1.761
Total do ativo		**15.764**	**26.972**	**16.229**	**28.266**

Passivo	**Nota**	Controladora **2021**	**2020**	Consolidado **2021**	**2020**
Passivo circulante		**10.258**	**4.406**	**10.659**	**5.460**
Fornecedores		81	70	82	71
Cotas de consórcio a pagar		-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	6	2.775	2.229	2.958	2.435
Obrigações fiscais	7	2.595	2.094	2.813	2.940
Outras obrigações a pagar		4.806	13	4.806	14
Passivo não circulante		**4.066**	**-**	**4.066**	**--**
Tributos diferidos		4.066	-	4.066	-
Total do passivo		**14.323**	**4.406**	**14.724**	**5.460**
Patrimônio líquido		**1.441**	**22.566**	**1.441**	**22.566**
Capital social	8	1.200	1.200	1.200	1.200
Reserva legal		240	240	240	240
Reserva de lucros		1	21.126	1	21.126
Participação de não controladores		**-**	**-**	**64**	**240**
Total do passivo e patrimônio líquido		**15.764**	**26.972**	**16.229**	**28.266**

Demonstração do Resultado

	Nota	Controladora **2021**	**2020**	Consolidado **2021**	**2020**
Receita operacional líquida	9	71.109	63.489	77.046	67.774
Custo dos serviços prestados		(22.800)	(18.771)	(24.185)	(20.157)
Lucro bruto		**48.309**	**44.719**	**52.862**	**47.617**
Despesas gerais		(344)	(345)	(713)	(479)
Despesas administrativas		(984)	(867)	(1.237)	(1.083)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		125	42	125	42
Resultado de equivalência patrimonial		3.086	2.433	-	-
		1.884	1.263	(1.824)	(1.520)
Lucro operacional		**50.193**	**45.982**	**51.038**	**46.097**
Receitas financeiras		571	424	794	874
Despesas financeiras		(149)	(57)	(186)	(153)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		**421**	**366**	**608**	**721**
Lucro antes do IR e da CS		**50.614**	**46.348**	**51.646**	**46.818**
IR e CS correntes		(8.416)	(7.455)	(9.092)	(8.451)
IR e CS diferidos		-	-	(12)	12
Lucro líquido do exercício		**42.198**	**38.893**	**42.541**	**38.380**
Lucro líquido não controladores		-	-	343	192
Lucro líquido acionistas da controladora		**42.198**	**38.893**	**42.198**	**38.188**
Resultado por ação (Nº de ações: 1 milhão)		**42,20**	**38,89**	**42,20**	**38,19**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Consolidado						
	Capital Social	**Reserva Legal**	**Reservas de Lucros**	**Lucros Acumulados**	**PL dos Acionistas da Controladora**	**Particip. dos Sócios Não Controladores**	**Total do Patrimônio Líquido**
Em 31 de dezembro de 2019	**1.200**	**240**	**14.760**	**-**	**16.200**	**236**	**16.436**
Lucro do exercício	-	-	-	38.893	38.893	192	
Dividendos distribuídos/provisionados	-	-	-	(31.027)	(31.027)	(1.688)	39.085
Perdas c/ distr. desprop. de lucros	-	-	(1.500)	-	(1.500)	1.500	(32.715)
Transf. para reserva de lucros	-	-	(7.866)	7.866	-	-	
Em 31 de dezembro de 2020	**1.200**	**240**	**5.394**	**15.732**	**22.566**	**240**	**22.806**
Lucro do exercício	-	-	-	42.198	42.198	343	42.541
Dividendos distribuídos/provisionados	-	-	-	(62.167)	(62.167)	(1.675)	(63.842)
Perdas c/ distr. desprop. de lucros	-	-	(1.157)	-	(1.157)	1.157	-
Em 31 de dezembro de 2021	**1.200**	**240**	**4.237**	**(4.237)**	**1.441**	**64**	**1.505**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora **2021**	**2020**	Consolidado **2021**	**2020**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**50.614**	**46.975**	**51.706**	**47.505**
Ajustes do lucro (prejuízo) líquido				
Depreciação e amortização	541	490	555	515
Variações onetárias	-	(93)	36	(93)
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado	(122)	(90)	(122)	(90)
Participação lucros e resultados	-	(627)	(61)	(627)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.086)	(2.433)	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(84)	-
Tributos diferidos	(94)	-	(94)	-
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	**47.853**	**44.222**	**51.938**	**47.210**
Variações nos ativos e passivos operacionais				-
Duplicatas a receber	92	(1.334)	273	(1.183)
Tributos a recuperar	(611)	(31)	(252)	64
Outros valores	(40)	92	522	30
Empréstimos com partes relacionadas	(2.251)	-	(2.251)	-
Fornecedores	11	(104)	11	(103)
Obrigações sociais e trabalhistas	546	259	582	198
Obrigações fiscais	110	127	118	124
Outras obrigações	4.794	(2)	4.793	(1)
Caixa gerado nas operações	**50.503**	**43.229**	**55.734**	**46.339**
IRPJ e CSLL pagos no período	(8.025)	(6.915)	(9.350)	(7.815)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**42.478**	**36.315**	**46.384**	**38.524**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				-
Compra de ativo imobilizado e intangível	(1.489)	(498)	(1.489)	(498)
Baixa/alienação de ativo imobilizado e intangível	1.020	166	1.020	166
Dividendos recebidos	3.510	900	3.510	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**3.041**	**568**	**3.041**	**(332)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				-
Pagamento de consórcios	-	1	-	1
Captação de empréstimos	4.066		4.066	
Dividendos pagos	(62.167)	(31.027)	(67.352)	(32.010)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(58.101)**	**(31.026)**	**(63.287)**	**(32.009)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(12.582)**	**5.857**	**(13.862)**	**6.183**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	16.089	10.232	17.462	11.279
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3.507	16.089	3.600	17.462
Variação no caixa e equivalente de caixa	**(12.582)**	**5.857**	**(13.862)**	**6.183**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

I. **Contexto operacional** A Newcon Software S/A é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP e operações na filial no município de Tupã/SP. A Sociedade tem por objeto o desenvolvimento, comercialização e licenciamento de programas de computador, bem como a prestação de serviços técnicos na área de informática e a importação e exportação de *softwares*. A Sociedade detém o controle societário da empresa Newcon Tecnologia e Serviços Ltda., sociedade empresária limitada constituída no final de 2011, sediada em Tupã/SP, com filial em Ourinhos/SP. O objeto social da controlada é semelhante ao da controladora. II. **Base para elaboração das demonstrações contábeis** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira, tendo como principal objetivo possibilitar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Adicionalmente, foi publicado o CPC PME que é específico e deve ser aplicado às pequenas e médias empresas, por força da Res. CFC 1.255/09. III. **Principais práticas contábeis** • Apuração dos resultados Realizada pelo regime de competência. • Resultados da controlada Apurados pelo método de equivalência patrimonial. **Nota 1 Caixa e equivalentes de caixa** Esse grupo é composto de caixa de pequeno valor mantido nas unidades de negócio, saldos de contas correntes e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos valores estão atualizados em 31.12.2021 e 31.12.2020. **Nota 2 Contas a receber de clientes** Representadas por saldo a receber de clientes nacionais e do exterior, sendo este último atualizado cambialmente pela taxa em vigor na data da liquidação do câmbio.

	Controladora **2021**	**2020**	Consolidado **2021**	**2020**
Contas a receber - mercado interno	1.785	1.817	1.785	1.817
Contas a receber - mercado externo	9	68	908	1.149
	1.794	**1.886**	**2.693**	**2.966**

Nota 3 Tributos a recuperar Composto na controladora por impostos a compensar decorrentes de retenções na fonte realizadas por clientes e de IRPJ e CSLL pagos a maior, acrescido, no consolidado, por saldo por imposto retido na exportação de *software*.

	Controladora **2021**	**2020**	Consolidado **2021**	**2020**
IRRF a recuperar/compensar	-	-	-	2
PIS a recuperar/compensar	5	6	5	6
COFINS a recuperar/compensar	22	26	22	26
CSLL a recuperar/compensar	167	9	173	88
IRPJ a recuperar/compensar	459	1	465	292
	652	**41**	**665**	**413**

Nota 4 Investimentos Composto na controladora por participação societária na controlada, contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. **Nota 5 Imobilizado** Representado pelo custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas anuais de acordo com a sua vida útil.

Consolidado				
Imobilizado	**Custo**	**(-) Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Taxa média de depreciação**
Equipamentos de telecomunicação	82	(43)	39	10%
Móveis, utensílios e instalações	1.026	(649)	376	10%
Computadores e periféricos	1.006	(751)	256	20%
Veículos	325	(58)	266	20%
Edifícios	3.900	(1.049)	2.851	5%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	76	(76)	-	0%
Saldos em 31/12/2021	**6.415**	**(2.627)**	**3.788**	

Nota 6 Obrigações sociais e trabalhistas Composto principalmente por saldo de provisões de férias e décimo terceiro a serem pagos aos colaboradores e PLR.

	Controladora **2021**	**2020**	Consolidado **2021**	**2020**
Salários a pagar	1	-	1	-
PLR a pagar	744	-	744	-
INSS a recolher	325	267	337	279
FGTS a recolher	112	89	120	98
Provisões sociais e trabalhistas	1.580	1.253	1.682	1.379
Outros	13	620	73	680
	2.775	**2.229**	**2.958**	**2.435**

Nota 7 Obrigações fiscais Representado de forma mais representativa pelos saldos de IRPJ e CSLL a recolher no encerramento do período.

	Controladora **2021**	**2020**	Consolidado **2021**	**2020**
IRRF a recolher	217	151	230	163
PIS a recolher	21	18	21	18
COFINS a recolher	96	85	96	85
ISS a recolher	142	121	142	121
Imposto de renda a recolher	1.563	1.297	1.705	1.861
Contribuição social a recolher	543	419	599	689
Outros	14	3	20	4
	2.595	**2.094**	**2.813**	**2.940**

Nota 8 Capital social O capital social em 31.12.2021 e 31.12.2020 é de R$ 1,2 milhão, totalmente integralizado, dividido em um milhão de ações ordinárias. **Nota 9 Receitas**

Receita bruta	Controladora **2021**	**2020**	Consolidado **2021**	**2020**
Licenças de uso	37.029	30.869	37.898	31.737
Suporte dedicado	5.299	3.362	5.791	4.138
Horas desenvolvimento	8.651	9.120	11.852	11.761
Horas consultorias	1.037	-	1.037	-
Projetos	17.144	21.635	18.519	21.635
Licenças de uso e serviço	320	317	320	317
Exportação softwares	111	146	111	146
Horas desenvolvimento	5.755	1.789	5.755	1.789
Outros serviços	15	45	15	45
	75.361	**67.283**	**81.298**	**71.567**
Deduções de vendas				
(-) Tributos sobre venda	(4.252)	(3.793)	(4.252)	(3.793)
Receita líquida	**71.109**	**63.489**	**77.046**	**67.774**

Nota 10 Eventos subsequentes A Companhia avaliou os impactos do COVID-19 ('novo coronavírus') nos saldos apresentados em 31.12.2021 e não verificou necessidade de ajustes. Informa, ainda, que não foi possível estimar os efeitos no resultado de 2021. A empresa está adotando medidas de proteção de seus colaboradores, clientes e prestadores de serviços, conforme recomendações das autoridades sanitárias.

A Diretoria

Celso José Andriani - Diretor de Produtos
Wagner Moreno - Diretor Administrativo e Financeiro

Contador

Izabel Cristina Souza F. Bustamante - CRC nº 1SP273596/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E8C2-F801-BD95-D44F.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E8C2-F801-BD95-D44F.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E8C2-F801-BD95-D44F ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E8C2-F801-BD95-D44F

Hash do Documento

BAC56A5B5F9400C871A68609843AC728E0D4B07EBA0C27CECAA60B372F6075AD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/04/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 23/04/2022 09:49 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

IT'SSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ nº 20.247.332/0001-82 - NIRE 35.300.465.377

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Digital - Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **IT'SSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada **virtualmente** no dia 02/05/2022, às 10h, única e exclusivamente por meio do aplicativo Zoom (https://zoom.us/join), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a) Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): (i)** o exame, discussão e votação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2021, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes; e **(ii)** a destinação dos resultados do exercício findo em 31/12/ 2021. **(b) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** a ratificação da nomeação e contratação da Acharya Auditoria e Consultoria Unipessoal Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.739.483/0001-25 e no CRC/SP sob o nº 041.414/O-8, ("Empresa Avaliadora"), responsável pela avaliação dos bens a serem conferidos para integralização de aumento do capital social da Companhia e elaboração dos laudos de avaliação das quotas da Bergus Afin Corretora de Seguros Ltda. ("Laudo Bergus") e da Gebram Corretora de Seguros Ltda. ("Laudo Gebram" e, conjuntamente com o Laudo Bergus, os "Laudos de Avaliação - Aumento de Capital"); **(ii)** o exame, discussão e votação dos Laudos de Avaliação - Aumento de Capital; **(iii)** o aumento do capital social da Companhia para refletir o aporte das quotas representativas do capital social da Bergus Afin Corretora de Seguros Ltda; **(iv)** o aumento do capital social da Companhia para refletir o aporte das quotas representativas do capital social da Gebram Corretora de Seguros Ltda.; **(v)** o aumento do capital social da Companhia decorrente da conversão da totalidade das debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em série única, para colocação privada, nos termos da Cláusula 5.4.3 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, da It'sSeg Corretora de Seguros S.A.", celebrado em 31 de julho de 2017, conforme aditado de tempos em tempos; **(vi)** o aumento do capital social da Companhia a ser subscrito e integralizado em moeda corrente nacional por determinados acionistas da Companhia; **(vii)** a homologação e ratificação do aumento de capital social a ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em decorrência do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; **(viii)** a extinção do Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa - Phantom Shares da Companhia; **(ix)** o exame, discussão e votação do Protocolo e Justificação de cisão parcial da Companhia, com a versão da parcela cindida para sociedade a ser constituída ("Nova Sociedade"), celebrado na presente data pela Companhia, com a interveniência e anuência dos acionistas da Companhia ("Protocolo Você Clube"); **(x)** a ratificação da nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, responsável pela avaliação da parcela cindida da Companhia a ser vertida para a Nova Sociedade, identificada no Protocolo Você Clube ("Parcela Cindida"), bem como pela elaboração do respectivo laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil ("Laudo de Avaliação Você Clube"); **(xi)** o exame, discussão e votação do Laudo de Avaliação Você Clube; **(xii)** a aprovação da cisão parcial da Companhia com a versão da Parcela Cindida para a Nova Sociedade, com a consequente entrega da totalidade das quotas de emissão da Você Clube de Benefícios Sociais, Saúde e Odontológico Ltda. de titularidade da Companhia, que compõem a Parcela Cindida, para a Nova Sociedade ("Cisão Parcial"); **(xiii)** a redução do capital social da Companhia, em decorrência da Cisão Parcial; **(xiv)** a consequente alteração do *caput* do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir os aumentos de capital deliberados nos itens B(iii), B(iv), B(v), B(vi) e B(vii) acima e a redução de capital deliberada no item B(xiii) acima, caso aprovados; **(xv)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações aprovadas nos itens acima; e **(xvi)** a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas nos termos da presente ata, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização dos aumentos de capital com a conferência de bens à Companhia e Cisão Parcial da Companhia. **Informações Gerais:** Documentos Relacionados à AGO: Conforme Aviso aos Acionistas da Companhia publicado no jornal O Dia nos dias 29/03/2022, 30/03/2022 e 31/03/2022, desde 29/03/2022, encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, cópia dos documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da AGO. As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2021 foram publicadas no jornal O Dia em 21/04/2022, e uma cópia foi encaminhada aos acionistas por e-mail. **Participação na AGOE:** Os acionistas poderão optar por participar da AGOE por uma das seguintes formas: (a) pessoalmente (via atuação remota pelo aplicativo Zoom); (ii) por procurador devidamente constituído (via atuação remota pelo aplicativo Zoom), ou (c) via boletim de voto a distância. Os dados de acesso à AGOE via aplicativo Zoom serão encaminhados aos acionistas por e-mail. **(i)** O acionista que optar por participar da AGOE pessoalmente deverá apresentar documentação que comprove sua identidade, com foto, no caso de pessoa física, ou estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal, no caso de pessoa jurídica. Para os fundos de investimento, é necessária a apresentação do último regulamento consolidado, estatuto social/contrato social do administrador ou gestor do fundo e documentação societária que comprove os poderes de representação. **(ii)** Para os casos em que o acionista opte por ser representado por procurador, além dos documentos indicados no item (i) acima, deverá ser apresentado também o instrumento de mandato. **(iii)** Para os casos em que o acionista opte por participar via boletim de voto à distância (cujo modelo será disponibilizado pela Companhia), deve encaminhá-lo devidamente preenchido, rubricado e assinado diretamente à Companhia, em conjunto com os documentos indicados no item (i) acima. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de participar da AGOE e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim de voto a distância enviado será desconsiderado. Para viabilizar a participação do acionista na AGOE, o acionista deverá antecipar o envio de cópia simples de toda a documentação mencionada nos itens acima ao e-mail societario@itsseg.com, sendo obrigatória a remessa da via original do boletim de voto à distância ou de eventual instrumento de mandato (em ambos os casos com a firma reconhecida), em até 20 dias depois da data da realização da AGOE para a sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1478, 18º andar, conjunto 1801, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01472-900, aos cuidados da Diretoria. Os acionistas serão comunicados, em até 2 dias, do recebimento por e-mail da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade e eventuais alterações necessárias. Os boletins de voto a distância incompletos ou que tenham sido enviados sem a documentação necessária serão desconsiderados e o respectivo acionista comunicado. São Paulo, 22 de abril de 2022. **Thomaz Luiz Cabral de Menezes,** Membro do Conselho de Administração.

Sumauma Capital Gestão de Recursos S.A - CNPJ:37.033.539/0001-57

Balanço Patrimonial - 01/01/2021 A 31/12/2021

Nome	Saldo Atual
Ativo	1.321.348,04
Ativo Circulante	1.293.525,69
Disponibilidades	1.256.310,79
Bancos Conta Movimento	8.134,04
Aplicações de Liquidez Imediata - FAF	1.248.176,75
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	37.214,90
Clientes Nacionais	32.072,64
Adiantamentos	5.142,26
Ativo não Circulante	27.822,35
Imobilizado	27.822,35
Bens e Direitos em Uso	36.765,69
(-) Depreciação Acumulada	(8.943,34)

Nome	Saldo Atual
Passivo	1.321.348,04
Passivo Circulante	54.123,68
Fornecedores	15.817,90
Fornecedores	15.817,90
Obrigações Trabalhistas	32.611,11
Folha de Pagamento de Dirigentes	22.589,31
Encargos Sociais a Pagar	10.021,80
Obrigações Tributárias	5.694,67
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	4.455,06
Impostos e Contribuições s/Receitas	1.239,61
Patrimônio Líquido	1.267.224,36
Capital	16.666,00
Capital Social	16.666,00
Reservas	2.498.334,00
Reservas de Capital	2.498.334,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	49.829,49
Ajustes de Avaliação Patrimonial	49.829,49
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.297.605,13)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.297.605,13)

Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2021 a 31/12/2021

Nome	Período Atual
Receitas	188.623,73
Receitas Operacionais	188.623,73
Receita Bruta com Vendas e Serviços	188.623,73
Receitas com Serviços	188.623,73
Deduções das Receitas c/Vendas e Serviço	(10.657,11)
Impostos s/Vendas e Serviços	(10.657,11)
PIS sobre Vendas e Serviços	(1.226,04)
Cofins sobre Vendas e Serviços	(5.658,72)
ISSQN sobre Serviços	(3.772,35)
(=) Resultado Líquido	177.966,62
(=) Resultado Bruto	177.966,62
Custos e Despesas	(922.284,53)
Despesas Administrativas	(902.343,68)
Despesas Trabalhistas	(411.388,06)
Encargos Sociais	(74.570,13)
Despesas Gerais	(416.385,49)
Despesas Operacionais Tributárias	(19.940,85)
Impostos	(16.092,40)
Multas	(3.848,45)
(=) Resultado antes das Receitas/Despesas Financeiras	(744.317,91)
(=) Resultado Financeiro	12.986,68

Nome	Período Atual
Receitas Financeiras	13.803,40
Ganhos com Aplicações Financeiras	13.803,40
Rendimentos de Aplicação Financeira	13.803,40
Despesas Operacionais Financeiras	(816,72)
Despesas Financeiras	(816,72)
Despesas Bancárias	(422,66)
Juros e Multas	(394,06)
Outras Receitas	(13.185,33)
Despesas Indedutíveis	(13.185,33)
Despesa sem Comprovante	(13.185,33)
(=) Resultado antes do IR/CSLL	(744.516,56)
Provisões p/Impostos s/Lucro	(17.799,12)
Provisões p/Impostos s/Lucros	(11.124,44)
Provisão p/ IRPJ	(11.124,44)
Provisões p/Contribuições s/Lucros	(6.674,68)
Provisão p/ Contribuição Social	(6.674,68)
(=) Resultado antes das Participações Societárias	(762.315,68)
(=) Resultado do Exercício	(762.315,68)
Prejuízos Acumulados em 31/12/2020	(535.289,45)
Resultado do Exercício	(762.315,68)
(=) Prejuízos Acumulados	(1.297.605,13)

Imaiary de Souza Pinto - Contador - CPF: 374.855.468-05 - CRC: 1SP313772/O-7

Lucas Tambellini de Oliveira Santos - Sócio(a) - Administrador(a) - CPF: 313.439.478-20

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Aguassanta Participações S.A. ("Companhia"), a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 16:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: Em matéria Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; e (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores. Em matéria Extraordinária: (i) Criação de uma reserva estatutária, para destinação de parte do lucro líquido de cada exercício, para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, com a consequente alteração do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, até o limite de 100% do capital social. São Paulo (SP), 19 de abril de 2022.

Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente do Conselho de Administração

CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO

CNPJ/ME nº 23.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2022 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os acionistas da **CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO**, sociedade por ações, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, n° 68, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-040, registrada no Número de Identificação do Registro de Empresas (NIRE) 35.300.534.590 e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 23.361.030/0001-29 ("Companhia"), nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 02 de maio de 2022, às 11h ("Assembleia"), na sede social da Companhia, a fim de apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) recebimento da renúncia de um membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) a eleição de 1 (um) conselheiro independente para o Conselho de Administração da Companhia composto por 5 (cinco) membros, para um mandato unificado de 02 (dois) anos, até a posse dos membros do Conselho de Administração que serão eleitos ou reeleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) rerratificação da ata da assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 06 de janeiro de 2022, em razão de não ter constado no documento levado a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo o Anexo I à ata, representado pelo estatuto social consolidado aprovado no item 7.(ii) das "Deliberações" de tal assembleia geral extraordinária; (iv) autorização para que a administração da Companhia adote todas as providências e medidas necessárias à implementação das matérias que sejam aprovadas em Assembleia. **Instruções e Informações Gerais**: 1. Nos termos da legislação aplicável, todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. 2. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer na Assembleia munido do documento hábil a comprovar sua identidade. 3. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá outorgar instrumento de mandato, com poderes especiais, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Procuração em língua estrangeira deverá estar acompanhada dos documentos societários, quando relativos à pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente traduzidos para o português, notarizados e consularizados. 4. Solicita-se que, sendo possível, o instrumento de mandato, acompanhado de cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do acionista para representação na Assembleia, seja depositado na sede social da Companhia ou enviado para o endereço eletrônico assembleia@captalys.com.br, aos cuidados do Departamento Jurídico, com antecedência de até 3 (três) dias úteis da data marcada para a realização da Assembleia; (ii) os acionistas enviem confirmação de presença para o endereço eletrônico assembleia@captalys.com.br. 5. Informações adicionais poderão ser solicitadas para o endereço eletrônico assembleia@captalys.com.br.

São Paulo, 20 de abril de 2022.

Luis Claudio Garcia de Souza - Presidente do Conselho de Administração

IFIN III COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS - (Em constituição)

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2021

Aos 21 dias do mês de outubro de 2021, às 11 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, n° 1.123, 21º andar, conjunto 215-parte, Itaim Bibi, CEP 04533-014, foi realizada a Assembleia Geral de Constituição da sociedade **IFIN III COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**, com a presença de todos os subscritores do capital social, nomeados e qualificados na Lista de Presença de Acionistas anexa à presente ata **(Anexo I)** e da qual faz parte integrante, reunidos sem convocação pela imprensa, na forma prevista no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"). Por aclamação, presidiu os trabalhos o Sr. Pedro Paulo Oliveira de Moraes, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 24.724.747-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 222.043.388-93, indicando para secretariar a reunião a Sra. Andressa Maciel Scerni, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5675929 - SSP-PA, inscrita no CPF/ME sob o nº 999.442.002-04, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ambos com endereço comercial na Rua Tabapuã, n° 1.123, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04533-014. Dando início aos trabalhos, esclareceu o Sr. Presidente que o capital social da companhia será de R$ 1.000,00 (hum mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias de emissão da companhia, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional nos termos do Boletim de Subscrição **(Anexo II)** que se encontrava à disposição dos presentes para quem quisesse examiná-lo, salientando que a totalidade do preço de emissão das ações subscritas foi integralizada pelos acionistas em moeda corrente nacional, conforme comprovantes de depósito anexos, cumpridas, assim, as formalidades previstas nos artigos 80 e 81 da Lei nº 6.404/76 **(Anexo III)**. Em continuação aos trabalhos, o Sr. Presidente comunicou ter em mãos o projeto do Estatuto Social, em 03 (três) vias, e cujo teor, por mim lido a todos os presentes, encontra-se anexo à presente ata **(Anexo IV)** e da qual faz parte integrante. Concluída a leitura, o Sr. Presidente submeteu à discussão o projeto de Estatuto Social e em seguida à votação, verificando-se a sua unânime aprovação. Cumpridas como tinham sido todas as formalidades legais, declarou o Sr. Presidente definitivamente constituída a **IFIN III COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS.** A seguir, esclareceu a Sra. Presidente que se deveria proceder à **eleição dos primeiros Diretores**, verificando-se o seguinte resultado, sem discrepância de votos, todos com gestão até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022: a) Para o cargo de **Diretor Presidente**: o Sr. Daniel Monteiro Coelho de Magalhães, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.997.520 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 353.261.498-77, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Tabapuã, n° 1.123, 21º andar, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04533-014; e b) Para o cargo de **Diretor de Relações com Investidores**: o Sr. Daniel Monteiro Coelho de Magalhães, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.997.520 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 353.261.498-77, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Tabapuã, n° 1.123, 21º andar, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04533-014; c) Para os cargos de **Diretores sem designação específica:** O Sr. **Pedro Paulo Oliveira de Moraes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade de RG nº 24.724.747-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 222.043.388-93, com endereço comercial na Rua Tabapuã, n° 1.123, 21º andar, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04533-014; e A Sra. **Ila Alves Sym**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 375738-01, inscrita no CPF/ME sob o nº 041.045.637-30 com endereço comercial na Rua Tabapuã, n° 1.123, 21º andar, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04533-014. A posse dos Diretores ora eleitos fica condicionada à assinatura dos respectivos termos de posse **(Anexos V, VI e VII)**, nos termos da legislação vigente. Os Diretores ora eleitos não farão jus a qualquer tipo de remuneração em relação aos cargos respectivos. **Cada Diretor ora eleito declara não estar impedido do exercício da atividade empresarial, comércio ou administração de sociedade empresária, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência e que têm amplo conhecimento do artigo 147 da Lei nº 6.404/76.** Além disso, fica aprovada: **(a)** a dispensa da publicação das Demonstrações Financeiras da Companhia, em razão de atender as exigências de dispensa da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976; **(b)** a designação dos periódicos Diário Oficial do Estado de São Paulo e jornal "O Dia", nos quais a Companhia publicará seus atos nos moldes da legislação em vigor; Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais desejou fazer uso da palavra, determinou o Sr. Presidente que se lavrasse a presente ata, a qual, após lida e achada conforme, foi assinada pelos membros da mesa e por todos os presentes. São Paulo, 21 de outubro de 2021. (Assinaturas). **Mesa:** Presidente – Sr. Pedro Paulo Oliveira de Moraes; Secretária – Sra. Andressa Maciel Scerni. **Diretores eleitos:** Sr. Daniel Monteiro Coelho de Magalhães; Sr. Pedro Paulo Oliveira de Moraes; e Sra. Ila Alves Sym, **Acionistas presentes:** Virgo Trust Participações LTDA. representada por seu Administrador Daniel Monteiro Coelho de Magalhães. *Esta é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio.* **Mesa: PEDRO PAULO OLIVEIRA DE MORAES - Presidente, ANDRESSA MACIEL SCERNI - Secretária. Diretores Eleitos: DANIEL MONTEIRO COELHO DE MAGALHÃES, PEDRO PAULO OLIVEIRA DE MORAES, ILA ALVES SYM. Acionista: VIRGO TRUST PARTICIPAÇÕES LTDA.** Advogada: **ANDRESSA MACIEL SCERNI -** OAB/SP nº 352.552. JUCESP-NIRE 35.300.587.901 em 04.03.2022. Gisela Simiema Ceschin-Secretária Geral.

ANEXO II À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA IFIN III COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2021. BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. ACIONISTA: VIRGO TRUST PARTICIPAÇÕES LTDA., inscrita no CPF/ME sob o nº 30.250.915/0001-16, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, n° 1.123, 21º andar, conjunto 217, Itaim Bibi, CEP 04533-014, neste ato representada pelo Sr. Daniel Monteiro Coelho de Magalhães, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.997.520 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 353.261.498-77, com endereço comercial na Rua Tabapuã, n° 1.123, 21º andar, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04533-014. **Nº AÇÕES ORDINÁRIAS SUBSCRITAS:** 1.000, **VALOR INTEGRALIZADO À VISTA (R$):** R$ 1.000,00, **ASSINATURAS DOS ACIONISTAS: Daniel Monteiro Coelho de Magalhães -** Administrador. **TOTAL: Nº AÇÕES ORDINÁRIAS SUBSCRITAS:** 1.000, **VALOR INTEGRALIZADO À VISTA (R$): R$ 1.000,00.** São Paulo, 21 de outubro de 2021. Mesa: **PEDRO PAULO OLIVEIRA DE MORAES - Presidente, ANDRESSA MACIEL SCERNI - Secretária.**

ANEXO IV À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA "IFIN III COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2021. "ESTATUTO SOCIAL DA IFIN III COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS. Capítulo I - Denominação, Sede Social, Prazo de Duração e Objeto Social: Artigo 1º - A **IFIN III COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS** é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76") e a Resolução n.º 2.686 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de janeiro de 2000 e suas respectivas alterações ("Companhia"). **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, n° 1.123, conjunto 215-parte, 21º andar, Itaim Bibi, CEP 04533-014, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir, manter e/ou encerrar filiais, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000 ("Resolução CMN nº 2.686/00"); (b) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites estabelecidos pela legislação aplicável; (c) a realização de outros negócios relacionados aos créditos supracitados e a prestação de serviços de consultoria financeira relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas. **Parágrafo primeiro** - No âmbito das securitizações e emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos créditos financeiros por seus cedentes originais, se feita à vista. No mesmo sentido, será permitida a substituição de créditos financeiros. **Parágrafo segundo –** Estão incluídas no objeto social da Emissora, as seguintes atividades: (a) a gestão e administração dos créditos financeiros supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos créditos financeiros, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos créditos financeiros; (b) a aquisição e a alienação de títulos representativos dos créditos financeiros, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos créditos financeiros; (c) a emissão, distribuição, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos créditos financeiros; (d) a prestação de serviços de consultoria financeira envolvendo, inclusive, a estruturação de operações de securitização dos créditos supracitados; (e) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos; e (f) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 4º -** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.000,00 (hum mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único –** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". **Artigo 5º -** A cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 01 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo Único –** As ações são indivisíveis perante a Companhia. **Capítulo III - Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 6º –** Os Acionistas deverão reunir-se em Assembleia Geral da Companhia, ordinariamente, uma vez ao ano dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre e na medida que o interesse social da Companhia exigir. **Parágrafo Único –** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentalizadas em ata única. **Artigo 7º** - A Assembleia Geral será convocada por qualquer acionista da Companhia com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, acompanhada de todos e quaisquer documentos que devam ser analisados ou aprovados na Assembleia ou que sirvam de fundamento para as deliberações a serem tomadas, sem prejuízo das formalidades aplicáveis. **Parágrafo Único –** Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social ou na legislação aplicável, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecer todos os acionistas. **Artigo 8º –** Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. **Parágrafo Único –** Os Acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído nos termos da lei aplicável. **Artigo 9º –** As deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas observados os quóruns da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de1976 ("Lei das S.A."), salvo se quórum maior for estabelecido neste Estatuto Social. **Artigo 10 –** Dependerão da deliberação dos acionistas as seguintes matérias, sem prejuízo de outras previstas neste Estatuto Social e que deverão ser objeto de aprovação de 75% (setenta e cinco por cento): i. alteração de quaisquer das disposições do Estatuto Social; ii. operações de fusão, incorporação ou transformação do tipo societário da Companhia; iii. a concessão de qualquer mútuo ou financiamento; iv. a emissão de títulos e valores mobiliários relacionados a créditos financeiros adquiridos pela Companhia; v. a constituição de ônus reais e a prestação de garantias e obrigações à terceiros, inclusive em garantia dos títulos e valores mobiliários relacionados aos créditos financeiros adquiridos pela Companhia; vi. autorização para requerer a falência da Companhia, bem como sua recuperação judicial; vii. dissolução, liquidação ou extinção da Companhia; viii. partilha do acervo social da Companhia em caso de liquidação; ix. redução e aumento do capital da Companhia; x. para fixar-se ou alterar-se a remuneração dos Diretores, caso existente; xi. aprovação de qualquer contrato financeiro, inclusive para a obtenção de financiamento para a Companhia; xii. alteração da política de distribuição de dividendos, bem como autorização para pagamento de juros sobre capital próprio; xiii. ingresso de novos acionistas na Companhia; xiv. instituição de um Conselho de Administração; xv. eleição do Diretor Presidente, do Diretor de Relação com Investidores e demais diretores sem designação específica. **Parágrafo Primeiro -** Até o pagamento integral dos valores representados pelos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica vedada a prática dos seguintes atos, observados os termos previstos na documentação dos títulos e valores mobiliários a serem emitidos e na Resolução nº 2.686/00 do CMN, ou em norma que eventualmente venha a substituí-la, (a) transferência do controle da Companhia, salvo pela transferência do controle para uma nova empresa do grupo da sua sócia; (b) redução do capital social, incorporação, fusão, cisão ou dissolução da Companhia, salvo no caso de uma reestruturação da sua sócia para fins de melhor organização das atividades do grupo; e (c) cessão dos créditos financeiros objeto de suas operações de securitização, ou atribuição de qualquer direito sobre os mesmos, ao(s) controlador(es) da Companhia, ou a qualquer pessoa a ele(s) ligada(s), em condições distintas das previstas na documentação relativa à emissão dos títulos e valores mobiliários pela Companhia. **Parágrafo Segundo -** O disposto no Parágrafo Primeiro acima não se aplicará caso haja prévia autorização dos detentores de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) ou mais do valor nominal de referidos títulos e valores mobiliários, excluídos de tal cômputo aqueles eventualmente detidos pelo(s) controlador(es) da Companhia, sociedade(s) coligada(s) ou submetida(s) a controle comum, em Assembleia Geral especificamente convocada e realizada segundo as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Parágrafo Terceiro -** Independentemente do disposto no Parágrafo Segundo acima, a cessão de créditos financeiros de que trata o Parágrafo Primeiro, item (c) acima, poderá ocorrer se realizada por valor igual ou superior ao valor nominal de tais créditos, deduzidos os juros ainda não incorridos e os encargos financeiros incorporados em seu valor nominal sob a forma de desconto, calculados proporcionalmente ao número de dias a decorrer até a data de vencimento de referidos créditos financeiros. **Parágrafo Quarto -** Tendo em vista o disposto nos Parágrafos Primeiro, Segundo e Terceiro, os acionistas declaram estar cientes e de acordo com as vedações previstas nesses parágrafos, sendo que qualquer operação feita em desacordo com o ali disposto será considerada nula de pleno direito, não sendo oponível à Companhia ou a terceiros. **Artigo 11 -** Todos os acionistas deverão exercer o seu direito de voto nas Assembleias Gerais, de forma a cumprir o disposto neste Capítulo. Votos proferidos em violação ao disposto neste Estatuto Social serão desconsiderados pelo Presidente da Assembleia Geral. **Capítulo IV - Administração da Companhia: Artigo 12 –** A Companhia será administrada pela Diretoria, conforme legislação aplicável, órgão que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **Parágrafo Primeiro –** A representação da Companhia caberá à Diretoria. **Parágrafo Segundo** – Os membros da Diretoria, estarão devidamente investidos na posse quando das assinaturas dos "Termos de Posse" lavrados nos livros próprios, permanecendo em seus respectivos cargos até a efetiva posse de seus sucessores. **Parágrafo Terceiro –** A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global dos administradores da Companhia, caso existente. **Parágrafo Quarto** – Os acionistas, por meio de deliberação em Assembleia Geral, poderão optar, a qualquer tempo, por não eleger todos os membros da Diretoria da Companhia, e referida decisão não será entendida ou interpretada como renúncia a tal direito. **Conselho de Administração - Artigo 13 –** A Companhia poderá instituir um Conselho de Administração se assim julgar necessário. **Diretoria: Artigo 14 –** A Diretoria será composta por, no mínimo 02 (dois) e, no máximo, 05 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, e por este destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição, sendo um deles designado Diretor Presidente, um deles designado Diretor de Relação com Investidores, e os demais Diretores sem designação específica. **Parágrafo Primeiro** – Para exercício da função de membro da Diretoria, poderão ser contratados profissionais para este fim específico. **Parágrafo Segundo –** Na hipótese de vacância do cargo de Presidente da Diretoria, seu substituto será eleito pela Assembleia Geral e, enquanto a escolha não ocorrer, o Diretor de Relação com Investidores cumulará esta função. **Parágrafo Terceiro** – A mesma situação disposta no Parágrafo Segundo acima aplicar-se-á na hipótese de vacância do cargo de Diretor de Relações com Investidores, cujo cargo será preenchido pelo Diretor Presidente, e com este cumulado, até que ocorra nova nomeação pela Assembleia Geral. **Artigo 15 –** Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei e no presente Estatuto Social, bem como: i. autorizar a Companhia a adquirir suas próprias ações, para cancelamento ou manutenção em tesouraria, bem como as condições para alienação das ações mantidas em tesouraria; e ii. autorizar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia. **Parágrafo Único -** Compete aos demais Diretores sem designação específica, dar o suporte ao Diretor Presidente e ao Diretor de Relações com Investidores, bem como exercer a administração do dia-a-dia da Companhia. **Artigo 16 –** Compete ao Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, entre outras atribuições: i. dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores; ii. atribuir aos demais Diretores funções e atribuições não especificadas neste Estatuto Social; iii. coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia, bem como a sua apresentação aos Acionistas; **Parágrafo Único -** Compete especificamente ao Diretor Presidente: i. fazer cumprir o Estatuto Social e as diretrizes e as deliberações tomadas em Assembleias Gerais; ii. administrar, gerir e superintender os negócios sociais, e emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários, para se fazer cumprir este Estatuto Social; iv. submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados nos exercícios anteriores; v. elaborar e propor, à Assembleia Geral, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento; vi. exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral; vii. formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia a partir das deliberações da Assembleia Geral, com a participação dos demais Diretores, iii. coordenar e superintender as atividades da Diretoria, convocando e presidindo as suas reuniões; e iv. substituir o Diretor de Relações com Investidores, em suas ausências e impedimentos. **Artigo 17 –** Compete ao Diretor de Relação com Investidores representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), se for o caso e as instituições participantes do mercado financeiro e de capitais, além de fazer cumprir as normas regulamentares aplicáveis à Companhia no tocante aos registros mantidos junto à CVM e administrar a política de relacionamento com investidores, incluindo: i. prestar informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia estejam admitidos à negociação; e ii. cumprir com as obrigações estabelecidas em Lei e nas normas regulamentares aplicáveis à Companhia, se assim for o caso. **Artigo 18 –** A representação ativa e passiva da Companhia e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, competirá conjuntamente a (i) 2 (dois) Diretores, ou (ii) 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou (iii) por 1 (um) procurador em caso de mandato *ad judicia*, sendo que sempre os procuradores deverão ter poderes específicos. Os instrumentos de mandato serão válidos ainda que o seu signatário deixe de integrar a Diretoria, salvo se for expressamente revogado. **Parágrafo Primeiro –** Nos atos de constituição de procuradores, a Companhia deverá ser necessariamente representada na forma do subitem (i) do caput do presente artigo, devendo as procurações conter prazo de validade não superior a 1 (um) ano, com exceção daquelas para fins judiciais, além da descrição específica dos poderes conferidos. Os Diretores deverão manter na sede social uma relação atualizada das procurações em vigor autorizadas pela Companhia. **Artigo 19 –** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário da Companhia que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social. **Artigo 20 –** As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de voto dos presentes, tendo o Diretor Presidente o voto qualificado em caso de empate e serão registradas no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. **Conselho Fiscal - Artigo 21 –** A Companhia poderá instituir um Conselho Fiscal se assim julgar necessário. **Capítulo V - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro: Artigo 22 –** O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro de cada ano e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano. Ao final de cada exercício social, serão levantados pela Diretoria o balanço geral, as demonstrações de resultado e os relatórios da administração. **Artigo 23 –** Os lucros apurados em cada exercício social terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo 24 –** A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 25 –** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, e a Assembleia Geral poderá declarar dividendos e/ou juros sobre capital próprio com base em tais balanços ou balancetes, observados este Estatuto Social e a legislação aplicável. **Capítulo VI - Reembolso: Artigo 26 –** O reembolso, nos casos previstos em lei, será efetivado pelo valor igual ao do valor patrimonial líquido das ações da Companhia, apurado de acordo com as disposições legais aplicáveis. **Capítulo VII - Liquidação: Artigo 27 –** A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, obedecidas as formalidades legais. **Capítulo VIII - Disposições Gerais: Artigo 28 –** Ocorrendo a separação ou divórcio de qualquer acionista, e sendo necessário efetuar a partilha das ações de emissão da Companhia de que tal acionista seja titular, o cônjuge não integrante da Companhia não poderá, nessas circunstâncias, nela ingressar. **Artigo 29 –** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. **Capítulo IX - Foro: Artigo 30 –** Fica eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como o único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos. **Acionista: VIRGO TRUST PARTICIPAÇÕES LTDA.** Advogada: **ANDRESSA MACIEL SCERNI - OAB/SP nº 352.552**

CKPAR Participações Societárias S/A

CNPJ 07.896.414/0001-90

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de Reais)

Ativo	2021	2020
Ativo circulante	**111**	**568**
Caixa e equivalentes de caixa	99	503
Tributos a recuperar	12	65
Ativo não circulante	**128.022**	**107.302**
Investimento	128.022	107.302
Total do ativo	**128.133**	**107.870**
Passivo e patrimônio líquido	**2021**	**2020**
Passivo circulante	**302**	**1**
Salários e encargos sociais a recolher	2	1
Contrato de Mútuo	300	-
Provisão para perdas com investimentos	1.315	1.478
Total do passivo não circulante	**1.315**	**1.478**
Patrimônio líquido	**126.516**	**106.391**
Capital social	96.801	96.473
Reserva Legal	1.444	414
Reservas de lucros	28.271	9.504
Total do passivo e patrimônio líquido	**128.133**	**107.870**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Receitas/(despesas) operacionais	2021	2020
Gerais e administrativas	(141)	(89)
Resultado de equivalência patrimonial	20.737	(2.075)
Resultado operacional	**20.596**	**(2.164)**
Despesas financeiras	(9)	(53)
Receitas financeiras	10	7
Resultado do exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**20.597**	**(2.210)**
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	**20.597**	**(2.210)**
Lucro líquido/ (Prejuízo) por ação	**4,66**	**(0,57)**

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	**20.597**	**(2.210)**
Total do resultado abrangente do exercício	**20.597**	**(2.210)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Reservas legal	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**81.878**	**(195)**	**414**	**11.697**	**-**	**93.794**
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	17	-	**17**
Aumento de capital	14.923	-	-	-	-	**14.923**
Capital social a integralizar	-	(14.923)	-	-	-	**(14.923)**
Integralização de capital	-	14.790	-	-	-	**14.790**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.210)	**(2.210)**
Absorção de prejuízo com reserva	-	-	-	(2.210)	2.210	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**96.801**	**(328)**	**414**	**9.504**	**-**	**106.391**
Integralização de capital	-	328	-	-	-	**328**
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(800)	-	**(800)**
Lucro do exercício	-	-	-	-	20.597	**20.597**
Transferência para reserva legal	-	-	1.030	-	(1.030)	**-**
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	19.567	(19.567)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**96.801**	**-**	**1.444**	**28.271**	**-**	**126.516**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	**20.597**	**(2.210)**
Ajustes que não afetam caixa		
Ajustes de exercícios anteriores	-	17
Resultado da equivalência patrimonial	(20.737)	2.075
	(140)	**(118)**
(Decréscimo)/acréscimo nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	53	(3)
Salários e encargos sociais	1	-
Caixa gerado das operações	**(86)**	**(121)**
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(86)**	**(121)**
Das atividades de investimento		
Adições/baixas no investimento	(1)	(2.257)
Juros sobre capital próprio	890	-
Caixa líquido das atividades de investimento	**889**	**(2.257)**
Das atividades de financiamento (com cotistas e com terceiros)		
Contrato de mútuo	300	(63)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	(1.035)	(11.874)
Aumento de capital social	328	14.790
Juros sobre capital próprio	(800)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento com acionistas	**(1.207)**	**2.853**
Aumento /(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**(404)**	**475**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	503	28
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	99	503
Aumento /(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**(404)**	**475**

A Diretoria

Patrícia Pansonato Garcia Pagani - Contadora - CRC 1SP 230236/O-4

As demonstrações financeiras completas, contendo Notas Explicativas e o relatório do auditor independente encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

Vicar S/A Comercial e Agropastoril - CNPJ Nº 61.529.236/0001-04

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: De conformidade com as disposições legais e Estatutarias vimos submeter à apreciação as contas relativas ao exercício de 2021.

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais

Balanços Patrimoniais-ATIVO	2021	2020
Circulante	**45.492.932,01**	**24.918.465,51**
Disponibilidades	34.560.170,09	15.487.973,75
Créditos a Receber	1.386.519,81	12.063,69
Estoques	9.546.242,11	9.418.428,07
Não Circulante	**4.856.035,81**	**18.364.200,07**
Aplicações	-	13.387.000,00
Investimentos	25.490,95	25.490,95
Imobilizado Líquido	4.830.544,86	4.951.709,12
Total Geral do Ativo	**50.348.967,82**	**43.282.665,58**

Balanços Patrimoniais-PASSIVO	2021	2020
Circulante	**13.293.021,74**	**6.357.819,23**
Contas a Pagar	13.293.021,74	6.357.819,23
Não Circulante	**-**	**-**
Financiamentos	-	-
Patrimônio Líquido	**37.055.946,08**	**36.924.846,35**
Capital Social	24.506.699,79	24.506.699,79
Reserva de Capital	6.270.776,00	6.270.776,00
Reserva Legal	3.423.428,97	2.832.448,67
Reserva de Lucro	2.855.041,32	3.314.921,89
Total Geral do Passivo	**50.348.967,82**	**43.282.665,58**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Reserva Legal	Lucro Acumulado	Reserva de Lucro	Reserva de Capital	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	24.506.699,79	2.547.568,45	-	2.902.197,73	6.270.776,00	36.227.241,97
Aumento ou Redução de Capital:						
Lucro (Prejuízo) do Exercício	-	-	5.697.604,38	-	-	5.697.604,38
Reserva Legal	-	284.880,22	(284.880,22)	-	-	-
Reserva de Lucro	-	-	(5.412.724,16)	5.412.724,16	-	-
Dividendos	-	-	-	(5.000.000,00)	-	(5.000.000,00)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	24.506.699,79	2.832.448,67	-	3.314.921,89	6.270.776,00	36.924.846,35
Aumento ou Redução de Capital:						
Lucro (Prejuízo) do Exercício	-	-	11.819.606,11	-	-	11.819.606,11
Lucro (Prejuízo) do Exerc. Anterior	-	-	311.493,62	-	-	311.493,62
Reserva Legal	-	590.980,30	(590.980,30)	-	-	-
Reserva de Lucro	-	-	(11.540.119,43)	11.540.119,43	-	-
Dividendos	-	-	-	(12.000.000,00)	-	(12.000.000,00)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	24.506.699,79	3.423.428,97	-	2.855.041,32	6.270.776,00	37.055.946,08

Demonstração do Fluxo de Caixa Indireto

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	11.819.606,11	5.697.604,38
Ajuste por: Depreciação	286.118,05	299.375,05
	12.105.724,16	**5.996.979,43**
Aumento nas contas a receber de cliente e outros	(1.374.456,12)	3.389,24
Aumento/Diminuição nos estoques	(127.814,04)	(417.461,37)
Aumento/Diminuição contas a pagar - fornecedores	246.696,12	452.816,46
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**10.850.150,12**	**6.035.723,76**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Venda/Compra de ativo imobilizado	(164.953,79)	(540.751,86)
Aplicações	13.387.000,00	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**13.222.046,21**	**(540.751,86)**
Fluxos de caixa das atividades financiamento		
Dividendos pagos	(4.999.999,99)	(4.000.000,00)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(4.999.999,99)**	**(4.000.000,00)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**19.072.196,34**	**1.494.971,90**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	15.487.973,75	13.993.001,85
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	**34.560.170,09**	**15.487.973,75**

Demonstração do Resultado

	2021	2020
1 - Receita de Vendas		
Bovinos e outros prod. Agrícolas	13.150.978,44	8.425.342,06
(-) Custo Gado Vendido	(5.706.580,82)	(4.037.789,27)
(-) Impostos Incidentes sobre Vendas	(279.726,58)	(186.630,82)
2 - Lucro Bruto	**7.164.671,04**	**4.200.921,97**
(-) Administrativas	(1.777.320,50)	(1.779.287,34)
(-) Tributárias	(932.410,82)	(746.388,31)
(+) Outras Receitas Operacionais	6.303.751,72	4.113.612,41
3 - Despesas Operacionais	**3.594.020,40**	**1.587.936,76**
4 - Lucro Operacional	**10.758.691,44**	**5.788.858,73**
(+) Outras Receitas não Operacionais	2.466.393,74	375.159,20
5 - Receitas não Operacionais	**2.466.393,74**	**375.159,20**
(-) Resultado Participações Outras Empresas	-	-
6 - Despesas não Operacionais	**-**	**-**
7 – Lucro antes do IRPJ e Contribuição Social	**13.225.085,18**	**6.164.017,93**
(-) Contribuição Social Sobre o Lucro	(429.896,04)	(163.482,77)
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(975.583,03)	(302.930,78)
8 - Resultado do Exercício Lucro /(Prejuízo)	**11.819.606,11**	**5.697.604,38**

Demonstração do Valor Adicionado - DVA

	2021	2020
Receitas	**19.459.436,76**	**12.366.310,64**
Vendas de Mercadorias e Produtos e outras	19.459.436,76	12.366.310,64
Insumos Adquiridos de Terceiros	**4.879.321,93**	**2.945.781,75**
Custo de Mercadorias Vendidas	4.282.822,19	2.473.492,08
Materias, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	596.499,74	472.289,67
Valor Adicionado Bruto	**14.580.114,83**	**9.420.528,89**
Retenções	**286.118,05**	**334.155,25**
Depreciação	286.118,05	334.155,25
Valor Adicionado Líquido pela Entidade	**14.293.996,78**	**9.086.373,64**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**2.475.717,08**	**557.427,83**
Receitas Financeiras	2.475.717,08	557.427,83
Valor Adicionado Total a Distribuir	**16.769.713,86**	**9.643.801,47**
Distribuição do Valor Adicionado	4.950.107,75	3.946.197,09
Pessoal e Encargos	2.598.187,92	2.723.560,59
Impostos Taxas e Contribuições	2.337.889,89	1.213.011,70
Juros e Aluguéis	14.029,94	9.624,80
Lucro do Exercício	**11.819.606,11**	**5.697.604,38**

A Diretoria — **Wagner Luiz de Oliveira Tao** - CRC 1SP 196890/O-8

As demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas na íntegra encontram-se disponíveis na sede social.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4B3A-45C8-34E3-6704.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4B3A-45C8-34E3-6704.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4B3A-45C8-34E3-6704 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4B3A-45C8-34E3-6704

Hash do Documento

2077A67F953A08CE1EF6E04583DB335C6431252338E1EF4CA606C85772B61D2C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/04/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 23/04/2022 09:49 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Boviel-Kyowa S.A. Consultoria e Planejamento - Em Liquidação

CNPJ nº 43.519.966/0001-42

Edital de Convocação da AGO

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO, a realizar-se no dia 29/04/2022, em 1ª convocação às 10h00 e, em 2ª convocação, às 12h00, à Estrada da Penha, 1.301, Sala 2 - Jd. Arujá - Arujá/SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: i) Aprovação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; ii) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Arujá, SP, 18/04/2022. Tsukasa Arakawa, Liquidante.

Incopisos Indústria e Comércio de Pisos Ltda.

CNPJ/MF nº 55.254.825/0001-24

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Ativo circulante		**621.791**	**370.681**	**Passivo circulante**		**153.614**	**92.783**
Caixa e equivalentes de caixa	6	285.364	136.237	Fornecedores	14	35.815	38.897
Contas a receber de clientes	7	261.374	189.638	Obrigações fiscais e tributárias	15	90.131	33.321
Estoques	8	58.989	25.088	Obrigações sociais e trabalhistas	16	11.641	8.700
Tributos a recuperar	9	10.981	7.554	Comissões a pagar	17	14.418	10.965
Outras contas a receber	10	5.083	12.164	Valores a pagar partes relacionadas	18	1.319	487
Ativo não circulante		**228.601**	**218.000**	Outros valores a pagar		290	415
Contas a receber de clientes	7	-	197	**Passivo não circulante**		**109.541**	**101.866**
Tributos a recuperar	9	3.366	8.994	IRPJ e CSLL diferidos	19.2	41.745	45.601
Depósitos judiciais	11	14.603	7.193	Lucros e JSCP pagar	18	67.796	56.266
Outras contas a receber	10	1.900	6.500	**Total do passivo**		**263.155**	**194.650**
		19.869	**22.885**	**Patrimônio líquido**		**587.237**	**394.032**
Investimentos		68	68	Capital social	21	500	500
Propriedades para investimento		-	91	Reservas de lucros		522.038	325.898
Imobilizado	12	208.472	194.844	Ajustes de avaliação patrimonial		64.699	67.634
Intangível	13	192	112				
Total do ativo		**850.392**	**588.682**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**850.392**	**588.682**

Demonstração do Resultado

	Nota	2021	2020
Receita líquida de vendas	22	695.226	377.072
Custo dos produtos vendidos	23	(329.739)	(235.564)
Lucro bruto		**365.487**	**141.508**
Despesas com vendas	23	(55.039)	(31.226)
Despesas gerais e administrativas	23	(6.180)	(4.898)
Outros ganhos (perdas), líquidos		(1.006)	5.081
		(62.225)	**(31.042)**
Lucro antes do resultado financeiro		**303.262**	**110.465**
Receitas financeiras		10.397	3.246
Despesas financeiras		(7.999)	(1.930)
Variação cambial líquida		1.879	695
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	24	**4.277**	**2.011**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**307.539**	**112.476**
Imposto de renda e CS correntes	19.1	(102.523)	(36.550)
Imposto de renda e CS diferidos	19.2	3.856	2.512
Lucro líquido do exercício		**208.872**	**78.439**

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada por conta de não existir nenhuma transação além do próprio lucro do exercício que envolva outros resultados abrangentes nos termos apresentados no Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2019	**500**	**253.795**	**73.690**	**327.984**
Lucro (prejuízo) do período	-	78.439	-	78.439
Juros sobre o capital próprio (JCP)	-	(12.392)	-	(12.392)
Realização do AAP (líquido dos tributos diferidos)	-	6.056	(6.056)	-
Em 31 de dezembro de 2020	**500**	**325.898**	**67.634**	**394.032**
Lucro (prejuízo) do período	-	208.872	-	208.872
Juros sobre o capital próprio (JCP)	-	(15.667)	-	(15.667)
Realização do AAP (líquido dos tributos diferidos)	-	2.935	(2.935)	-
Em 31 de dezembro de 2021	**500**	**522.038**	**64.699**	**587.237**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Nota	2021	2020
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		**307.539**	**112.476**
Ajustes do lucro líquido			
Provisão para liquidação duvidosa	7	45	(101)
Provisão comissões a pagar	17	3.450	5.834
Depreciação e amortização	12/13	13.655	11.899
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado		(638)	(6.250)
Lucro (prejuízo) líquido ajustado		**324.051**	**123.858**
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(71.584)	(104.161)
Estoques		(33.902)	41.080
Tributos a recuperar		2.201	(1.789)
Adiantamentos a fornecedores		7.323	(10.552)
Outras contas a receber		4.358	(116)
Depósitos judiciais		(7.409)	(3.696)
Fornecedores		(3.082)	24.466
Contas a pagar partes relacionadas		832	5
Tributos a pagar		4.267	7.231
Obrigações sociais e trabalhistas		2.941	2.008
Comissões a pagar		3	(19)
Outros valores a pagar		(121)	(7)
Caixa gerado nas operações		**229.878**	**78.307**
IRPJ e CSLL pagos		(49.980)	(16.915)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**179.898**	**61.393**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Compra de ativo imobilizado e intangível	12/13	(27.363)	(23.883)
Recebimento pela alienação de ativo imobilizado e intangível		729	2.375
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**(26.634)**	**(21.507)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Lucros distribuídos e juros sobre o capital próprio pagos		(4.137)	(3.532)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		**(4.137)**	**(3.532)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		**149.127**	**36.354**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		136.237	99.884
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		285.364	136.237
Variação no caixa e equivalente de caixa		**149.127**	**36.354**

Notas explicativas da administração às demonstrações - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Incopisos Indústria e Comércio de Pisos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 55.254.825/0001-24, é uma sociedade empresária limitada com sede na cidade de Santa Gertrudes, estado de São Paulo e tem por atividade preponderante a produção e comercialização de produtos cerâmicos. A sociedade tem como objeto principal a fabricação de pisos e revestimentos cerâmicos, beneficiamento e comércio atacadista de argila, exportação, importação, revenda e transporte. As atividades fabris são desenvolvidas no estabelecimento filial da empresa, localizado juntamente com o estabelecimento matriz. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Empresa, em 31 de março de 2022. **2. Apresentação das demonstrações contábeis - 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **2.2. Base para preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 4. **2.3. Conversão de moeda estrangeira - a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em Reais (R$), moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "variação cambial líquida" (Nota 24 – Resultado Financeiro). **3. Resumo das principais políticas contábeis - 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, com risco insignificante de mudança no valor justo. **3.2. Ativo financeiro - 3.2.1. Classificação:** A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda mensurados ao valor justo quando existentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **a) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida do "resultado financeiro". **3.2.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. ***3.2.3. Impairment* de ativos financeiros - a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Empresa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida. **3.3. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **3.4. Estoques:** O custo do produto acabado é mensurado levando em consideração todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos, em conformidade com as previsões da NBC TG 16 - Estoques. No custo de aquisição foram considerados o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição. Os custos de transformação de estoques incluíram os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção. Também incluíram a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que foram incorridos para transformar os materiais em produtos acabados. **3.5. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzindo depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada (Nota 12). O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), liquidas" na determinação do resultado. São divulgados os valores contábeis dos ativos cuja titularidade é restrita, como ativos imobilizados formalmente ou em sua essência concedidos como garantia de obrigações e os adquiridos via FINAME, conforme item 74 do CPC 27. **3.5.1. Custo atribuído:** O registro do custo atribuído *(deemed cost)* do imobilizado, em conformidade com as normas NBC TG 37 e NBC TG 27 – Ativo imobilizado, bem como, o ITG 10 – Interpretação sobre Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado, foi baseado em avaliação efetuada por avaliadores independentes. Da mesma forma, foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado em virtude da nova vida útil estimada dos mesmos, conforme NBC TG 27 – Ativo Imobilizado. **3.6. Ativos Intangíveis:** Os Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. **3.7. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos com vida útil definida são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis, que podem ser UGC's ou segmentos operacionais. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. **3.8. Propriedade para Investimento:** Propriedades para investimento permanecem mensuradas ao custo de aquisição, incluindo custos da transação. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando à propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. **3.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, e quando cabível, acrescidos das variações monetárias ou cambiais. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos *(pro rata temporis)*. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O reconhecimento e mensuração são realizados conforme NBC TG 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; NBC TG 39 – Instrumentos Financeiros: Divulgação; e NBC TG 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.11. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros para os sócios da empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. **3.12. Provisões para contingência:** As provisões para contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Empresa. (Nota 20). As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: • A Empresa possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; • E provável que uma saída de recurso financeiro seja requerida para saldar a obrigação; e • O valor puder ser estimado em base confiável. **3.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A empresa reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas informações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. Os valores dos impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica. O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. **3.14. Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a empresa. **3.15. Transações com partes relacionadas:** A Incopisos e a Mineradora Incopisos Ltda. estão classificadas como partes relacionadas por estarem interligadas através dos sócios administradores em comum e realizam entre si transações durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem a seus interesses e é objetivo permanente da empresa. **3.16. Capital social:** As quotas da empresa são classificadas no Patrimônio Líquido, cujo Capital Social está totalmente subscrito e integralizado. **3.17. Reconhecimento da receita - a) Receita de venda:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma Empresa efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. O reconhecimento não ocorre até que: • os produtos tenham sido enviados para o local especificado; • os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; • o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e • as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **b) Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.18. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2021 a administração considera que todos os ativos e compromissos de valores relevantes de alto nível de risco estão cobertos pelo seguro, por meio de políticas locais e corporativas. **4. Estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas e julgamentos críticos para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da empresa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para crédito de liquidação duvidosa, passivos contingentes, determinações de provisões para imposto e contribuições e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A empresa faz estimativa e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados abaixo. **5. Gestão de risco financeiro - 5.1. Fatores de risco financeiro:** A gestão dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela tesouraria e aprovados pela Administração da entidade. A Empresa está exposta a diversos riscos, incluindo risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de mercado, risco de liquidez e risco cambial, como definido abaixo: **5.2. Risco cambial:** A empresa está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais, bem como ativos e passivos reconhecidos na data da transação. **5.3. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Caso clientes sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. **5.4. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da empresa para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **5.5. Gestão de capital:** Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

6. Caixa e equivalentes de caixa	**2021**	**2020**
Caixa	316	267
Bancos	980	87
Aplicações financeiras	284.068	135.883
	285.364	**136.237**

Os valores das aplicações financeiras têm cláusula de liquidez imediata sem qualquer penalização no resgate antecipado.

7. Contas a receber de clientes	**2021**	**2020**
Contas a receber - mercado interno	237.431	170.817
(-) PECLD - mercado interno	(22)	-
(-) AVP - mercado interno	-	(7)
Contas a receber - mercado externo	24.309	19.346
(-) PECLD - mercado externo	(344)	(320)
	261.374	**189.836**
Circulante	261.374	189.638
Não circulante	-	197

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	2021	**2020**
Vencidos acima de 366 dias	559	320
Vencidos até 365 dias	554	331
Vencidos até 90 dias	4.904	3.103
Vencidos até 30 dias	5.860	4.512
A vencer em 30 dias	68.006	49.776
A vencer em até 90 dias	105.768	75.254
A vencer em até 365 dias	76.088	56.663
A vencer acima de 366 dias	-	204
Ajuste a Valor Presente	-	(7)
PECLD	(365)	(320)
	261.374	**189.836**

Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa:

	2021	**2020**
Saldo inicial	320	421
Adições	45	72
Baixas	-	(173)
Saldo final	**365**	**320**

8. Estoques	**2021**	**2020**
Almoxarifado	259	260
Embalagens	6.231	3.826
Materiais de uso e consumo	648	807
Matérias-primas	25.072	8.922
Produtos em andamento	1.333	1.017
Produtos acabados	25.372	9.658
Mercadoria para revenda	74	-
Importação em andamento	-	598
	58.989	**25.088**

9. Tributos a recuperar: Compreende os créditos por aquisição de insumos para produção, deduzidos os débitos pelas saídas e a parcela circulante dos créditos por aquisição de imobilizado que serão compensados com os respectivos tributos a pagar, quando possível.

		2021	**2020**
IPI a recuperar(i)	Curto prazo	7.147	5.258
ICMS s/ ativo RICMS/2000	Curto prazo	1.075	281
ICMS a apropriar	Curto prazo	1.745	1.270
PIS a apropriar	Curto prazo	181	133
COFINS a apropriar	Curto prazo	833	612
IPI a ressarcir	Longo prazo	-	7.389
ICMS s/ ativo RICMS/2000	Longo prazo	3.366	1.604
		14.347	**16.548**
Circulante		10.981	7.554
Não circulante		3.366	8.994

(i) O Decreto nº 6.890/2009 reduziu para 0% a alíquota do IPI sobre os produtos cerâmicos, prorrogado para 2010, pelo Decreto nº 7.222/2010, e para 2011 e 2012 pelo Decreto nº 7.542/2011 até 31/12/2012 gerando, desta forma, créditos de IPI nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012. Em 27/12/2012, o Decreto nº 7.879 fixou em 0% a alíquota de IPI por tempo indeterminado. Nesse período, a Administração ingressou anualmente com pedidos de ressarcimento/compensação perante o Fisco dos créditos em questão. Com o Decreto nº 10.771, de 20.08.2021, a alíquota passou a ser majorada a 1% a partir de 01/12/2021.

10- Outras contas a receber: Refere-se aos adiantamentos da folha de pagamento, adiantamento de fornecedores nacionais, despesas antecipadas e contas a receber da venda de imóvel.

	2021	**2020**
Adiantamento folha de pagamento	175	90
Adiantamento a fornecedores	3.316	10.639
Despesas antecipadas	392	235
Contas a receber sobre venda de imobilizado	3.100	7.700
Total	**6.983**	**18.664**
Circulante	5.083	12.164
Não circulante	1.900	6.500

11 Depósitos judiciais: Trata-se de valor depositado em juízo relativo aos processos trabalhistas, tributários e cíveis que se originam do curso normal dos negócios da Incopisos. Já o valor mais relevante, no montante de R$ 14.409, é atualizado mensalmente e se refere à ação judicial da empresa, ainda sem trânsito em julgado, a respeito da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

	2021	**2020**
Processos tributários (ICMS BC do PIS e COFINS)	14.409	6.999
Processos tributários/cíveis	194	194
Total	**14.603**	**7.193**

12. Imobilizado Líquido

Imobilizado	Terrenos	Edifícios e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Tratores e Escavadeiras	Equipamentos de informática	Imobilizado em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**45.156**	**74.604**	**58.886**	**1.849**	**1.544**	**4.464**	**176**	**0**	**186.678**
Aquisições	-	-	5.695	263	419	-	44	17.463	23.883
Baixa do bem	(3.630)	-	(196)	-	-	-	-	-	(3.826)
Transferências	-	-	-	7	-	-	-	(7)	-
Depreciações	-	(2.932)	(7.086)	(223)	(516)	(1.083)	(51)	-	(11.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**41.526**	**71.672**	**57.299**	**1.896**	**1.446**	**3.381**	**169**	**17.456**	**194.844**
Aquisições	-	-	7.674	321	1.169	-	204	17.906	27.274
Baixa do bem	-	-	(787)	-	(166)	-	-	-	(953)
Transferências	-	3.700	21.244	8	-	660	-	(25.611)	-
Depreciações	-	(3.249)	(7.328)	(258)	(583)	(1.204)	(72)	-	(12.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**41.526**	**72.123**	**78.101**	**1.966**	**1.866**	**2.837**	**301**	**9.751**	**208.472**

13. Intangível líquido: É composto de software, marcas e patentes e direitos de uso, deduzidos das amortizações acumuladas até o momento.

14. Fornecedores: São registrados nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias ou cambiais.

	2021	**2020**
Nacionais	35.612	29.984
Estrangeiros	203	8.912
	35.815	**38.897**

15. Obrigações fiscais e tributárias: As obrigações fiscais e tributárias estão compostas por saldos dos débitos apurados pelas operações de vendas deduzidos dos créditos pelas entradas; pelos impostos e contribuições a recolher retidos de prestadores de serviços; e pelos tributos sobre o lucro.

	2021	**2020**
ICMS a recolher	5.052	4.385
CSLL a recolher	17.664	4.696
IRPJ a recolher	58.015	17.515
ISS retido a recolher	10	16
PIS a recolher	227	82
COFINS a recolher	1.066	381
IRRF a recolher	2.376	1.876
PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher	28	26
ICMS ST SP a recolher	1.038	467
ICMS ST demais UFs a recolher	4.655	3.877
	90.131	**33.321**

16. Obrigações sociais e trabalhistas: O grupo está composto conforme quadro abaixo:

	2021	**2020**
Salários a pagar	1.953	1.685
Férias a pagar	5.114	3.537
Pró-Labore	8	8
INSS a recolher	2.668	2.027
FGTS a recolher	790	574
Indenizações trabalhistas a pagar	-	88
Retenção INSS terceiros	23	26
PLR - Participações empregados a pagar	536	398
IRRF	498	323
Outros	51	34
	11.641	**8.700**

17. Comissões a pagar

	2021	**2020**
Provisão de comissões a pagar	13.807	10.330
Provisão comissões exportação a pagar	611	635
Total	**14.418**	**10.965**

18. Valores a pagar - partes relacionadas: Da seguinte maneira os valores a pagar com partes relacionadas estão expostos nas demonstrações contábeis da companhia:

	2021	**2020**
Outros valores a pagar - partes relacionadas	1.319	487
Lucros a distribuir	10.398	11.090
Juros sobre capital próprio a pagar, líquido	57.398	45.176
Total	**69.115**	**56.752**

19. Imposto de renda e contribuição social: 1. Imposto de renda e contribuição social correntes: As despesas com imposto de renda e contribuição social e a reconciliação da alíquota efetiva são apresentadas conforme abaixo:

	2021	**2020**
Resultado antes do imposto	**307.539**	**112.476**
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	(104.539)	(38.218)
Incentivo fiscal e destinações	524	153
Adições permanentes	(113)	(187)
Exclusão permanente	134	1
JCP	5.327	4.213
	(98.667)	**(34.038)**
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(102.523)	(36.550)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferido	3.856	2.512
Despesa com imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado corrente e diferido	**(98.667)**	**(34.038)**
Alíquota efetiva	32,1%	30,3%

2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	**2020**
Diferenças temporárias ativas		
Provisão para comissões	4.901	3.728
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	124	109
Variações cambiais pelo regime de caixa	(216)	172
Provisão para ajuste a valor presente	-	2
	4.809	**4.011**
Diferenças temporárias passivas		
Ajuste de avaliação patrimonial	(35.424)	(36.637)
(Provisão)/reversão IR/CS diferido s/ alienação de imobilizado	2.702	(191)
Variação monetária	(241)	(92)
Diferença de taxa de depreciação (societária *versus* fiscal)	(13.591)	(12.693)
	(46.554)	**(49.612)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	**(41.745)**	**(45.601)**

Detalhamos abaixo a reconciliação dos tributos diferidos contabilizados na demonstração de resultados:

	2021	**2020**
Depreciação societária	134	(79)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.510	1.832
Provisão variação cambial exterior	(388)	172
Provisão para comissão	1.173	1.984
Provisão liquidação duvidosa	15	(34)
Ajuste a valor presente	(2)	2
Diferido sobre alienação	1.564	(1.317)
Variação monetária	(150)	(48)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos	**3.856**	**2.512**

20. Provisões para contingência: A empresa tem ações de naturezas cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis com base na avaliação de seus assessores legais na ordem de R$ 1.239.905,28, para as quais não há provisão constituída.

21. Capital social: O Capital Social, no montante de R$ 500 mil, totalmente integralizado, está representado por 500.000 quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada uma.

22. Receita: A reconciliação da receita bruta para receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é como segue:

	2021	**2020**
Receita bruta		
Vendas mercado interno	751.124	418.804
Exportações diretas	80.594	33.151
Exportações indiretas	2.312	1.206
Receita na revenda de mercadorias	137	16
Revenda de energia elétrica	1.259	638
	835.426	**453.815**
Deduções de vendas		
(-) Impostos sobre venda	(138.969)	(76.282)
(-) Devoluções	(1.231)	(461)
	(140.200)	**(76.744)**
Receita líquida	**695.226**	**377.072**

23. Custos e despesas por natureza: Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas são demonstrados da seguinte forma:

	2021	**2020**
Custo dos produtos vendidos	(329.193)	(226.162)
Custo das mercadorias revendidas	(546)	(1.381)
Ociosidade	-	(8.021)
Despesas com vendas	(55.039)	(31.226)
Despesas gerais administrativas	(6.180)	(4.898)
	(390.958)	**(271.687)**
Abertura por Natureza		
Custos diretos da produção (incluindo insumos)	(118.999)	(51.617)
Obrigações trabalhistas e benefícios a funcionários	(60.313)	(38.992)
Amortização e depreciação	(13.186)	(9.672)
Gastos com aluguéis	(368)	(309)
Outros custos indiretos da produção	(158.227)	(84.826)
Custos com ociosidade	-	(8.021)
Despesas com exportações	(6.648)	(3.211)
Despesas com comissões	(37.927)	(21.528)
Fretes s/ produtos e mercadorias vendidas	(5.557)	(2.308)
Outras despesas comerciais	(3.286)	(2.704)
Outras despesas administrativas	(2.019)	(1.417)
Variação do estoque de produtos acabados e/ou em elaboração	15.572	(47.083)
	(390.958)	**(271.687)**

24. Resultado financeiro

Os resultados financeiros são demonstrados da seguinte forma:

	2021	**2020**
Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	9.101	2.666
Ganhos com variações monetárias	992	160
Descontos financeiros obtidos	55	17
Outras receitas financeiras	249	402
	10.397	**3.246**
Despesas financeiras		
Encargos financeiros	(3.307)	(931)
Perda com variações monetárias	(232)	(467)
Outras despesas financeiras	(4.460)	(532)
	(7.999)	**(1.930)**
Variação cambial líquida		
Clientes	1.879	695
	1.879	**695**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**4.277**	**2.011**

Edilaine Regina Pascon
Sócia – CPF 078.802.588-09

Valmir Pedro Baiocco
Contador CRC 1SP 142.129/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À **Incopisos Industria e Comercio de Pisos Ltda.** A/C: Administradores e demais partes interessadas. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Incopisos Industria e Comércio de Pisos Ltda. (Empresa) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Incopisos Industria e Comercio de Pisos Ltda., em 31 de dezembro de 2021 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Campinas, 20 de abril de 2022. Atenciosamente, **Wesley Abra de Assis -** Contador – CRC/SP 288527/O-6. **Consulcamp Auditoria -** CRC 2SP024818/O-5

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D5-679B-221F-F32A.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D5-679B-221F-F32A.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C6D5-679B-221F-F32A ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C6D5-679B-221F-F32A

Hash do Documento

4AB7AB87D652BC1E9C79E3A1ACDAB20C2651BC3FAC3F3AA2ADE919AB8DCA37F9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/04/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 23/04/2022 09:49 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

CNPJ/ME nº 43.395.177/0001-47

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração: Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionista, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras da SECID – Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Balanço Patrimonial		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante		**114.756**	**116.717**	**295.347**	**235.302**
Caixa e equivalentes de caixa	6	73.938	79.108	204.501	137.794
Contas a receber	7	37.243	32.827	77.515	82.007
Tributos a recuperar		1.873	1.865	4.218	4.349
Outros créditos	8	1.702	2.917	9.113	11.152
Não circulante		**1.309.221**	**1.269.519**	**1.615.240**	**1.544.504**
Contas a receber	7	1.395	2.915	10.658	14.699
Partes relacionadas	17	384	33.384	-	33.000
Adiantamentos para futuro investimento	17	2.884	-	-	-
Depósitos judiciais	18	1.087	520	7.689	6.589
Outros créditos	8	2.267	696	25.493	8.319
Tributos diferidos	23	20.917	16.015	53.001	47.140
Investimentos	9	1.109.532	1.073.239	45	45
Imobilizado, líquido	10	29.392	30.561	270.706	279.142
Direito de uso	14	114.025	98.702	480.546	387.527
Intangível, líquido	11	27.338	13.487	767.102	768.043
Total do ativo		**1.423.977**	**1.386.236**	**1.910.587**	**1.779.806**

Demonstrações dos resultados		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2021**	**2020** (Reapresentado (Nota 1.3))	**2021**	**2020** (Reapresentado (Nota 1.3))
Receita líquida	24	385.867	359.078	774.584	757.172
Custo dos serviços prestados	25	(184.477)	(180.129)	(401.700)	(383.340)
Lucro bruto		201.390	178.949	372.884	373.832
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	25	(101.725)	(105.609)	(192.653)	(270.373)
Resultado de equivalência patrimonial	9	36.293	(2.013)	-	-
Outras receitas, líquidas	25	2.909	773	7.199	6.188
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		138.867	72.100	187.430	109.647
Receitas financeiras	26.1	3.574	1.503	9.581	5.236
Despesas financeiras	26.2	(92.056)	(64.291)	(147.325)	(104.082)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		50.385	9.312	49.686	10.801
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	23	(1.278)	(926)	(1.692)	(875)
Diferido	23	4.902	5.938	6.015	4.398
Lucro líquido do exercício		54.009	14.324	54.009	14.324
Média ponderada das ações no exercício	21	2.262.398	2.262.398		
Lucro básico e diluído por ações em reais	21	23,87	6,33		

Balanço Patrimonial		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante		**166.509**	**110.152**	**236.457**	**180.270**
Empréstimos e financiamentos	12	-	15.311	-	22.628
Debêntures	13	50.633	43.159	50.633	43.159
Fornecedores		10.609	7.213	19.173	14.283
Obrigações com partes relacionadas	17	299	243	299	243
Obrigações trabalhistas	15	18.798	13.919	40.521	34.188
Obrigações tributárias	16	10.357	8.777	17.426	15.819
Dividendos a pagar	20.d	5.327	-	5.327	-
Adiantamentos de clientes		8.269	6.134	22.805	21.310
Passivo de arrendamento	14	20.051	15.302	32.880	23.380
Obrigações por aquisição de participações societárias	19	41.953	-	43.155	1.162
Outras contas a pagar		213	94	4.238	4.098
Não circulante		**1.152.634**	**1.212.432**	**1.569.296**	**1.535.884**
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	-	1.222
Debêntures	13	717.500	758.750	717.500	758.750
Obrigações com partes relacionadas	17	-	2.100	-	-
Obrigações tributárias	16	8.181	12.939	24.397	30.800
Tributos diferidos	23	-	-	-	154
Provisão para demandas judiciais	18	4.954	2.866	28.207	18.420
Passivo de arrendamento	14	107.977	94.747	484.864	384.330
Obrigações por aquisição de participações societárias	19	313.022	340.030	313.022	341.192
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.000	1.000	1.000	1.000
Outras contas a pagar		-	-	306	16
Patrimônio líquido		**104.834**	**63.652**	**104.834**	**63.652**
Capital social	20	54.882	54.882	54.882	54.882
Reservas de lucros	20	49.952	8.770	49.952	8.770
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.423.977**	**1.386.236**	**1.910.587**	**1.779.806**

Demonstrações dos resultados abrangentes	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício	54.009	14.324	54.009	14.324
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**54.009**	**14.324**	**54.009**	**14.324**

Demonstrações dos fluxos de caixa		Controladora		Consolidado	
Das atividades operacionais	**Notas**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**50.385**	**9.312**	**49.686**	**10.801**
Resultado de equivalência patrimonial	9	(36.293)	2.013	-	-
Depreciação e amortização	10 e 11	10.750	8.592	42.701	59.665
Amortização do direito de uso	14	18.363	14.762	38.705	28.900
Amortização do custo de captação	13	702	671	702	671
Encargos financeiros sobre financiamentos	12	609	858	1.045	2.436
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	19	14.944	7.409	15.025	7.484
Juros de debêntures	13	44.737	28.830	44.737	28.830
Juros sobre passivo de arrendamento	14	12.113	11.057	43.350	32.544
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	7	469	(131)	1.640	(1.530)
Provisão para demanda judicial	18	872	(198)	1.863	2.466
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7	18.709	26.041	40.808	59.972
Baixa de imobilizado e intangível	10 e 11	-	-	-	2.516
Baixa por descontinuidade de arrendamento	14	-	-	-	(5.616)
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa		**136.360**	**109.216**	**280.262**	**229.139**
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber		(22.074)	(30.362)	(33.915)	(76.160)
Depósitos judiciais		1.005	(91)	(1.100)	(1.392)
Tributos a recuperar		(8)	(393)	131	(440)
Outros créditos		(356)	(1.280)	(6.850)	2.739
(Decréscimo) acréscimo em passivos					
Fornecedores		3.396	1.734	4.890	616
Obrigações trabalhistas		4.879	(2.894)	6.333	(9.863)
Obrigações tributárias		(4.001)	(4.717)	(5.845)	(5.739)
Adiantamentos de clientes		2.135	3.561	1.495	708
Outras contas a pagar		(236)	93	69	1.081
		121.100	**74.867**	**245.470**	**140.689**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(455)	(1.424)	(643)	(1.442)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**120.645**	**73.443**	**244.827**	**139.247**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	19	-	-	(1.202)	(1.162)
Aquisição Positivo, líquido de caixa adquirido	5	-	(311.640)	-	(305.405)
Aquisição de imobilizado	10	(4.489)	(1.714)	(12.382)	(4.527)
Aquisição de intangível	11	(18.943)	(4.886)	(20.942)	(5.774)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(23.432)**	**(318.240)**	**(34.526)**	**(316.868)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos	20	(7.500)	(28.737)	(7.500)	(28.737)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(15.920)	(9.279)	(24.895)	(16.824)
Captação de debêntures	13	-	467.399	-	467.399
Pagamento de debêntures	13	(79.215)	(30.861)	(79.215)	(30.861)
Pagamento de arrendamento	14	(27.820)	(19.056)	(65.040)	(47.011)
Partes relacionadas	17	28.072	(56.994)	33.056	(36.360)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**(102.383)**	**322.472**	**(143.594)**	**307.606**
Aumento (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(5.170)**	**77.675**	**66.707**	**129.985**
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		79.108	1.433	137.794	7.809
No fim do exercício		73.938	79.108	204.501	137.794
Aumento (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		**(5.170)**	**77.675**	**66.707**	**129.985**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reservas de capital: Futuro aumento de capital	Reservas de capital: Total de reservas de capital	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Total das reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**29.462**	**25.000**	**25.000**	**18.090**	**5.093**	**23.183**	**-**	**77.645**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	14.324	14.324
Aumento de capital		25.420	(25.000)	(25.000)	-	-	-	-	420
Destinação do resultado do exercício									
Constituição da reserva legal		-	-	-	-	716	716	(716)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(3.581)	(3.581)
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(15.129)	-	(15.129)	(10.027)	(25.156)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**54.882**	**-**	**-**	**2.961**	**5.809**	**8.770**	**-**	**63.652**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	54.009	54.009
Destinação do resultado do exercício									
Constituição da reserva legal	20.b	-	-	-	-	2.700	2.700	(2.700)	-
Distribuição de dividendos	20.d	-	-	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	-	-	(5.327)	(5.327)
Retenção de lucros	20.c	-	-	-	38.482	-	38.482	(38.482)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**54.882**	**-**	**-**	**41.443**	**8.509**	**49.952**	**-**	**104.834**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1.1. Contexto operacional: A SECID – Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Universidade Cidade São Paulo – UNICID" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo – SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 - Tatuapé. A Companhia e suas controladas diretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação. **1.2. Ações e impactos causados pela pandemia COVID-19:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia se manteve alinhada às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e às políticas adotadas pelas autoridades governamentais para garantir, em primeiro lugar, a saúde e o bem-estar de todos os envolvidos com a Companhia: alunos, colaboradores, terceiros, seus familiares e a sociedade como um todo. No segmento de educação, as autoridades estaduais e municipais de saúde, em diversos estados e municípios, mantiveram a suspensão de aulas presenciais em escolas, faculdades e universidades, públicas e particulares, sendo autorizadas somente as aulas práticas de forma presencial, seguindo um rígido protocolo de segurança no combate a COVID-19. Com isso, no 3º trimestre de 2021 tivemos a retomada presencial das atividades práticas de diversos cursos, principalmente da área da saúde. O retorno de todas as atividades presenciais está em avaliação pelas autoridades governamentais, considerando o cenário atual de avanço da vacinação e controle da pandemia, e está prevista para o primeiro semestre de 2022. Vale destacar que mesmo no cenário de crise econômica provido pela pandemia, o caixa ou o capital circulante líquido da Companhia para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 não foi significativamente impactado. Visto que mesmo com o fechamento das unidades presenciais a Companhia manteve a prestação dos serviços educacionais a partir de suas plataformas virtuais, obtendo excelentes níveis de adesão e engajamento por parte dos alunos. Com isso, não houve interrupção na prestação dos serviços contratados pelos alunos até o presente momento. A Companhia, por sua vez, continuará atenta às novas orientações das autoridades de saúde, e também acompanhará os avanços no processo de vacinação, mantendo sempre os *stakeholders* atualizados sobre possíveis novos impactos da Covid-19 nos resultados da Companhia. **1.3. Reapresentação das cifras comparativas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram identificados ajustes referentes a valores relativos a gastos com publicidade e propaganda indevidamente alocados na rubrica de "Custo dos serviços prestados" e valores relativos a gastos com salários e encargos trabalhistas dos técnicos acadêmicos e atualizações monetárias na rubrica de "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações dos resultados do exercício da Controladora e Consolidado, para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

Demonstrações dos resultados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Controladora			Consolidado		
	Original	**Ajuste**	**Reapresentado**	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Receita Líquida	359.078	-	359.078	757.172	-	757.172
Custo dos serviços prestados	(176.688)	(3.441)	(180.129)	(364.476)	(18.864)	(383.340)
Lucro Bruto	**182.390**	**(3.441)**	**178.949**	**392.696**	**(18.864)**	**373.832**
(Despesas) e receitas operacionais	(110.585)	3.736	(106.849)	(283.350)	19.165	(264.185)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	**71.805**	**295**	**72.100**	**109.346**	**301**	**109.647**
Resultado financeiro	(62.493)	(295)	(62.788)	(98.545)	(301)	(98.846)
Lucro antes do IR/CS	**9.312**	**-**	**9.312**	**10.801**	**-**	**10.801**
IR/CS	5.012	-	5.012	3.523	-	3.523
Lucro líquido do exercício	**14.324**	**-**	**14.324**	**14.324**	**-**	**14.324**

2. Políticas contábeis: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 30 de março de 2022. **2.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da SECID – Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	**2021**	**2020**
Participação Direta		
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	99,99%	99,99%
IPÊ Educacional Ltda. ('Unipê")	99,99%	99,99%
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	99,99%	99,99%
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("Positivo")	99,99%	99,99%
Participação Indireta		
Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda. ("Cesa")	99,99%	99,99%

(i) As empresas relacionadas fizeram parte da combinação de negócios do grupo Positivo. A Companhia visando otimizar suas atividades operacionais decidiu incorporá-las ao Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia utilizando práticas contábeis consistentes. Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladas, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido e não só no resultado do exercício. **2.2. Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, na demonstração do resultado. Os ativos de indenização devem ser reconhecidos e mensurados com base em premissas consistentes com aquelas utilizadas para mensurar o item objeto da indenização, estando sujeitos à avaliação da Administração quanto às perdas potenciais por valores incobráveis e estando também sujeitos a quaisquer limitações contratuais para o montante da indenização que decorre de passivo contingente não reconhecido na data da aquisição por não ter sido possível mensurar o seu valor justo com confiabilidade nessa data. Os ativos atrelados às garantias sobre os processos de ex-mantenedor estão sendo demonstrados conforme Nota 8, bem como a movimentação sobre os passivos de contingências relacionado a tais garantias estão sendo demonstrados conforme Nota 18. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. Todas as aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, consequentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição. **2.3. Classificação circulante e não circulante:** A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante. Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante. **2.4. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social – correntes - O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13. Tributos diferidos - Tributo diferido são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Tributos sobre as vendas - As regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas, sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e a COFINS segue as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurado pela alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente. Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados pela Companhia e suas controladas, quando se tornam parte de disposições contratuais de determinado instrumento. i. Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Mensuração subsequente Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado. • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados. • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência, além do contas a receber de alunos (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii. Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. Mensuração subsequente. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge

outras despesas e ativos para geração deste resultado. Licenças MEC - As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. O método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando o cenário de geração de fluxos de caixa atual e outro considerando uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Considerando ser um ativo intangível de vida útil indefinida, foi efetuado teste de recuperabilidade conforme descrito na nota 11. **2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura* - Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Ativos intangíveis com vida útil indefinida - Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Frente ao atual cenário econômico financeiro do país, a Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam gerar algum *impairment* em seus ativos não financeiros frente à COVID-19. Os impactos foram estruturados com base na melhor informação disponível até o momento. Após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, que foram realizados para a data-base de 31 de outubro de 2021, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2021. Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida - Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **2.13. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.15. Adiantamentos de clientes:** São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes. **2.16. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação. **2.17. Receita diferida:** Com a mudança do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil para a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi identificado um arrendamento em uma controlada indireta da CEUNSP, que nos termos da norma, não se qualificam como arrendamento mercantil e sim como um retroarrendamento do imóvel. A operação de *sale and leaseback*, resultou em um ganho auferido na transação, e à luz da norma, este ganho foi registrado no passivo da Companhia como uma receita diferida que está sendo amortizado ao longo do prazo do arrendamento. **2.18. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. O CPC 47/IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das atividades operacionais da Companhia: Prestação de serviços - As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados. Venda de produtos - A receita pela comercialização de produtos é reconhecida no cumprimento das obrigações ao transferir o produto ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ao longo do contrato, conforme o acordo comercial assumido. A Companhia e suas controladas utilizam a política de reconhecimento de receita na data em que o produto é entregue ao comprador, visto que os principais produtos são livros e apostilas. Receita de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **2.19. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento. **2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** Não há novas normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor em 2021 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios" - Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020 - Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" - Emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis - Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro - A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **3. Avaliação das informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, e entregues em formatos diferentes como campi e pólos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisões para demandas judiciais - A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final. Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais. Tributos - Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Imposto de renda e contribuição social diferidos - O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal. Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa - A Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida. A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma, e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato - A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. Determinação do prazo de arrendamento - Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la). **5. Combinação de negócios:**

5.1. Grupo Positivo: Em 05 de dezembro de 2019 a Companhia firmou um acordo de investimento com os acionistas do Grupo Positivo, detentores do Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.; Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda.; Aussee Investimentos – Participações Societárias Ltda.; Hefa Investimentos – Participações Ltda.; Humboldt Investimentos – Participações Societárias Ltda.; Napoli Investimentos – Participações Societárias Ltda.; e Telurium Investimentos – Participações Societárias Ltda., para a aquisição de participação societária equivalente a 100% (cem por cento) do capital social total das empresas investidas, com assunção do controle a partir de 04 de março de 2020. A aquisição foi motivada, fundamentalmente, em razão do interesse da Companhia em expandir sua operação na região de atuação da adquirida. A aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE), em 11 de fevereiro de 2020, por meio do ato de concentração nº 08700.000078/2020-09. O preço pago é composto da seguinte forma:

Descrição	Valor
Preço de aquisição	538.767
Ajuste do preço (i)	19.014
Total da contraprestação	**557.781**

(i) Os ajustes de preço decorrentes de combinação de negócios incluem, principalmente, valores referentes a cessões de créditos de recebíveis e atualização financeira até a data de aquisição.

Alocação do valor justo - Em cumprimento aos dispositivos do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinações de Negócios, a Administração da Companhia concluiu por meio de laudo de PPA todas as mensurações nos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição, perfazendo as alocações abaixo apresentadas. Segue posição dos saldos reconhecidos na combinação de negócio em 04 de março de 2020:

Descrição	Alocação preliminar em 29/02/2020	Revisão da alocação preliminar	Alocação final
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6.234	-	6.234
Contas a receber	20.342	-	20.342
Depósitos judiciais	4.431	-	4.431
Tributos a Recuperar	2.426	-	2.426
Arrendamentos	139.076	-	139.076
Tributos Diferidos	12.358	-	12.358
Outros Ativos	13.384	-	13.384
Imobilizado, líquido	55.322	-	55.322
Intangíveis	32.505	-	32.505
Marcas	-	72.326	72.326
Carteira de alunos	-	18.441	18.441
Cláusula de não concorrência	-	10.225	10.225
Licença MEC	-	82.893	82.893
Polos EAD	-	74.273	74.273
	286.079	**258.158**	**544.237**
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	(124)	-	(124)
Fornecedores	(7.299)	-	(7.299)
Obrigações trabalhistas	(19.934)	-	(19.934)
Obrigações tributárias	(4.960)	-	(4.960)
Adiantamentos de clientes	(12.155)	-	(12.155)
Obrigações por aquisição de participações societárias	(3.428)	-	(3.428)
Arrendamentos	(145.858)	-	(145.858)
Provisão para demanda judiciais	(8.102)	(246)	(8.348)
Outros passivos	(2.886)	-	(2.886)
	(204.745)	**(246)**	**(204.992)**
Total de ativos identificáveis líquidos	**81.334**	257.912	**339.246**
Ágio	**476.447**	(257.912)	**218.535**
Total da contraprestação	**557.781**	**-**	**557.781**

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis. Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis e da mais valia do imobilizado - Os critérios observados para o reconhecimento dos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios e da mais valia do imobilizado foram conforme segue:

Ativo	R$	Método	Prazo esperado de amortização
Marcas	72.326	Método da "economia de *royalties*"	25 anos
Carteira de alunos	18.441	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos e 10 meses
Cláusula de não concorrência	10.225	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Licença MEC	82.893	*"With or Without Method"*	Indefinido
Polos EAD	74.273	Método "Fluxo de caixa incremental"	14 anos e 10 meses

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquida na aquisição da Positivo	Março/2020
Preço de aquisição	557.781
Parcela retida (i)	(246.141)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(6.234)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	**305.405**

(i) As parcelas serão ajustadas pela variação do CDI e pagas conforme cronograma: R$40.000 até 04 de agosto de 2022, outra parcela retida de R$40.000 até 04 de março de 2024 e uma última parcela retida de R$166.768 até 11 de fevereiro de 2028. Cláusulas de reembolso de contingências - Conforme Nota 18(d), a Companhia possui cláusula contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da Positivo com suas respectivas controladoras.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	3	3	4	4
Banco conta movimento	5.481	2.433	7.398	3.940
Equivalentes de caixa	68.454	76.672	197.099	133.850
Total	**73.938**	**79.108**	**204.501**	**137.794**

O grupo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos numerários mantidos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo que possuem prazo de realização inferior a 90 dias, sem risco de alteração de valor quando do resgate antecipado. Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações de renda fixa, estão concentradas em operações de CDB, substancialmente indexadas à variação de 99,5% a 101,5% do CDI (99,5% a 101% do CDI em 31 de dezembro de 2020), firmada com instituições financeiras nacionais de primeira linha.

7. Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Mensalidades	(a)	69.702	74.447	142.410	183.722
Crédito universitário	(b)	3.607	2.760	33.737	31.503
Acordos em andamento	(c)	6.750	3.987	14.751	20.895
Outras contas a receber	(d)	10.280	8.089	17.848	14.550
Subtotal		**90.339**	**89.283**	**208.746**	**250.670**
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(e)	(51.148)	(53.457)	(118.639)	(153.670)
Ajuste a valor presente		(553)	(84)	(1.934)	(294)
Total		**38.638**	**35.742**	**88.173**	**96.706**
Circulante		37.243	32.827	77.515	82.007
Não circulante		1.395	2.915	10.658	14.699

(a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino. (b) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Companhia e suas controladas, tais como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e parcelamentos próprios. O FIES é um financiamento educacional operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como agentes financeiros. Os valores contratados pelos alunos são repassados em forma de Certificados Financeiros do Tesouro Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser utilizados para compensação de tributos federais ou convertidos em caixa. Para que o aluno contrate o FIES, é necessário que seja apresentado fiador ou que o aluno opte pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), um fundo administrado pela CEF com finalidade de garantir parte do risco em operações de crédito educativo. O parcelamento próprio é uma modalidade de cobrança que permite aos alunos pagar a dívida no dobro do tempo do curso. Os valores são atualizados conforme reajuste dos preços dos serviços e sem a incidência de juros. (c) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões, crédito e débito, ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento. (d) Parte substancial do saldo é representado pela rubrica de cartões a receber decorrente de mensalidades e valores recebidos em escritórios de cobrança terceirizados. (e) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Também são constituídas provisões para parcelamentos próprios e FIES, de acordo com a estimativa da futura inadimplência. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, à qual é recorrentemente provisionada. A administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. Em 2021, a Companhia alterou a política para baixa do contas a receber já provisionado há mais de 4 anos para 2 anos. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber e estão de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros. A movimentação da provisão para créditos para perdas estimadas com liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
(=) Saldos em 31/12/2019	**47.203**	**72.919**
(+/-) Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	26.041	59.972
(+) Combinação de negócios	-	45.838
(+/-) Baixa contra contas a receber (i)	(19.787)	(25.059)
(=) Saldos em 31/12/2020	**53.457**	**153.670**
(+/-) Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	18.709	40.808
(+/-) Baixa contra contas a receber (i)	(21.018)	(75.839)
(=) Saldos em 31/12/2021	**51.148**	**118.639**

(i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 2 anos o título é baixado (até 2020, a faixa de vencimento era 4 anos). Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização. A composição dos valores a receber por faixa de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	2021	%	2020	%	2021	%	2020	%
A vencer	**18.213**	**20%**	**13.283**	**15%**	**60.306**	**29%**	**65.752**	**27%**
Crédito universitário	3.607	4%	2.760	3%	33.737	16%	31.503	13%
Mensalidades a receber	-	0%	-	0%	751	0%	1.988	1%
Acordos em andamento	4.326	5%	2.433	3%	7.970	4%	17.712	7%
Outras contas a receber	10.280	11%	8.090	9%	17.848	9%	14.549	6%
Vencidos	**72.126**	**80%**	**76.000**	**85%**	**148.440**	**71%**	**184.918**	**73%**
Até 180 dias	30.587	34%	28.246	32%	60.628	29%	67.547	27%
Acima de 180 dias	41.539	46%	47.754	53%	87.812	42%	117.371	46%
Total	**90.339**	**100%**	**89.283**	**100%**	**208.746**	**100%**	**250.670**	**100%**

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamentos a funcionários	808	791	5.675	4.993
Adiantamentos a fornecedores	563	503	2.544	2.990
Ativo indenizatório sobre provisão de contingência de ex-mantenedor (a)	2.267	199	24.719	4.740
Outros	331	2.120	1.668	6.748
Total	**3.969**	**3.613**	**34.606**	**19.471**
Circulante	1.702	2.917	9.113	11.152
Não circulante	2.267	696	25.493	8.319

(a) Conforme o contrato de compra e venda das controladas, existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no pólo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsado os valores à Companhia e suas controladas, conforme apresentado na Nota 18 (d).

9. Investimentos

a) Movimentação dos investimentos

	Trust	Unipê	Patrimonial	Positivo	Acervo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(378)**	**307.851**	**208.012**	**-**	**21**	**515.506**
Equivalência patrimonial	145	28.802	(2.128)	(12.850)	-	13.969
Amortização de Mais valia (i)	-	(1.945)	(3.115)	(10.922)	-	(15.982)
Equivalência patrimonial total	145	26.857	(5.243)	(23.772)	-	(2.013)
Aumento de capital	-	1.965	-	-	-	1.965
Combinação de negócios	-	-	-	557.781	-	557.781
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(233)**	**336.673**	**202.769**	**534.009**	**21**	**1.073.239**
Equivalência patrimonial	**-**	28.943	(2.123)	27.581	-	54.401
Amortização de Mais valia (i)	**-**	(1.945)	(3.056)	(13.107)	-	(18.108)
Equivalência patrimonial total	**-**	**26.998**	**(5.179)**	**14.474**	**-**	**36.293**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(233)**	**363.671**	**197.590**	**548.483**	**21**	**1.109.532**
Saldo patrimonial das controladas	(233)	106.995	42.566	96.064		
Ágio	-	180.387	21.534	218.536		
Mais valia	-	76.289	133.490	233.883		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(233)**	**363.671**	**197.590**	**548.483**		

(i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios e reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

	31 de dezembro de 2021			
	Trust	Unipê	Patrimonial	Positivo
% de participação	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**
Ativo circulante	540	93.738	37	86.277
Ativo não circulante	-	62.494	42.561	449.375
Total do ativo	**540**	**156.232**	**42.598**	**535.652**
Passivo circulante	5	14.

b) Consolidado

Movimentação	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Saldos em 31/12/2020	Adições	Reclassif.	Saldos em 31/12/2021
Custo								
Ágio em aquisições de investimentos	201.922	-	-	229.118	431.040	-	-	431.040
Mais Valia - Marcas	39.339	-	-	72.326	111.665	-	(29)	111.636
Mais Valia - Carteira de clientes	-	-	-	18.441	18.441	-	-	18.441
Mais Valia - Licenças MEC	37.637	-	-	82.893	120.530	-	-	120.530
Mais Valia - Polos de Ensino	-	-	-	74.273	74.273	-	-	74.273
Mais Valia - Relacionamento com clientes	-	-	-	3.314	3.314	-	-	3.314
Mais Valia - Cláusula de não concorrência	1.855	-	-	10.225	12.080	-	-	12.080
Marcas	-	-	-	-	-	-	29	29
Produção de materiais - EAD	-	1.891	(212)	22.541	24.220	-	-	24.220
Softwares	24.593	3.883	(486)	10.417	38.407	20.942	-	59.349
Total do Custo	**305.346**	**5.774**	**(698)**	**523.548**	**833.970**	**20.942**	**-**	**854.912**
Amortização								
Mais Valia - Marcas	(2.102)	(3.982)	-	-	(6.084)	(4.467)	26	(10.525)
Mais Valia - Carteira de clientes	-	(2.634)	-	-	(2.634)	(3.161)	-	(5.795)
Mais Valia - Polos de Ensino	-	(4.173)	-	-	(4.173)	(5.007)	-	(9.180)
Mais Valia - Relacionamento com clientes	-	(578)	-	(2.055)	(2.633)	(681)	-	(3.314)
Mais Valia - Cláusula de não concorrência	(492)	(2.078)	-	-	(2.570)	(2.416)	-	(4.986)
Marcas	-	-	-	-	-	-	(26)	(26)
Produção de materiais - EAD	-	(22.134)	206	(2.292)	(24.220)	-	-	(24.220)
Softwares	(10.598)	(3.449)	437	(10.003)	(23.613)	(6.151)	-	(29.764)
Total da Amortização	(13.192)	(39.028)	643	(14.350)	(65.927)	(21.883)	-	(87.810)
Total	**292.154**	**(33.254)**	**(55)**	**509.198**	**768.043**	**(941)**	**-**	**767.102**

Os ativos classificados como *Software* correspondem à aquisição e custos de implementação de *softwares* operacionais da Companhia e suas controladas, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de *software* sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de *software* com vigência de 12 meses. Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente. As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios. O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente será submetido também anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*). Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações. Em 31 de outubro de 2021 a Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou *impairment*. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis. A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (*Business Unit*) a gestão acadêmica, comercial e administrativa das unidades, cada entidade existente, conforme disposto no item 6, do CPC 01 (R1)/IAS 36 Redução ao valor recuperável de ativos, conforme demonstrado abaixo:

Entidades	UGC's em 31/12/2021	UGC's em 31/12/2020
Ipê Educacional	Nordeste	Nordeste
Ipê Patrimonial	Nordeste	Nordeste
Centro de Estudos Superior Positivo	Positivo	Positivo
Cesa – Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas	Positivo	Positivo

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados - As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto nominal, números de alunos, ganho de margem anual pelo período de cinco anos e crescimento do EBITDA projetado, conforme abaixo:

Ágio na aquisição de participações	Taxa média de desconto (nominal)	Valor residual do ágio em 31/12/2021	Taxa média de desconto (nominal)	Valor residual do ágio em 31/12/2020
Grupo Unipê	**13,50%**	**201.922**	**12,30%**	**201.922**
Positivo	**13,50%**	**218.535**	**12,30%**	**218.535**

Taxa de desconto - A taxa de desconto das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGC's e na média ponderada do custo de capital da Companhia, a qual corresponde a taxa nominal. Números de alunos - Foi projetado um crescimento no número de alunos considerando uma taxa de crescimento de até 2,0% a.a. (3,8% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Taxa de crescimento - Foi utilizado um período de cinco anos nas projeções dos fluxos de caixa das UGC's com taxa de perpetuidade de 5,0% a.a. (4,0% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superior a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente. Crescimento do *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA) projetado - O EBITDA projetado e apresentado em bases de crescimento composto anual dos planos de negócio utilizados para fins de avaliação do valor recuperável foi baseado na experiência da Administração e ajustado pelos seguintes fatores: • Crescimento de receita através de novas turmas, reposicionamento de preço e captação de alunos advindo de novas praças. • Ganhos de margem operacional, como participação da receita, através da inserção das melhores práticas de gestão, ganhos de escala através de renegociação com fornecedores, contínua maturação dos cursos nos campi adquiridos e desenvolvimentos de novos produtos e serviços com margens mais elevadas. Análise de sensibilidade das premissas - A Administração identificou como principal premissa o crescimento no número de alunos, e considerando o cenário que a taxa de crescimento dos alunos ocorra uma redução de 10% do estimado, não foi identificado nenhuma necessidade de ajuste ao valor recuperável. A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de até 7,9% (7,5% em 31 de dezembro de 2020) e ganhos de margem anuais de 0,8% (0,8% em 31 de dezembro de 2020). Os ganhos de margem são satisfatoriamente condizentes com as premissas de crescimento do EBITDA projetado, uma vez que as UGC's quando adquiridas não apresentam gestão administrativa centralizada, como também possibilita a diluição de custos através de ganhos de escala pelo crescimento de receita e introdução das melhores práticas de custo da Companhia. Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas (Censo do Ensino Superior).

12. Empréstimos e financiamentos: (i) **Composição**

Modalidade		Encargos financeiros	Controladora 2021	Controladora 2020
(CCB) Cédula de Crédito Bancário	(b)	Variação CDI + taxa fixa de 1,40% a.a	-	15.311
			-	15.311
Circulante			-	15.311

Modalidade		Encargos financeiros	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Capital de giro	(a)	Variação CDI + taxa pré até 0,35% a.m	-	8.485
(CCB) Cédula de Crédito Bancário	(b)	Variação CDI + taxa fixa de 1,40% a.a	-	15.311
Contratos de arrendamento	(c)	Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	-	54
			-	23.850
Circulante			-	22.628
Não circulante			-	1.222

(a) Refere-se aos empréstimos para o capital de giro, os quais estão sendo utilizados para expansão das atividades da Companhia; (b) A Companhia celebrou uma Cédula de Crédito Bancário de R$30.000 junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. em 17 de dezembro de 2018; (c) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento;

(ii) Movimentação	Controladora 2021	Consolidado 2020
Saldo inicial	15.311	23.850
Apropriação de juros	609	1.045
Pagamento de juros	(620)	(2.632)
Pagamento de principal	(15.300)	(22.263)
Saldo final	**-**	**-**

13. Debêntures (i) Composição

Emissão	Encargos financeiros	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
1ª	Taxa CDI + 1,40 a.a.	296.200	332.981	296.200	332.981
2ª	Taxa CDI + 1,40 a.a.	471.933	468.928	471.933	468.928
		768.133	**801.909**	**768.133**	**801.909**
	Circulante	50.633	43.159	50.633	43.159
	Não circulante	717.500	758.750	717.500	758.750

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as seguintes características:

Emissão	Série	Data da emissão	Vencimento	Quant.	Valor unitário	Valor de emissão	Pagamento principal e juros	Garantias
							Semestral	
1ª	Única	10/09/2018	10/09/2025	330.000	1	330.000	(Mar. e Set.)	(a)
2ª	Única	29/02/2020	28/02/2027	470.000	1	470.000	Mensal	(b)

(a) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Unipê, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária das quotas da Unipê; e (iii) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. (b) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) alienação fiduciária de 100% das quotas da Positivo; (ii) alienação fiduciária de 100% das quotas da CESA; (iii) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Positivo; (iv) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da CESA; e (v) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. **(ii) Cláusulas restritivas ("*Covenants*")** - As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional. O resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA ajustado: • Para a 1ª emissão da SECID o resultado deverá ser igual ou inferior a 3,5x até 2020 e igual ou inferior 3,0x após 2020, descontados de todos os impactos do IFRS-16; e • Para a 2ª emissão da SECID o resultado deverá ser igual ou inferior a 4,0x em 2020, deverá ser igual ou inferior 3,7x após 2021 e deverá ser igual ou inferior a 3,0x após 2022, descontados de todos os impactos do IFRS-16. Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia obteve a renúncia (*waiver*) dos credores a esse direito advindo do não atingimento desses índices e, consequentemente, em 30 de junho de 2020, procedeu a reclassificação da dívida entre curto e longo prazo. Em 01 de dezembro de 2020 os debenturistas e agente fiduciário concederam anuência prévia para a não observância dos índices financeiros (*waiver*) para a 1º e 2º emissão das debêntures da Companhia, excepcionalmente com relação a exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(iii) Movimentação	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldo inicial	801.909	335.870	801.909	335.870
Novas captações	-	470.000	-	470.000
Custo de novas captações	-	(2.601)	-	(2.601)
Pagamento de juros	(37.965)	(30.861)	(37.965)	(30.861)
Pagamento de principal	(41.250)	-	(41.250)	-
Apropriação dos juros	44.737	28.830	44.737	28.830
Amortização do custo	702	671	702	671
Saldo final	**768.133**	**801.909**	**768.133**	**801.909**

A parcela não circulante, em 31 de dezembro de 2021 apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2023	137.250
2024	158.250
2025	183.000
2026	84.000
acima de 2026	155.000
	717.500

14. Arrendamentos: O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo, determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes aos contratos de arrendamento. Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos Contratuais	Taxa
3 anos	9,64%
6 anos	10,57%
7 anos	9,96%
Mais de 8 anos	Entre 8,65% e 13,00%

(i) Movimentação do direito de uso

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**105.545**	**105.545**
Adição por combinação de negócios - Positivo	-	139.076
Adição de novos contratos (a)	-	278.454
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(114.606)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	7.919	7.958
Depreciação no exercício	(14.762)	(28.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**98.702**	**387.527**
Direito de uso	127.250	433.555
(-) Depreciação acumulada	(28.548)	(46.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**98.702**	**387.527**

(a) Em 2020, os novos contratos de arrendamento estão relacionados substancialmente com a empresa adquirida Positivo.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**98.702**	**387.527**
Adição de novos contratos	-	16.114
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	33.686	115.610
Depreciação do exercício	(18.363)	(38.705)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**114.025**	**480.546**
Direito de uso	160.935	565.131
(-) Depreciação acumulada	(46.910)	(84.585)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**114.025**	**480.546**

(ii) Movimentação do passivo de arrendamento

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**110.129**	**110.129**
Adição por combinação de negócios - Positivo	-	145.858
Adição de novos contratos (a)	-	278.454
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(120.222)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	7.919	7.958
Contraprestação paga	(19.056)	(47.011)
Apropriação de encargos financeiros	11.057	32.544
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**110.049**	**407.710**
Circulante	15.302	23.380
Não circulante	94.747	384.330
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**110.049**	**407.710**

(a) Em 2020, os novos contratos de arrendamento estão relacionados substancialmente com a empresa adquirida Positivo.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**110.049**	**407.710**
Adição de novos contratos	-	16.114
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	33.686	115.610
Contraprestação paga	(27.820)	(65.040)
Apropriação de encargos financeiros	12.113	43.350
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**128.028**	**517.744**
Circulante	20.051	32.880
Não circulante	107.977	484.864
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**128.028**	**517.744**

As parcelas fixas dos contratos de aluguel, conforme apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente (considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, início do contrato ou quando de sua eventual modificação de escopo) como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento. Adicionalmente, a Companhia registrou segundo o regime de competência diretamente no resultado o montante de R$369 (R$787 em 31 de dezembro de 2020) relacionado aos contratos que não atende as premissas para a capitalização como direito de uso da norma. Além dos valores apresentados acima, Companhia e suas controladas possuem 3 (três) contratos de arrendamento que contém termos de pagamentos variáveis, em complemento aos valores fixos de arrendamento. A Cláusula variável está relacionada ao atingimento de metas por faturamento nos cursos ministrados nos respectivos locais. Para o exercício de 2021, não houve atingimento de tais parâmetros, portanto, não houve qualquer desembolso adicional. **(iii) Compromissos futuros** Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos "compromissos futuros" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a seguir:

	Valor nominal	(-) AVP	Consolidado 31/12/2021
Até um ano	38.729	(5.849)	32.880
Um ano até cinco anos	356.768	(178.292)	178.476
Cinco anos até dez anos	475.926	(371.264)	104.662
Dez anos até quinze anos	1.350.941	(1.220.627)	130.314
Acima de quinze anos	1.290.567	(1.219.155)	71.412
	3.512.931	**(2.995.187)**	**517.744**

(iv) Impactos nas demonstrações financeiras do exercício: A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício nas rubricas de "Custos" e "Despesas financeiras", respectivamente, as despesas de depreciação e juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tais impactos montam os valores de R$39.705 (R$28.900 em 31 de dezembro de 2020) e R$43.350 (R$32.544 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente. (v) **Baixa por descontinuidade dos arrendamentos:** Após a conclusão das combinações de negócios conforme descrito na Nota 5, a Administração da Companhia revisitou os contratos de arrendamento existentes em suas novas controladas e optou pela descontinuidade de 8 contratos que perfazem o montante apresentado. Vale colocar que a baixa dos respectivos contratos, líquidos dos direitos de uso, perfazem um ganho total no resultado de R$5.616, alocado no grupo de outras receitas, líquidas.

15. Obrigações trabalhistas

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Salários a pagar	6.756	4.032	11.264	7.355
Provisão para férias e encargos	8.232	6.751	21.152	19.072
FGTS a recolher	945	820	2.017	1.950
INSS a recolher	2.758	2.201	5.754	5.460
Outras obrigações	107	115	334	351
Total	**18.798**	**13.919**	**40.521**	**34.188**
Circulante	18.798	13.919	40.521	34.188

16. Obrigações tributárias

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
IRRF a recolher	3.098	2.461	6.035	6.034
Impostos retidos	431	170	4.138	3.541
ISS a recolher	839	731	2.109	1.665
IRPJ e CSLL	245	-	350	106
PIS e COFINS a recolher	710	474	928	686
Parcelamentos (i)(ii)	13.215	17.880	28.263	34.587
Total	**18.538**	**21.716**	**41.823**	**46.619**
Circulante	10.357	8.777	17.426	15.819
Não circulante	8.181	12.939	24.397	30.800

(i) Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid (a)	Unicid (b)	Unipê (a)	Unipê (b)	Unipê (c)	Total
Valor original	49.866	606	10.632	1.731	430	63.265
(-) Pagamentos	(10)	-	(9.375)	(350)	-	(9.735)
Multa	-	64	2.530	6.742	34	9.370
Juros	-	212	14.033	10.910	13	25.168
Encargos	-	-	2.071	775	40	2.886
Saldo consolidado	**49.856**	**882**	**19.891**	**19.808**	**517**	**90.954**
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(9.364)	-	(8.131)	(11.619)	-	(29.114)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	(8.565)	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	**31.927**	**882**	**11.760**	**8.189**	**517**	**53.275**
(+) Atualização	23.869	110	7.142	1.351	581	33.053
(-) Pagamentos	(42.954)	(619)	(8.226)	(5.424)	(842)	(58.065)
Saldos a pagar em 31/12/2021	**12.842**	**373**	**10.676**	**4.116**	**256**	**27.263**

(ii) Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid (a)	Unipê (a)	Unipê (b)	Unicid (b)	Unipê (c)	Total
Valor original	49.866	10.632	1.731	606	430	63.265
(-) Pagamentos	(10)	(9.375)	(350)	-	-	(9.735)
Multa	-	2.530	6.742	64	34	9.370
Juros	-	14.033	10.910	212	13	25.168
Encargos	-	2.071	775	-	40	2.886
Saldo consolidado	**49.856**	**19.891**	**19.808**	**882**	**517**	**90.954**
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(9.364)	(8.131)	(11.619)	-	-	(29.114)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	(8.565)	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	**31.927**	**11.760**	**8.189**	**882**	**517**	**53.275**
(+) Atualização	23.574	6.849	849	95	578	31.945
(-) Pagamentos	(38.066)	(6.710)	(4.576)	(533)	(748)	(50.633)
Saldos a pagar em 31/12/2020	**17.435**	**11.899**	**4.462**	**444**	**347**	**34.587**

a) Parcelamento Federal - REFIS IV, instituído pela legislação: - Lei nº 11.941 de 27 de maior de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, possibilitando o parcelamento de todos os débitos Federais em todas as esperas, vencidos até 2008, caso débitos em discursão judicial obrigatória desistência para adesão. As reduções com percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. A consolidação de iniciativa da Receita Federal do Brasil ocorreu em 2011. A Companhia aderiu ao parcelamento em 2009, optando por 180 parcelas. - Reaberturas do parcelamento REFIS - Em todos os períodos habilitados aplicava-se as mesmas reduções, benefícios e tipos de débitos permitidos, variando as reduções de acordo com a modalidade da quantidade de parcelas optadas: - Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013 - abrangendo possibilidade de inclusão dos débitos vencidos até 2008. A controlada Unipê aderiu em 2013, optando por 180 meses. b) Parcelamento Federal: PERT – acomodado pela Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, onde apresenta a possibilidade de parcelamento dos débitos vencidos até 2017 de todas as esferas Federais, com as reduções e percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. A controladas Unipê e a Companhia aderiram em 2017, optando por 145 e 150 parcelas respectivamente. c) Parcelamento FGTS – definido pela Resolução CCFGTS Nº 765 de 09 de dezembro de 2014, permitindo parcelar débitos em qualquer esfera oriundos de FGTS, sem reduções, com atualizações pelo saldo remanescente através da Taxa Referencial, juros 3% ao mês e Multa de 8% na data da apuração do débito. A controlada Unipê aderiu em setembro de 2014 referente dívida de 2005, em 180 parcelas e referente a dívida de 2009 aderiu em setembro de 2016, em 60 parcelas.

17. Partes relacionadas

Controladora

	31/12/2021 Ativo	Passivo	Resultado	31/12/2020 Ativo	Passivo	Resultado
Com controladoras						
Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (c)	-	1.000	-	-	1.000	-
Com controladoras						
Trust (c)	384	-	-	384	-	-
Unipê (a)	-	-	-	-	2.100	-
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. (c)	2.500	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. (a)	-	-	-	33.000	-	-
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (b)	-	299	(3.593)	-	243	(2.918)
	2.884	**1.299**	**(3.593)**	**33.384**	**3.343**	**(2.918)**
Partes relacionadas	-	299		33.384	2.343	
Adiantamento para futuro investimento	2.884	1.000		-	1.000	
	2.884	**1.299**		**33.384**	**3.343**	
Circulante	-	299		-	243	
Não circulante	2.884	1.000		33.384	3.100	

Consolidado

	31/12/2021 Passivo	Resultado	31/12/2020 Ativo	Passivo	Resultado
Com controladoras					
Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (c)	1.000	-	-	1.000	-
Outras partes relacionadas					
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. (a)	-	-	33.000	-	-
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (b)	299	(3.593)	-	243	(2.918)
	1.299	**(3.593)**	**33.000**	**1.243**	**(2.918)**
Partes relacionadas	299		33.000	243	
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.000		-	1.000	
	1.299		**33.000**	**1.243**	

(a) Os contratos de mútuo entre Controladora e Controladas não tem juros pré-definidos e nem vencimento definido. (b) Refere-se ao montante total das parcelas mensais do imóvel relacionado ao Campus Pinheiros. O contrato de aluguel celebrado entre as partes possui prazo de vigência de 9 anos, contendo cláusula de prorrogação automática, sendo que todos os contratos possuem reajuste anual pelo índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) tomando como base a data de sua assinatura. (c) Os adiantamentos para futuro investimento correspondem a valores enviados pela Companhia as suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses. **18. Provisão para demandas judiciais:** Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais e administrativas são estabelecidas por valores atualizados, para questões cíveis, trabalhistas e tributárias em discussão, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 as contingências provisionadas estão relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Processos cíveis (a)	4.280	2.290	5.221	4.285
Processos tributários (b)	-	-	25	24
Processos trabalhistas (c)	674	576	22.961	14.111
Total	**4.954**	**2.866**	**28.207**	**18.420**

A movimentação da provisão para as demandas judiciais está descrita abaixo:

	Controladora Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.308	1.004	3.312
Adições	268	88	356
Reversões	(384)	(465)	(849)
Pagamentos	(126)	(108)	(234)
Atualizações	228	67	295
Processos Ex-Mantenedores	(4)	(10)	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.290	576	2.866
Adições	360	81	441
Reversões	(63)	(54)	(117)
Pagamentos	(356)	-	(356)
Atualizações	489	59	548
Processos Ex-Mantenedores	1.560	12	1.572
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.280**	**674**	**4.954**

	Consolidado Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.405	-	3.208	6.613
Combinação de negócios - Positivo	287	213	7.848	8.348
Adições	473	-	14.306	14.779
Reversões	(1.457)	(213)	(10.944)	(12.614)
Pagamentos	(126)	-	(108)	(234)
Atualizações	233	-	68	301
Processos ex-mantenedores	1.470	24	(267)	1.227
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.285	24	14.111	18.420
Adições	318	-	1.144	1.462
Reversões	(109)	-	(62)	(171)
Pagamentos	(361)	-	-	(361)
Atualizações	513	-	59	572
Processos ex-mantenedores	575	1	7.709	8.285
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.221**	**25**	**22.961**	**28.207**

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais. (a) Processos cíveis com perda provável - Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R$ 5.221 em 31 de dezembro de 2021 (sendo R$ 4.285 em 31 de dezembro de 2020). Dentre as ações que possuem risco provável, há 158 (cento e cinquenta e oito) ações (123 em 31 de dezembro de 2020) que envolvem, principalmente, pedidos de indenização por falha na prestação de serviços, danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, que totalizam prováveis perdas no montante de R$ 3.520 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 2.964 em 31 de dezembro de 2020). Ademais, há 31 (trinta e uma) ações (35 em 31 de dezembro de 2020), cujos objetos se referem a assuntos anteriores à aquisição das Controladas pela Companhia, de modo que a responsabilidade está garantida contratualmente pelos ex-proprietários. Tais ações totalizam prováveis perdas no montante de R$ 379 em 31 de dezembro de 2021 (R$430 em 31 de dezembro de 2020). (b) Processos tributários com perda provável - Os consultores jurídicos efetuaram o levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R$ 25 em 31 de dezembro de 2021 (R$24 em 31 de dezembro de 2020). (c) Processos trabalhistas com perda provável - Os processos trabalhistas discutem em geral horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo intra e interjornada, adicional de insalubridade e multa por demissão antes do dissídio coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R$ 22.961 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 14.111 em 31 de dezembro de 2020). Dentre os processos trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 com risco de perda provável, podemos destacar 73 (setenta e três) ações movidas por ex-funcionários contra a SECID e suas Controladas, pleiteando diferenças salariais por equiparação, desvio de função, horas extra e seus reflexos. Em relação as ações acima destacadas, há 63 (sessenta e três) com valor provisionado de R$ 19.681 em 31 de dezembro de 2021. Como se refere a assuntos anteriores à aquisição das Controladas pela Companhia, a responsabilidade, está garantida contratualmente pelos ex-proprietários. (d) Contingências sobre processos de ex-mantenedores - Parte dos processos da Companhia referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da Companhia, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes. Além do desembolso efetuado com base no percentual de responsabilidade da nova gestão, ao passo que o desembolso residual fica a cargo dos patronos dos ex-proprietários. Processos com perda possível - A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada conforme apresentado abaixo:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Processos cíveis (i)	3.111	6.109	23.899	19.147
Processos tributários (ii)	39.956	37.727	49.058	62.508
Processos trabalhistas (iii)	238	426	25.306	3.509
Total	**43.305**	**43.262**	**98.263**	**85.164**

(i) Processos cíveis com perda possível - Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avali

dezembro de 2021: Cenário em 31 de dezembro de 2021 (Controladora)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2021	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 9,15%)	73.938	67.173	65.636	64.100
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 9,15%)	768.133	768.133	785.704	803.275
Passivo de arrendamento	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGPM)	(IGPM 17,79%)	128.028	128.028	133.722	139.416

Cenário em 31 de dezembro de 2021 (Consolidado)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2021	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 9,15%)	204.501	185.789	181.539	177.289
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 9,15%)	768.133	768.133	785.704	803.275
Passivo de arrendamento	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGPM)	(IGPM 17,79%)	517.744	517.744	540.771	563.797

Risco de crédito - O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos. O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas - O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário emitidos por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecido. Risco de liquidez - A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro. A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

		Controladora					
		31 de dezembro de 2021					
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Adiantamento de clientes		8.269	-	-	8.269	-	8.269
Debêntures	13	41.967	347.562	565.738	955.267	(187.134)	768.133
Fornecedores		10.609	-	-	10.609	-	10.609
Obrigações tributárias	16	10.823	9.188	165	20.176	(1.638)	18.538
Obrigações por aquisição de participação societária	19	43.809	21.671	349.564	415.044	(60.069)	354.975
Passivos de arrendamento	14	23.619	62.607	150.209	236.435	(108.407)	128.028
		139.096	441.028	1.065.676	1.645.800	(357.248)	1.288.552

		Controladora					
		31 de dezembro de 2020					
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	12	15.949	-	-	15.949	(638)	15.311
Debêntures	13	39.965	199.273	722.410	961.648	(159.739)	801.909
Fornecedores		7.213	-	-	7.213	-	7.213
Obrigações tributárias	16	9.558	14.913	-	24.471	(2.755)	21.716
Obrigações por aquisição de participação societária	19	-	8.040	377.259	385.299	(45.269)	340.030
Passivos de arrendamento	14	18.843	49.202	209.804	277.849	(167.800)	110.049
		91.528	271.428	1.309.473	1.672.429	(376.201)	1.296.228

		Consolidado					
		31 de dezembro de 2021					
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Adiantamento de clientes		22.805	-	-	22.805	-	22.805
Dividendos a pagar	20.d	5.327	-	-	5.327	-	5.327
Debêntures	13	41.967	347.562	565.738	955.267	(187.134)	768.133
Fornecedores		19.173	-	-	19.173	-	19.173
Obrigações tributárias	16	18.211	17.624	11.168	47.003	(5.180)	41.823
Obrigações por aquisição de participação societária	19	45.065	21.671	349.564	416.300	(60.123)	356.177
Passivos de arrendamento	14	38.729	98.845	3.375.357	3.512.931	(2.995.187)	517.744
		191.277	485.702	4.301.827	4.978.806	(3.247.624)	1.731.182

		Consolidado					
		31 de dezembro de 2020					
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	12	23.787	1.400	-	25.187	(1.337)	23.850
Debêntures	13	39.965	199.273	722.410	961.648	(159.739)	801.909
Fornecedores		14.283	-	-	14.283	-	14.283
Obrigações tributárias	16	16.274	18.697	15.708	50.679	(4.060)	46.619
Obrigações por aquisição de participação societária	19	1.192	9.269	377.259	387.720	(45.366)	342.354
Passivos de arrendamento	14	28.790	79.741	6.157.592	6.266.123	(5.858.413)	407.710
		124.291	308.380	7.272.969	7.705.640	(6.068.915)	1.636.725

Gestão do capital - O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento (circulante e não circulante), menos caixa e equivalentes de caixa e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

	Consolidado	
	2021	2020
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	-	23.850
Debêntures (nota 13)	768.133	801.909
Passivo de arrendamento (nota 14)	517.744	407.710
(=) Total dívida bruta	**1.285.877**	**1.233.469**
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(204.501)	(137.794)
(=) Total dívida líquida	**1.081.376**	**1.095.675**
Patrimônio líquido (nota 20)	104.834	63.652
Dívida líquida e patrimônio líquido	**1.186.210**	**1.159.327**
% Dívida líquida sobre o patrimônio líquido	**1031,5%**	**1721,4%**

DIRETORIA

Fabio Marcel Fossen – Diretor Presidente
Luís Felipe Silva Bresaola – Diretor

22.2. Valor justo: A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros consolidados:

	Valor contábil		Valor justo	
Ativos financeiros	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Caixa e equivalentes de caixa	204.501	137.794	204.501	137.794
Contas a receber	88.173	96.706	88.173	96.706
Outros créditos	34.606	19.471	34.606	19.471
Total	**327.280**	**253.971**	**327.280**	**253.971**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	23.850	-	23.052
Debêntures	768.133	801.909	772.982	804.631
Fornecedores	19.173	14.283	19.173	14.283
Obrigações por aquisição de participação societária	356.177	342.354	356.177	342.354
Passivos de arrendamento	517.744	407.710	486.679	388.890
Total	**1.661.227**	**1.590.106**	**1.635.011**	**1.573.210**

22.3. Estimativa do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

CONTADOR

Afonso Celso Florentino de Oliveira
CRC: 1MG-071304/O-7 "T" SP

23. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos: A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2021** 50.385	**2020** 9.312	**2021** 49.686	**2020** 10.801
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	**(17.131)**	**(3.166)**	**(16.893)**	**(3.672)**
Principais Adições e Exclusões:				
Despesas não dedutíveis	(296)	(269)	(600)	(1.283)
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido (i)	3.815	3.456	(1.825)	(6.884)
Equivalência patrimonial	12.340	(684)	-	-
Adicional e PAT	142	141	412	165
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	-	-	(2.219)	(964)
Isenção PROUNI (ii)	4.754	5.534	25.448	16.161
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**3.624**	**5.012**	**4.323**	**3.523**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.278)	(926)	(1.692)	(875)
IR e CS diferidos no resultado do exercício	4.902	5.938	6.015	4.398
Alíquota efetiva	**7,19%**	**53,82%**	**8,70%**	**32,62%**

(i) Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecido e outras despesas não dedutíveis. (ii) As principais exclusões são oriundas de estornos das provisões adicionadas anteriormente e outras diferenças temporárias. (iii) Isenção do IRPJ e da CSLL referente ao PROUNI, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) sobre as atividades beneficiadas.

a) Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	**2021**	**2020**
Ativo		
Prejuízos fiscais / Base negativa CSLL	2.120	2.625
Arrendamento IFRS 16	4.135	3.330
Amortizações Mais Valia	10.873	6.419
Provisão de contingência	1.083	907
PCLD	2.241	3.086
Diferenças temporárias do lucro real	465	(352)
Total diferido ativo	**20.917**	**16.015**
Tributos diferidos, líquidos	**20.917**	**16.015**
Consolidado	**2021**	**2020**
Ativo		
Prejuízos fiscais / Base negativa CSLL	17.814	20.006
Arrendamento IFRS 16	10.687	6.231
Amortizações Mais Valia	12.000	6.419
Provisão de contingência	4.194	4.485
PCLD	6.745	9.002
Diferenças temporárias do lucro real	1.561	997
Total diferido ativo	**53.001**	**47.140**
Passivo		
Diferenças temporárias do lucro real	-	(154)
Total diferido passivo	**-**	**(154)**
Tributos diferidos, líquidos	**53.001**	**46.986**

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são demonstrados com seus efeitos no resultado, conforme segue:

Controladora		**Efeitos**	
		Efeitos no	
Ativo	**2020**	**resultado**	**2021**
Prejuízos fiscais/ Base Negativa CSLL (i)	2.625	(505)	2.120
Amortizações Mais Valia	6.419	4.454	10.873
Arrendamento IFRS 16	3.330	805	4.135
Provisão de contingência	907	176	1.083
PECLD	3.086	(845)	2.241
Diferenças temporárias do lucro real	(352)	817	465
Total tributos diferidos ativos	**16.015**	**4.902**	**20.917**
Total tributos diferidos, líquidos	**16.015**	**4.902**	**20.917**
Consolidado		**Efeitos**	
		Efeitos no	
Ativo	**2020**	**resultado**	**2021**
Prejuízos fiscais/ Base Negativa CSLL (i)	20.006	(2.192)	17.814
Arrendamento IFRS 16	6.231	4.456	10.687
Amortizações Mais Valia	6.419	5.581	12.000
Provisão de contingência	4.485	(291)	4.194
PECLD	9.002	(2.257)	6.745
Diferenças temporárias do lucro real	997	564	1.561
Total tributos diferidos ativos	**47.140**	**5.861**	**53.001**
Passivo			
Diferenças temporárias do lucro real	(154)	154	-
Total diferido passivo	**(154)**	**154**	**-**
Tributos diferidos, líquidos	**46.986**	**6.015**	**53.001**

(i) A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. Os seguintes montantes foram utilizados como base para contabilização dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL:

Descrição	**Saldos disponíveis(i)**	**Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos**
		31/12/2021
Prejuízo fiscal	70.373	46.631
Base de cálculo negativa de CSLL	98.147	68.397
Descrição	**Saldos disponíveis(i)**	**Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos**
		31/12/2020
Prejuízo fiscal	53.221	51.192
Base de cálculo negativa de CSLL	81.760	80.085

(i) Para o exercício de 2021, conforme Instrução CVM, concluímos que a Companhia apresenta histórico de rentabilidade, e conforme projeções a empresa sustenta os Ativos diferidos no encerramento do exercício de 2021. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo por ano de realização:

Faixa de Vencimento	**Total**	**%**
2022	8.101	15%
2023	7.765	15%
2024	8.850	17%
2025	8.469	16%
2026 em diante	19.816	37%
	53.001	100%

24. Receita líquida: A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receita bruta				
Cursos de graduação	952.173	816.683	1.685.622	1.317.504
Cursos de pós-graduação	10.961	10.980	46.753	48.700
Cursos técnicos e colégio	206	2.140	416	994
Outras receitas	1.583	801	3.484	3.337
	964.923	**830.604**	**1.736.275**	**1.370.535**
Deduções da receita bruta				
Descontos e devoluções	(567.715)	(460.977)	(935.822)	(587.980)
Tributos	(11.341)	(10.549)	(25.869)	(25.383)
Receita líquida	**385.867**	**359.078**	**774.584**	**757.172**

25. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020** (Reapresentado)	**2021**	**2020** (Reapresentado)
Salários e encargos sociais	(144.134)	(142.391)	(316.498)	(344.571)
Depreciação de imobilizado	(5.658)	(5.920)	(20.818)	(20.637)
Depreciação do direito de uso	(18.363)	(14.762)	(38.705)	(28.900)
Amortização do *softwares* e produção de conteúdo EAD	(5.092)	(2.672)	(6.151)	(25.583)
Amortização do intangível	-	-	(15.732)	(13.445)
Aluguel	(213)	(492)	(695)	(923)
Condomínio e IPTU	(2.800)	(2.825)	(5.932)	(5.738)
Energia elétrica, água e telefone	(3.190)	(3.129)	(7.500)	(6.431)
Utilidades, limpeza e segurança	(4.039)	(4.185)	(14.670)	(11.661)
Publicidade e propaganda	(13.280)	(11.549)	(20.841)	(19.816)
Serviços de terceiros	(60.276)	(59.781)	(80.986)	(85.227)
Manutenção e reparos	(2.963)	(1.421)	(5.823)	(6.557)
Materiais de consumo	(1.973)	(1.335)	(5.138)	(6.270)
Provisão/reversão para demandas judiciais	(324)	493	(1.291)	(2.165)
Custos com parceria	(5.525)	(2.925)	(10.684)	(4.932)
Custos pedagógicos	(639)	(346)	(1.226)	(2.999)
Despesas com provisão para perdas estimadas créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	(18.709)	(26.041)	(40.808)	(59.972)
Passagens e diárias	(338)	(370)	(434)	(552)
Custos processuais	(473)	(208)	(566)	(1.182)
Indenização judicial	(218)	(111)	(1.561)	(163)
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	-	(2.516)
Outras receitas (despesas), líquidas	4.914	(4.995)	8.905	2.715
	(283.293)	**(284.965)**	**(587.154)**	**(647.525)**
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(184.477)	(180.129)	(401.700)	(383.340)
Despesas gerais e administrativas	(101.725)	(105.609)	(192.653)	(270.373)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.909	773	7.199	6.188
	(283.293)	**(284.965)**	**(587.154)**	**(647.525)**

26. Resultado financeiro:

26.1 Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receitas sobre aplicações financeiras	3.279	980	8.411	1.684
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	288	357	509	2.838
Outras receitas	7	166	661	714
Total das receitas financeiras	**3.574**	**1.503**	**9.581**	**5.236**

26.2 Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020** (Reapresentado)	**2021**	**2020** (Reapresentado)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	(14.944)	(7.409)	(15.025)	(7.484)
Financiamentos estudantis, descontos concedidos e encargos financeiros sobre cartões de créditos	(12.627)	(13.257)	(32.215)	(30.279)
IOF	(8)	(47)	(16)	(88)
Juros bancários e multas	(5.299)	(1.998)	(8.023)	(2.979)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(609)	(858)	(1.045)	(2.436)
Encargos financeiros sobre debêntures	(44.737)	(28.830)	(44.737)	(28.830)
Amortização do custo de captação	(702)	(671)	(702)	(671)
Ajuste a valor presente	(469)	131	(1.640)	1.530
Juros sobre passivo de arrendamento	(12.113)	(11.057)	(43.350)	(32.544)
Outras despesas financeiras	(548)	(295)	(572)	(301)
Total despesas financeiras	**(92.056)**	**(64.291)**	**(147.325)**	**(104.082)**

27. Seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Importância segurada	
	2021	**2020**
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	660.404	557.979
Perda ou pagamento de aluguel	21.000	21.180
Impacto de veículo terrestre e demais aéreo e/ou espacial	450	770
Roubo de bens	683	893
Danos elétricos	3.000	3.470
Responsabilidade civil de Diretores e Administradores	-	2.850
Outros	14.960	9.222

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas - **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador
CRC 1PE016700/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 3891-9A43-275A-D542.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 3891-9A43-275A-D542.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3891-9A43-275A-D542 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3891-9A43-275A-D542

Hash do Documento

30F76891D0CB1A673DD9A11AE0B5F3EC3661273CC5ECB875605CCD1B741F186B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/04/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 23/04/2022 09:49 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

ACEF S.A.

CNPJ/ME nº 46.722.831/0001-78

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração: Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras da ACEF S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		**54.630**	**34.939**	**186.082**	**128.477**
Caixa e equivalentes de caixa	6	27.169	12.688	130.704	61.987
Contas a receber	7	21.793	19.773	47.258	47.347
Dividendos a receber	9	2.137	-	-	-
Tributos a recuperar		2.505	1.152	4.353	2.488
Outros créditos	8	1.026	1.326	3.767	16.655
Não circulante		**720.453**	**662.143**	**961.193**	**913.852**
Contas a receber	7	1.528	3.095	5.384	4.501
Adiantamentos para futuro investimento	16	43.109	91.987	-	-
Depósitos judiciais	17	2.685	1.976	5.546	4.748
Outros créditos	8	6.077	4.925	20.093	16.129
Tributos diferidos	23	24.981	18.885	39.353	34.152
Investimentos	9	552.561	470.353	42	42
Imobilizado, líquido	10	11.358	10.070	63.413	53.422
Direito de uso	13	77.760	60.209	237.939	195.774
Intangível, líquido	11	394	643	589.423	605.084
Total do ativo		**775.083**	**697.082**	**1.147.275**	**1.042.329**

Demonstrações dos resultados

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020 (Reapresentado Nota 1.3))	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Reapresentado Nota 1.3))
Receita líquida	24	230.961	234.648	483.788	502.474
Custo dos serviços prestados	25	(104.605)	(114.841)	(242.541)	(252.276)
Lucro bruto		126.356	119.807	241.247	250.198
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	25	(34.751)	(41.328)	(94.982)	(122.401)
Resultado de equivalência patrimonial	9	35.466	20.667	-	-
Outras receitas, líquidas	25	685	237	2.657	675
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		127.756	99.383	148.922	128.472
Receitas financeiras	26.1	1.415	2.113	13.450	3.945
Despesas financeiras	26.2	(46.466)	(47.362)	(73.379)	(75.739)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		82.705	54.134	88.993	56.678
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	23	(1.068)	(337)	(6.771)	(2.064)
Diferido	23	6.164	7.196	5.579	6.379
Lucro líquido do exercício		87.801	60.993	87.801	60.993
Média ponderada das ações no exercício	21	400.182	400.182		
Lucro básico e diluído por ações em reais	21	219,40	152,41		

Balanços patrimoniais

Passivo	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		**131.648**	**154.447**	**190.610**	**206.025**
Empréstimos e financiamentos		-	-	91	215
Debêntures	12	64.846	130.935	64.846	130.935
Fornecedores		6.355	5.928	11.851	12.012
Obrigações com partes relacionadas	16	-	-	419	325
Obrigações trabalhistas	14	9.100	7.652	22.999	20.048
Obrigações tributárias	15	2.865	2.926	22.964	17.494
Dividendos a pagar	18.d	21.950	-	21.950	-
Adiantamentos de clientes		3.932	3.185	7.653	6.532
Passivo de arrendamento	13	4.731	3.821	16.561	14.570
Obrigações por aquisição de participações societárias	18	17.864	-	20.533	2.562
Receita diferida	19	-	-	722	1.332
Outras contas a pagar		5	-	21	-
Não circulante		**530.145**	**495.196**	**843.375**	**788.865**
Empréstimos e financiamentos		-	-	11	102
Debêntures	12	324.797	385.040	324.797	385.040
Obrigações com partes relacionadas	16	427	4.349	-	-
Obrigações tributárias	15	-	-	112.143	121.195
Tributos diferidos	23	-	68	17.145	17.523
Provisão para demandas judiciais	17	9.361	7.851	21.724	19.739
Passivo de arrendamento	13	81.400	62.157	243.166	196.026
Obrigações por aquisição de participações societárias	18	18.692	35.031	18.692	37.588
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	93.750	700	93.750	700
Receita diferida	19	-	-	10.230	10.952
Outras contas a pagar		1.718	-	1.717	-
Patrimônio líquido		**113.290**	**47.439**	**113.290**	**47.439**
Capital social	20	30.200	30.200	30.200	30.200
Reservas de lucros	20	83.090	17.239	83.090	17.239
Total do passivo e patrimônio líquido		**775.083**	**697.082**	**1.147.275**	**1.042.329**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	87.801	60.993	87.801	60.993
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**87.801**	**60.993**	**87.801**	**60.993**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Das atividades operacionais	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**82.705**	**54.134**	**88.993**	**56.678**
Resultado de equivalência patrimonial	9	(35.466)	(20.667)	-	-
Depreciação e amortização	10 e 11	2.955	3.046	26.967	29.121
Amortização do direito de uso	13	5.836	4.925	19.944	17.069
Amortização do custo de captação	12	452	815	452	815
Encargos financeiros sobre financiamentos		-	1.340	32	2.932
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	18	1.525	1.505	1.632	1.648
Juros de debêntures	12	24.498	23.032	24.498	23.032
Juros sobre arrendamento mercantil	13	8.140	6.853	24.813	20.658
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	7	441	38	952	(763)
Provisão para demanda judicial	17	719	1.538	761	(4.637)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	6.496	12.314	19.917	39.264
Baixa de imobilizado e intangível	10 e 11	-	10	416	285
Receita diferida sobre venda de imóvel	19	-	-	(1.332)	(722)
Baixa por descontinuidade de arrendamento	13	(43)	(8)	(138)	16
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa		**98.258**	**88.875**	**207.907**	**185.396**
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber		(7.390)	(13.331)	(21.663)	(34.386)
Depósitos judiciais		(709)	585	(798)	1.500
Tributos a recuperar		(1.353)	(122)	(1.865)	(376)
Outros créditos		149	8.094	10.446	4.457
(Decréscimo) acréscimo em passivos					
Fornecedores		427	2.818	(161)	(36.075)
Obrigações trabalhistas		1.448	(2.176)	2.951	(8.288)
Obrigações tributárias		39	(549)	(6.451)	(6.153)
Adiantamentos de clientes		747	1.965	1.121	405
Outras contas a pagar		1.512	(41)	1.440	(18.982)
		93.128	**86.118**	**192.927**	**87.498**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.168)	(343)	(3.902)	(2.352)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**91.960**	**85.775**	**189.025**	**85.146**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate de aplicações financeiras restritas		-	-	-	915
Dividendos recebidos de controladas	9	-	7.000	-	-
Aumento de investimento em controladas	9	-	-	-	-
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	18	-	(3.780)	(2.557)	(6.269)
Aquisição Braz Cubas, líquido de caixa adquirido	5	-	(22.677)	-	(22.328)
Aquisição de imobilizado	10	(3.751)	(663)	(19.756)	(11.892)
Aquisição de intangível	11	(243)	(445)	(1.957)	(1.054)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(3.994)**	**(20.565)**	**(24.270)**	**(40.628)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos	20	-	(54.645)	-	(54.645)
Pagamento de principal e encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos		-	(31.340)	(247)	(62.928)
Captação de empréstimos e financiamentos		-	30.000	-	30.000
Captação de debêntures	12	-	233.700	-	233.700
Pagamento de principal e encargos financeiros de debêntures	12	(151.282)	(118.976)	(151.282)	(118.976)
Pagamento de principal e encargos sobre passivo de arrendamento	13	(11.331)	(8.385)	(37.653)	(26.886)
Partes relacionadas	16	89.128	(103.916)	93.144	8.916
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**(73.485)**	**(53.562)**	**(96.038)**	**9.181**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**14.481**	**11.648**	**68.717**	**53.699**
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		12.688	1.040	61.987	8.288
No fim do exercício		27.169	12.688	130.704	61.987
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**14.481**	**11.648**	**68.717**	**53.699**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**30.200**	**4.851**	**6.040**	**10.891**	**-**	**41.091**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	60.993	60.993
Destinação do resultado do exercício							
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	(15.248)	(15.248)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	20.d	-	-	-	-	(39.397)	(39.397)
Retenção de lucros	20.c	-	6.348	-	6.348	(6.348)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**30.200**	**11.199**	**6.040**	**17.239**	**-**	**47.439**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	87.801	87.801
Destinação do resultado do exercício							
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	(21.950)	(21.950)
Retenção de lucros	20.c	-	65.851	-	65.851	(65.851)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**30.200**	**77.050**	**6.040**	**83.090**	**-**	**113.290**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1.1. Contexto operacional: A ACEF S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, com sede na Avenida Dr. Armando Salles de Oliveira, 201 - Parque Universitário - Franca - SP. A Companhia e suas controladas diretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas, além do desenvolvimento de cursos em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados. **1.2. Ações e impactos causados pela pandemia COVID-19:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia se manteve alinhada às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e às políticas adotadas pelas autoridades governamentais para garantir, em primeiro lugar, a saúde e o bem-estar de todos os envolvidos com a Companhia: alunos, colaboradores, terceiros, seus familiares e a sociedade como um todo. No segmento de educação, as autoridades estaduais e municipais de saúde, em diversos estados e municípios, mantiveram a suspensão de aulas presenciais em escolas, faculdades e universidades, públicas e particulares, sendo autorizadas somente as aulas práticas de forma presencial, seguindo um rígido protocolo de segurança no combate a COVID-19. Com isso, no 3º trimestre de 2021 tivemos a retomada presencial das atividades práticas de diversos cursos, principalmente da área da saúde. O retorno de todas as atividades presenciais está em avaliação pelas autoridades governamentais, considerando o cenário atual de avanço da vacinação e controle da pandemia, e está prevista para o primeiro semestre de 2022. Vale destacar que mesmo no cenário de crise econômica provido pela pandemia, o caixa ou o capital circulante líquido da Companhia para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 não foi significativamente impactado. Visto que mesmo com o fechamento das unidades presenciais a Companhia manteve a prestação dos serviços educacionais a partir de suas plataformas virtuais, obtendo excelentes níveis de adesão e engajamento por parte dos alunos. Com isso, não houve interrupção na prestação dos serviços contratados pelos alunos até o presente momento. A Companhia, por sua vez, continuará atenta às novas orientações das autoridades de saúde, e também acompanhará os avanços no processo de vacinação, mantendo sempre os *stakeholders* atualizados sobre possíveis novos impactos da COVID-19 nos resultados da Companhia. **1.3. Reapresentação das cifras comparativas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram identificados ajustes referentes a valores relativos a gastos com publicidade e propaganda indevidamente alocados na rubrica de "Custo dos serviços prestados" e valores relativos a gastos com salários e encargos trabalhistas dos técnicos acadêmicos e atualizações monetárias na rubrica de "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações dos resultados do exercício da Controladora e Consolidado, para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

Demonstrações dos resultados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Controladora Original	Controladora Ajuste	Controladora Reapresentado	Consolidado Original	Consolidado Ajuste	Consolidado Reapresentado
Receita Líquida	234.648	-	234.648	502.474	-	502.474
Custo dos serviços prestados	(107.338)	(7.503)	(114.841)	(235.362)	(16.914)	(252.276)
Lucro Bruto	**127.310**	**(7.503)**	**119.807**	**267.112**	**(16.914)**	**250.198**
(Despesas) e receitas operacionais	(28.754)	8.330	(20.424)	(138.993)	17.267	(121.726)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	**98.556**	**827**	**99.383**	**128.119**	**353**	**128.472**
Resultado financeiro	(44.422)	(827)	(45.249)	(71.441)	(353)	(71.794)
Lucro antes do IR/CS	**54.134**	**-**	**54.134**	**56.678**	**-**	**56.678**
IR/CS	6.859	-	6.859	4.315	-	4.315
Lucro líquido do exercício	**60.993**	**-**	**60.993**	**60.993**	**-**	**60.993**

2. Políticas contábeis: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 30 de março de 2022. **2.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da ACEF S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	2021	2020
Participação Direta		
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	99,99%	99,99%
Veritas Educacional A Participações. S.A. ("Veritas")	99,98%	99,98%
Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. ("Braz Cubas")	99,99%	99,99%
Participação Indireta		
Cesuca Complexo de Ensino Superior de Cachoerinha Ltda. ("Cesuca")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional São Bento Ltda. ("São Bento")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. ("Santa Rita")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	99,99%	99,99%

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia utilizando práticas contábeis consistentes. Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladas, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido e não só no resultado do exercício. **2.2. Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, na demonstração do resultado. Os ativos de indenização devem ser reconhecidos e mensurados com base em premissas consistentes com aquelas utilizadas para mensurar o item objeto da indenização, estando sujeitos à avaliação da Administração quanto às perdas potenciais por valores incobráveis e estando também sujeitos a quaisquer limitações contratuais para o montante da indenização que decorre de passivo contingente não reconhecido na data da aquisição por não ter sido possível mensurar o seu valor justo com confiabilidade nessa data. Os ativos atrelados às garantias sobre os processos de ex-mantenedor estão sendo demonstrados conforme Nota 8, bem como a movimentação sobre os passivos de contingências relacionado a tais garantias estão sendo demonstrados conforme Nota 17. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. Todas as aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, consequentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição. **2.3. Classificação circulante e não circulante:** A Companhia e/ou suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia e/ou suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante. Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante. **2.4 Tributos:** Imposto de renda e contribuição social – correntes - O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13. Tributos diferidos - Tributo diferido são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Tributos sobre as vendas - As regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas, sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e a COFINS segue as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurado pela alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015, a Companhia e suas controladas passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente. Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados pela Companhia e suas controladas, quando se tornam parte de disposições contratuais de determinado instrumento. i. Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração - Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado. • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados. • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento - Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência, além do contas a receber de alunos (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii. Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. Mensuração subsequente - A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado - Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos, sujeitos a juros. Desreconhecimento - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extin

capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura - Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Ativos intangíveis com vida útil indefinida - Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Frente ao atual cenário econômico financeiro do país, a Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam gerar algum *impairment* em seus ativos não financeiros frente à COVID-19. Os impactos foram estruturados com base na melhor informação disponível até o momento. Vale colocar que após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2021. Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida - Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **2.13. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.15. Adiantamentos de clientes:** São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes. **2.16. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação. **2.17. Receita diferida:** Com a mudança do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil para a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi identificado um arrendamento em uma controlada indireta da CEUNSP, que nos termos da norma, não se qualificam como arrendamento mercantil e sim como um retroarrendamento do imóvel. A operação de *sale and leaseback*, resultou em um ganho auferido na transação, e à luz da norma, este ganho foi registrado no passivo da Companhia como uma receita diferida que está sendo amortizado ao longo do prazo do arrendamento. **2.18. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. O CPC 47/IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das atividades operacionais do Grupo: Prestação de serviços - As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou a distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados. Venda de produtos - A receita pela comercialização de produtos é reconhecida no cumprimento das obrigações ao transferir o produto ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ao longo do contrato, conforme o acordo comercial assumido. A Companhia e suas controladas utilizam a política de reconhecimento de receita na data em que o produto é entregue ao comprador, visto que os principais produtos são livros e apostilas. Receita de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **2.19. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento. **2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** Não há novas normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor em 2021 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios" - Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020 - Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" - Emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis - Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro - A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **3. Avaliação das informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, e entregues em formatos diferentes como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisões para demandas judiciais - A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final. Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais. Tributos - Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Imposto de renda e contribuição social diferidos - O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal. Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa - A Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida. A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma, e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato - A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. Determinação do prazo de arrendamento - Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la). **5. Combinação de negócios 5.1. Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda.:** Em setembro de 2019, a Companhia firmou um acordo de investimento com os acionistas da Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda., para a aquisição de participação societária equivalente a 100% (cem por cento) do capital social total da empresa investida, com assunção do controle a partir de 06 de fevereiro de 2020. A aquisição foi motivada, fundamentalmente, em razão do interesse da Companhia em expandir sua operação na região de atuação da adquirida. Em 22 de novembro de 2019, a aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por meio do ato de concentração nº 08700.005225/2019-95. O preço pago é composto da seguinte forma:

Descrição	Valor
Preço de aquisição	160.399
Ajuste de preço – capital de giro	(120.222)
Total da contraprestação	**40.177**

Alocação do valor justo - Em cumprimento aos dispositivos do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinações de Negócios, a Administração da Companhia concluiu por meio de laudo de PPA todas as mensurações nos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição, perfazendo as alocações abaixo apresentadas. Segue posição dos saldos reconhecidos na combinação de negócio em 06 de fevereiro de 2020:

Descrição	Posição em 31/01/2020	Alocação dos ativos identificáveis líquidos	Alocação final
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	349	-	349
Contas a receber	9.911	-	9.911
Depósitos judiciais	2.138	-	2.138
Tributos a recuperar	99	-	99
Outros ativos	789	-	789
Imobilizado, líquido	2.901	-	2.901
Direito de uso	1.115	-	1.115
Intangíveis	313	-	313
Marcas	-	25.432	25.432
Carteira de alunos	-	26.546	26.546
Cláusula de não concorrência	-	2.745	2.745
Polos EAD	-	15.054	15.054
	17.615	**69.777**	**87.392**
Passivo			
Empréstimos	(30.313)	-	(30.313)
Fornecedores	(42.391)	-	(42.391)
Obrigações trabalhistas	(7.623)	-	(7.623)
Obrigações Tributárias	(138.822)	-	(138.822)
Adiantamentos de clientes	(2.081)	-	(2.081)
Passivo de arrendamento	(1.221)	-	(1.221)
Tributos Diferidos	(17.738)	-	(17.738)
Provisão para demanda judiciais	(4.493)	(154)	(4.647)
Outros passivos	(18.883)	-	(18.883)
Total de ativos identificáveis líquidos	**(245.949)**	69.623	**(176.326)**
Ágio	**286.126**	(69.623)	**216.503**
Total da contraprestação	**40.177**	**-**	**40.177**

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis. Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis - Foram observados os critérios definidos no CPC 04 (R1)/IAS 38 - Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Ativo	R$	Método	Prazo esperado de amortização
Marcas	25.432	Método de "rendimentos excedentes"	25 anos
Carteira de alunos	26.545	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Cláusula de não concorrência	2.745	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Polo EAD	15.054	"With or Without Method"	8 anos e 11 meses

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio. Saída de caixa líquida na aquisição da Braz Cubas

	Fevereiro/2020
Preço de aquisição	160.399
Parcela retida (i)	(17.500)
Ajuste de Preço (ii)	(120.222)
Preço de aquisição pago em caixa	**22.677**
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(349)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	**22.328**

(i) Parcelas de R$7.500 e R$10.000 a serem ajustadas pela variação do CDI e que serão pagas até 20 de fevereiro de 2025 e 20 de fevereiro de 2026, respectivamente. (ii) Os ajustes de preço decorrentes de combinação de negócios incluem a assunção de dívidas bancárias e com terceiros como forma de pagamento no preço de aquisição. Impacto das aquisições nos resultados da Companhia - O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela Braz Cubas, a partir de fevereiro de 2020, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 06 de fevereiro de 2020. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde fevereiro de 2020 inclui o valor de receitas líquidas gerado por Braz Cubas de R$91.122, que também contribuiu com um lucro líquido de R$15.716 no mesmo período. Cláusulas de reembolso de contingências - Conforme detalhado na Nota 17 (d), a Companhia possui cláusula contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da Braz Cubas. **6. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	2	2	4	4
Banco conta-movimento	669	913	5.447	6.238
Equivalentes de caixa	26.498	11.773	125.253	55.745
Total	**27.169**	**12.688**	**130.704**	**61.987**

O grupo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos numerários mantidos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo que possuem prazo de realização inferior a 90 dias, sem risco de alteração de valor quando do resgate antecipado. Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações de renda fixa, estão concentradas em operações de CDB, substancialmente indexadas à variação de 99,5% a 101,5% do CDI (99,5% a 101% do CDI em 31 de dezembro de 2020), firmada com instituições financeiras nacionais de primeira linha. **7. Contas a receber**

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Mensalidades	(a)	36.407	39.293	81.510	90.763
Crédito universitário	(b)	2.148	3.384	13.760	16.850
Acordos em andamento	(c)	6.894	3.514	13.346	7.350
Outras contas a receber	(d)	4.915	4.343	9.810	8.308
Subtotal		**50.364**	**50.534**	**118.426**	**123.271**
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(e)	(26.515)	(27.579)	(64.684)	(71.275)
Ajuste a valor presente		(528)	(87)	(1.100)	(148)
Total		**23.321**	**22.868**	**52.642**	**51.848**
Circulante		21.793	19.773	47.258	47.347
Não circulante		1.528	3.095	5.384	4.501

(a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino. (b) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Companhia e suas controladas, tais como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e parcelamentos próprios. O FIES é um financiamento educacional operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como agentes financeiros. Os valores contratados pelos alunos são repassados em forma de Certificados Financeiros do Tesouro Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser utilizados para compensação de tributos federais ou convertidos em caixa. Para que o aluno contrate o FIES, é necessário que seja apresentado fiador ou que o aluno opte pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), um fundo administrado pela CEF com finalidade de garantir parte do risco em operações de crédito educativo. O parcelamento próprio é uma modalidade de cobrança que permite aos alunos pagar a dívida no dobro do tempo do curso. Os valores são atualizados conforme reajuste dos preços dos serviços e sem a incidência de juros. (c) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões, crédito e débito, ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento. (d) Parte substancial do saldo é representado pela rubrica de cartões a receber decorrente de mensalidades e valores recebidos em escritórios de cobrança terceirizados. (e) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Também são constituídas provisões para parcelamentos próprios e FIES, de acordo com a estimativa da futura inadimplência. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, à qual é recorrentemente provisionada. A administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. Em 2021, a Companhia alterou a política para baixa do contas a receber já provisionado há mais de 4 anos para 2 anos. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber e estão de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros. A movimentação da provisão para créditos para perdas estimadas com liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
(=) Saldos em 31/12/2019	**34.643**	**58.863**
(+/-) Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	12.314	39.264
(+) Combinação de negócios	-	16.002
(+/-) Baixa contra contas a receber (i)	(19.378)	(42.854)
(=) Saldos em 31/12/2020	**27.579**	**71.275**
(+/-) Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6.496	19.917
(+/-) Baixa contra contas a receber (i)	(7.560)	(26.508)
(=) Saldos em 31/12/2021	**26.515**	**64.684**

(i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 2 anos o título é baixado (até 2020, a faixa de vencimento era 4 anos), bem como a respectiva provisão para perdas. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.
A composição dos valores a receber por faixa de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	2021	%	2020	%	2021	%	2020	%
A vencer	**12.575**	**25%**	**10.235**	**21%**	**33.986**	**29%**	**29.807**	**25%**
Crédito universitário	2.148	4%	3.384	7%	13.760	12%	16.850	14%
Acordos em andamento	5.512	11%	2.508	5%	10.416	9%	4.649	4%
Outras contas a receber	4.915	10%	4.343	9%	9.810	8%	8.308	7%
Vencidos	**37.789**	**75%**	**40.299**	**79%**	**84.440**	**71%**	**93.464**	**75%**
Até 180 dias	16.256	32%	15.830	31%	33.596	28%	36.555	30%
Acima de 180 dias	21.533	43%	24.469	48%	50.844	43%	56.909	45%
Total	**50.364**	**100%**	**50.534**	**100%**	**118.426**	**100%**	**123.271**	**100%**

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de venda de imóvel (a)	-	-	-	13.020
Adiantamentos a funcionários	474	292	2.525	1.969
Adiantamentos a fornecedores	208	202	399	311
Ativo indenizatório sobre provisão de contingência de ex-mantenedor (b)	6.077	4.925	19.713	15.241
Outros	344	832	1.223	2.243
Total	**7.103**	**6.251**	**23.860**	**32.784**
Circulante	1.026	1.326	3.767	16.655
Não circulante	6.077	4.925	20.093	16.129

(a) Refere-se a compromisso de compra e venda celebrado em 20 de março de 2017 pela controlada indireta Ceunsp com a Motriz Participações Ltda. Os valores a custo do imóvel e mais-valia foram baixados e reconhecidos de acordo com os critérios de reconhecimento inicial de que tratam o CPC 06 (IAS 17) Operações de arrendamento mercantil (Nota 18). Esse compromisso foi liquidado pela Motriz Participações Ltda. no dia 21 de dezembro de 2021. (b) Conforme o contrato de compra e venda da Santa Rita, Cesuca e Braz Cubas, existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsado os valores à Companhia e suas controladas, conforme apresentado na Nota 17 (d).

9. Investimentos

a) Movimentação dos investimentos

	CEUNSP	Veritas	Braz Cubas	Acervo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	110.651	305.816	-	42	416.509
Equivalência patrimonial	13.655	9.591	15.716	-	38.962
Amortização de Mais-valia (i)	(3.400)	(6.962)	(7.933)	-	(18.295)
Equivalência patrimonial total	10.255	2.629	7.783	-	20.667
Distribuição de lucros	(7.000)	-	-	-	(7.000)
Combinação de negócios	-	-	40.177	-	40.177
Saldo em 31 de dezembro de 2020	113.906	308.445	47.960	42	470.353
Equivalência patrimonial	**17.839**	**16.177**	**17.617**	**-**	**51.633**
Amortização de Mais-valia (i)	**(551)**	**(6.962)**	**(8.654)**	**-**	**(16.167)**
Equivalência patrimonial total	**17.288**	**9.215**	**8.963**	**-**	**35.466**
Aumento de capital	**-**	**-**	**48.878**	**-**	**48.878**
Distribuição de lucros	**-**	**(2.136)**	**-**	**-**	**(2.136)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**131.194**	**315.524**	**105.801**	**42**	**552.561**
Saldo patrimonial das controladas	59.568	69.341	(163.737)		
Ágio	63.219	102.609	216.503		
Mais-valia	8.407	143.574	53.035		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**131.194**	**315.524**	**105.801**		

(i) Efeito das amortizaç**ões** dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios e reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia. (ii) Aumento do capital social na Braz Cubas em R$ 48.878 com emissão de 48.878.000 quotas emitidas mediante aproveitamento de adiantamento para futuro aumento de capital.
Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

	2021		
	CEUNSP	Veritas	Braz Cubas
% de participação	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**
Ativo circulante	53.530	59.671	22.530
Ativo não circulante	101.414	62.375	85.509
Total do ativo	**154.944**	**122.046**	**108.039**
Passivo circulante	13.060	25.258	24.925
Passivo não circulante	82.316	27.447	246.851
Patrimônio líquido	59.568	69.341	(163.737)
Total do passivo e patrimônio líquido	**154.944**	**122.046**	**108.039**
Receita líquida	70.795	92.984	89.047
Custo dos serviços prestados	(40.534)	(50.677)	(46.725)
Despesas operacionais, líquidas	(8.196)	(20.320)	(13.576)
Despesas financeiras, líquidas	(1.918)	(2.864)	(10.096)
Imposto de renda e contribuição social	(2.308)	(2.946)	(1.033)
Lucro líquido do exercício	**17.839**	**16.177**	**17.617**

	2020		
	CEUNSP	Veritas	Braz Cubas
			(Reapresentado)
% de participação	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**
Ativo

Os ativos classificados como *Software* correspondem à aquisição e custos de implementação de *softwares* operacionais da Companhia e suas controladas, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de *software* sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de software com vigência de 12 meses. Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente. As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios. O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente é submetido também anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*). Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações - Em 31 de outubro de 2021 a Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou indicadores de impairment. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis. A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (Business Unit) a gestão acadêmica, comercial e administrativa das unidades, cada entidade existente, conforme disposto no item 6, do CPC 01 (R1)/IAS 36 Redução ao valor recuperável de ativos, conforme demonstrado abaixo:

Entidades	UGC's em 31/12/2021	UGC's em 31/12/2020
CEUNSP	Ceunsp	Ceunsp
Veritas	Sul	Sul
Sociedade Educacional Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados - As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto nominal, números de alunos, ganho de margem anual pelo período de cinco anos e crescimento do EBITDA projetado, conforme abaixo:

Ágio na aquisição de participações	Taxa média de desconto (nominal)	Valor residual do ágio em 31/12/2021	Taxa média de desconto (nominal)	Valor residual do ágio em 31/12/2020
CEUNSP	13,50%	63.219	12,30%	63.219
Veritas	13,50%	102.609	12,30%	102.609
Braz Cubas	13,50%	216.503	12,30%	216.503

Taxa de desconto - A taxa de desconto das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGC's e na média ponderada do custo de capital da Companhia, a qual corresponde à taxa nominal. Números de alunos - Foi projetado um crescimento no número de alunos considerando uma taxa de crescimento de até 2,0% a.a. (3,8% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Taxa de crescimento - Foi utilizado um período de cinco anos nas projeções dos fluxos de caixa das UGC's com taxa de perpetuidade de 5,0% a.a. (4,0% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superior a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente. Crescimento do *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA) projetado - O EBITDA projetado e apresentado em bases de crescimento composto anual dos planos de negócio utilizados para fins de avaliação do valor recuperável foi baseado na experiência da Administração e ajustado pelos seguintes fatores: • Crescimento de receita através de novas turmas, reposicionamento de preço e captação de alunos advindo de novas praças. • Ganhos de margem operacional, como participação da receita, através da inserção das melhores práticas de gestão, ganhos de escala através de renegociação com fornecedores, contínua maturação dos cursos nos campi adquiridos e desenvolvimentos de novos produtos e serviços com margens mais elevadas. Análise de sensibilidade das premissas - A Administração identificou como principal premissa o crescimento no número de alunos, e considerando o cenário que a taxa de crescimento dos alunos ocorra uma redução de 10% do estimado, não foi identificado nenhuma necessidade de ajuste ao valor recuperável. A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de até 7,9% (7,5% em 31 de dezembro de 2020) e ganhos de margem anuais de 0,8% (0,8% em 31 de dezembro de 2020). Os ganhos de margem são satisfatoriamente condizentes com as premissas de crescimento do EBITDA projetado, uma vez que as UGC's quando adquiridas não apresentam gestão administrativa centralizada, como também possibilita a diluição de custos através de ganhos de escala pelo crescimento de receita e introdução das melhores práticas de custo da Companhia. Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas (Censo do Ensino Superior). **12. Debêntures: (i) Composição**

Emissão	Encargos financeiros	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
2ª	Taxa CDI + 1,60 a.a.	234.890	278.504	234.890	278.504
3ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	154.753	154.355	154.753	154.355
4ª	Taxa CDI + 3,85 a.a.	-	83.116	-	83.116
		389.643	**515.975**	**389.643**	**515.975**
	Circulante	64.846	130.935	64.846	130.935
	Não circulante	324.797	385.040	324.797	385.040

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as seguintes características:

Emissão	Série	Data da emissão	Vencimento	Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal e juros	Garantias
2ª	Única	24/09/2018	24/03/2025	3.000	100	300.000	Semestral (Mar. e Set.)	(b)
3ª	Única	15/01/2020	23/12/2026	155.000	1	155.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(c)
4ª	Única	29/04/2020	29/04/2021	80.000	1	80.000	No vencimento	(d)

(a) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Santa Rita e CESUCA decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) eventual fração, se houver necessidade de complemento do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Cruzeiro do Sul Educacional, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (iii) alienação fiduciária das ações da Santa Rita e Veritas; (iv) alienação fiduciária das quotas da Santa Tereza, São Bento e CESUCA; e (v) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. (b) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) alienação fiduciária das quotas da Braz Cubas; (ii) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Braz Cubas decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; e (iii) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. (c) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. **(ii) Cláusulas restritivas ("Covenants") -** As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional. O resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA, com exceção da 3ª emissão da ACEF, que é utilizado o EBITDA Ajustado: • Para a 2ª emissão o resultado deverá ser igual ou inferior a 3,0x. • Para a 3ª e 4ª emissão da ACEF o resultado deverá ser igual ou inferior a 4,5x até 2020; deverá ser igual ou inferior 4,0x em 2021; e deverá ser igual ou inferior 3,0x após de 2021, descontados de todos os impactos do IFRS-16. Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia obteve a renúncia (waiver) dos credores a esse direito advindo do não atingimento desses índices e, consequentemente, em 30 de junho de 2020, procedeu a reclassificação da dívida entre curto e longo prazo. Em 01 de dezembro de 2020 os debenturistas e agente fiduciário concederam anuência prévia para a não observância dos índices financeiros *(waiver)* para a 2ª emissão da Companhia, excepcionalmente com relação ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, para a 3ª e 4ª emissões da Companhia, foram aprovadas as alterações da metodologia de cálculo dos índices financeiros onde serão desconsiderados os efeitos do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16), referente aos arrendamentos operacionais. Considerando o ajuste na metodologia, a Companhia atingiu os índices requeridos. **(iii) Movimentação**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldo inicial	515.975	377.404	515.975	377.404
Novas captações	-	235.000	-	235.000
Custo de novas captações	-	(1.300)	-	(1.300)
Pagamento de juros	(24.602)	(22.496)	(24.602)	(22.496)
Pagamento de principal (i)	(126.680)	(96.480)	(126.680)	(96.480)
Apropriação dos juros	24.498	23.032	24.498	23.032
Amortização do custo	452	815	452	815
Saldo final	**389.643**	**515.975**	**389.643**	**515.975**

(i) Em 12 de março de 2021 foi liquidado de forma antecipada a 4ª emissão de debêntures no valor nominal de R$80.000, emitida em 29 de abril de 2020 junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., com vencimento original em 29 de abril de 2021. O pagamento do valor principal, bem como os juros totalizaram R$84.166. A parcela não circulante, em 31 de dezembro de 2021 apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2023	**73.805**
2024	**73.804**
2025	**117.126**
2026	**60.062**
	324.797

13. Arrendamentos: O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo, determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes aos contratos de arrendamento. Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos Contratuais	Taxa
3 anos	9,64%
6 anos	10,57%
7 anos	9,96%
Mais de 8 anos	Entre 8,65% e 13,00%

(i) Movimentação do direito de uso

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**60.526**	**131.217**
Adição por combinação de negócios - Braz Cubas	-	1.115
Adição de novos contratos (a)	443	70.789
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos (v)	(108)	(1.099)
Remensuração decorrente do ajuste por inflação corrente	4.273	10.821
Depreciação no exercício	(4.925)	(17.069)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**60.209**	**195.774**
Direito de uso	69.582	225.440
(-) Depreciação acumulada	(9.373)	(29.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**60.209**	**195.774**

(a) Em 2020, os novos contratos de arrendamento estão relacionados substancialmente com a empresa adquirida Braz Cubas.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**60.209**	**195.774**
Adição de novos contratos	-	728
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	(169)	(74)
Remensuração decorrente do ajuste por inflação corrente	23.556	61.455
Amortização no exercício	(5.836)	(19.944)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**77.760**	**237.939**
Direito de uso	93.029	287.609
(-) Depreciação acumulada	(15.269)	(49.670)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**77.760**	**237.939**

(ii) Movimentação do passivo de arrendamento

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**62.910**	**135.130**
Adição por combinação de negócios - Braz Cubas	-	1.167
Adição de novos contratos (a)	443	70.789
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	(116)	(1.083)
Remensuração decorrente do ajuste por inflação corrente	4.273	10.821
Contraprestação paga	(8.385)	(26.886)
Apropriação de encargos financeiros	6.853	20.658
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**65.978**	**210.596**
Circulante	3.821	14.570
Não circulante	62.157	196.026
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**65.978**	**210.596**

(a) Em 2020, os novos contratos de arrendamento estão relacionados substancialmente com a empresa adquirida Braz Cubas.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**65.978**	**210.596**
Adição de novos contratos	-	728
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	(212)	(212)
Remensuração decorrente do ajuste por inflação corrente	23.556	61.455
Contraprestação paga	(11.331)	(37.653)
Apropriação de encargos financeiros	8.140	24.813
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**86.131**	**259.727**
Circulante	4.731	16.561
Não circulante	81.400	243.166
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**86.131**	**259.727**

As parcelas fixas dos contratos de aluguel, conforme apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente (considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, início do contrato ou quando de sua eventual modificação de escopo) como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento. Adicionalmente, a Companhia registrou segundo o regime de competência diretamente no resultado o montante de R$306 (R$211 em 31 de dezembro de 2020) relacionado aos contratos que não atende as premissas para a capitalização como direito de uso da norma.

(iii) Compromissos futuros - Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos "compromissos futuros" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a seguir:

	IFRS 16	(-) AVP	Consolidado 2021
Até um ano	19.507	(2.946)	16.561
Um ano até cinco anos	128.419	(64.303)	64.116
Cinco anos até dez anos	395.945	(308.764)	87.181
Dez anos até quinze anos	642.733	(576.406)	66.327
Acima de quinze anos	473.415	(447.873)	25.542
	1.660.019	**(1.400.292)**	**259.727**

(iv) Impactos nas demonstrações financeiras do exercício - A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício nas rubricas de "Custos" e "Despesas financeiras", respectivamente, as despesas de depreciação e juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tais impactos montam os valores de R$19.944 (R$17.069 em 31 de dezembro de 2020) e R$24.813 (R$20.658 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente. **(v) Baixa por descontinuidade dos arrendamentos -** Após a conclusão das combinações de negócios conforme descrito na Nota 5, a Administração da Companhia revisitou os contratos de arrendamento financeiro existentes em suas novas controladas e optou pela descontinuidade de 6 contratos que perfazem o montante apresentado. Vale colocar que a baixa dos respectivos contratos, líquidos dos direitos de uso, perfazem uma perda total no resultado de R$16, alocado no grupo de outras receitas, líquidas.

14. Obrigações trabalhistas

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Salários a pagar	2.986	2.119	5.938	4.443
Provisão para férias e encargos	4.346	3.795	12.860	11.563
FGTS a recolher	435	458	1.041	1.101
INSS a recolher	1.223	1.153	2.901	2.763
Outras obrigações	110	127	259	178
Total	**9.100**	**7.652**	**22.999**	**20.048**

15. Obrigações tributárias

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
IRRF a recolher	1.337	1.436	3.182	3.043
Impostos retidos	175	100	426	343
ISS a recolher	526	492	1.285	960
IRPJ e CSLL	72	233	3.964	1.061
PIS e COFINS a recolher	755	660	1.224	763
Parcelamentos (i)	-	5	125.026	132.519
Total	**2.865**	**2.926**	**135.107**	**138.689**
Circulante	2.865	2.926	22.964	17.494
Não circulante	-	-	112.143	121.195

(i) Os saldos mantidos em parcelamentos em 31 de dezembro de 2021 são representados principalmente pela adesão ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), pela controlada Braz Cubas em novembro de 2017. O Proies instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, tem como objetivo assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais. As mantenedoras que tiverem o requerimento de moratória e parcelamento deferidos poderão proceder ao pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor das prestações mensais mediante a utilização de certificados emitidos pelo Tesouro Nacional, na forma de títulos da dívida pública em contrapartida às bolsas Proies integrais concedidas em cursos de graduação presenciais com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

16. Partes relacionadas: Controladora

	2021 Ativo	2021 Passivo	2020 Ativo	2020 Passivo
Com controladoras				
Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (c)	**-**	**-**	-	700
Outras partes relacionadas				
Santa Tereza	**-**	**-**	-	3.923
Braz Cubas (c)	43.109	427	91.987	426
	43.109	**427**	**91.987**	**5.049**
Partes relacionadas	-	427	-	4.349
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.109	-	91.987	700
	43.109	**427**	**91.987**	**5.049**
Não circulante	43.109	427	91.987	5.049

Consolidado

	2021 Passivo	2021 Resultado	2020 Passivo	2020 Resultado
Com controladoras				
Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (c)	93.750	-	700	-
Outras partes relacionadas				
Motriz Participações Ltda. (a)(b)	419	(4.740)	325	(3.833)
	94.169	**(4.740)**	**1.025**	**(3.833)**
Partes relacionadas	419		325	
Adiantamento para futuro aumento de capital	93.750		700	
	94.169		**1.025**	
Circulante	419		325	
Não circulante	93.750		700	

(a) Refere-se ao montante total das parcelas mensais do imóvel relacionado ao Campus Ceunsp – Salto. O contrato de aluguel celebrado entre as partes possuem prazo de vigência de 18 anos, contendo cláusula de prorrogação automática, sendo que todos os contratos possuem reajuste anual pelo índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) tomando como base a data de sua assinatura. (b) A controlada CEUNSP celebrou um contrato de compromisso de compra e venda de um bem imóvel com a Motriz Participações Ltda., o valor do ganho de capital foi contabilizado como receitas diferidas conforme Nota 18. (c) Os adiantamentos para futuro aumento de capital correspondem a valores enviados pela Companhia às suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses. **17. Provisão para demandas judiciais:** Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais e administrativas são estabelecidas por valores atualizados, para questões cíveis, tributárias e trabalhistas em discussão nas esferas judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, sendo provisionados os casos em que a perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 as contingências provisionadas estão relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Processos cíveis (a)	895	1.282	1.555	2.065
Processos tributários (b)	-	-	3.220	3.111
Processos trabalhistas (c)	8.466	6.569	16.949	14.563
Total	**9.361**	**7.851**	**21.724**	**19.739**

A movimentação da provisão para as demandas judiciais está descrita abaixo:

	Controladora Cíveis	Controladora Trabalhistas	Controladora Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.203	6.217	7.420
Adições	1.188	690	1.878
Reversões	(462)	(705)	(1.167)
Pagamentos	(41)	-	(41)
Atualizações	54	773	827
Processos Ex-Mantenedores	(660)	(406)	(1.066)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.282	6.569	7.851
Adições	138	719	857
Reversões	(385)	(17)	(402)
Pagamentos	(161)	(50)	(211)
Atualização monetária	21	243	264
Processos Ex-Mantenedores	-	1.002	1.002
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**895**	**8.466**	**9.361**

	Consolidado Cíveis	Consolidado Tributários	Consolidado Trabalhistas	Consolidado Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.336	-	9.266	10.602
Combinação de negócios - Braz Cubas	244	3.176	1.227	4.647
Adições	1.241	-	1.218	2.459
Reversões	(1.248)	-	(6.811)	(8.059)
Pagamentos	(41)	-	(3)	(44)
Atualizações	58	-	905	963
Processos Ex-Mantenedores	475	(65)	8.761	9.171
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.065	3.111	14.563	19.739
Adições	242	-	1.016	1.258
Reversões	(430)	-	(381)	(811)
Pagamentos	(193)	-	(105)	(298)
Atualização monetária	23	-	291	314
Processos Ex-Mantenedores	(152)	109	1.565	1.522
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.555**	**3.220**	**16.949**	**21.724**

(a) Processos cíveis com perda provável - Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R$ 1.555 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 2.065 em 31 de dezembro de 2020). A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados, de natureza acadêmica e operacional. Dentre vários processos cíveis com risco de perda provável podemos destacar: Ação ajuizada por Serviços Educacionais LTDA - EPP parceiro para estabelecimento de polo de apoio presencial em Campinas buscando a Rescisão Contratual c/c Indenização por Perdas e Danos em 2016 contra a Companhia, pleiteando ressarcimento dos investimentos, indenização e lucros cessantes pela rescisão da parceria entre as Partes. O risco de perda provável o qual está integralmente provisionado considera o valor total de R$ 630 em 31 de dezembro de 2021 (R$908 em 31 de dezembro de 2020), para suportar perdas deste processo. (b) Processos tributários com perda provável - Os consultores jurídicos efetuaram o levantamento, avaliaram e dentre as várias ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R$3.220 em 31 de dezembro de 2021. A variação ocorrida entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, se deu em razão de três processos judiciais envolvendo a aquisição de uma das Controladas, podendo destacar a ação abaixo: Há 1 (uma) ação movidas pela União em que se discute o pagamento da multa de 40% do FGTS diretamente aos empregados, em acordos judiciais ou extrajudiciais, em desconformidade com a legislação que determina o seu depósito nas contas vinculadas da Caixa Econômica Federal, e ausência de recolhimento da Contribuição Rescisória de 10%, por ocasião da dispensa sem justa causa de 97 (noventa e sete) trabalhadores, sendo provisionado o valor de R$3.198. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição das Controladas pela Companhia, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários. (c) Processos trabalhistas com perda provável - Os principais processos trabalhistas são referentes a horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo interjornada e intrajornada, diferenças de salário por redução de carga horária de professores e indenizações por não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R$16.949 em 31 de dezembro de 2021 (R$14.463 em 31 de dezembro de 2020). (d) Contingências sobre processos de ex-mantenedor - Parte dos processos das Controladas referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade exclusivas dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas Controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, cujas eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas, bem como poderão ser compensadas, inclusive, com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes. Processos com perda possível - A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados conforme apresentado abaixo:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Processos cíveis (i)	3.235	3.235	4.386	4.590
Processos tributários (ii)	14.833	14.037	21.230	20.349
Processos trabalhistas (iii)	2.682	2.292	7.123	11.727
Total	**20.750**	**19.564**	**32.739**	**36.666**

(i) Processos cíveis com perda possível - Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2021, era de R$4.386 (R$4.590 em 31 de dezembro de 2020). Há 199 (cento e noventa e nove) ações envolvendo, principalmente, obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e morais decorrentes de alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, totalizando risco de perda possível de R$4.175 em 31 de dezembro de 2021. (ii) Processos tributários com perda possível - Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R$21.230 em 31 de dezembro de 2021 (R$20.349 em 31 de dezembro de 2020). Dentre os principais processos podemos destacar: Há 9 processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a ACEF discutindo principalmente verbas que integram base de cálculo para recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outros, somando risco possível avaliado em R$13.254 em 31 de dezembro de 2021 (R$12.543 em 31 de dezembro de 2020). A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Companhia por sua controladora atual, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários. Por fim, destacam-se 2 (dois) autos de infração instaurados pela Receita Federal do Brasil contra a Braz Cubas, nas quais discutem-se supostas infrações às normas do ProUni, sendo apresentado impugnação que foi julgada parcialmente procedente, para reconhecer a decadência da contribuição do período de 01/2008 a 11/2008, com a consequente redução do valor exigido no Auto de Infração, atualmente aguardando julgamento de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R$6.397. Considerando que se referem a assuntos anteriores à aquisição da Controlada pela Companhia, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários. (iii) Processos trabalhistas com perda possível - Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R$7.123 em 31 de dezembro de 2021 (R$11.727 em 31 de dezembro de 2020). Depósitos judiciais

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Processos cíveis	922	128	982	171
Processos tributários	-	604	475	1.077
Processos trabalhistas	1.763	1.244	4.089	3.500
Total	**2.685**	**1.976**	**5.546**	**4.748**

18. Obrigações por aquisições de participações societárias

	Diretas (a)	Indiretas (b)	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2019	**19.806**	**7.465**	**27.271**
(+) Aquisição	17.500	-	17.500
(+) Juros apropriados	1.505	143	1.648
(-) Pagamentos de principal	(2.500)	(2.000)	(4.500)
(-) Pagamentos de juros	(1.280)	(489)	(1.769)
(=) Saldo em 31/12/2020	**35.031**	**5.119**	**40.150**
(+) Juros apropriados	1.525	107	1.632
(-) Pagamentos de principal	-	(2.000)	(2.000)
(-) Pagamentos de juros	-	(557)	(557)
(=) Saldo em 31/12/2021	**36.556**	**2.669**	**39.225**
Circulante	17.864	2.669	20.533
Não circulante	18.692	-	18.692

Em 31 de dezembro de 2021, referem-se: (a) ao principal da parcela retida das obrigações por aquisições das controladas CEUNSP R$2.500 (R$2.500 em 31 de dezembro de 2020), Veritas R$15.000 (R$15.000 em 31 de dezembro de 2020), Braz Cubas R$17.500 e respectivos juros reajustados pelo CDI, pela Companhia e (b) passivos assumidos acrescidos de juros reajustados pelo CDI pela aquisição da Santa Rita através da combinação de negócios com acionistas anteriores a aquisição de sua controladora Veritas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a parcela não circulante apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2025	4.358
2026	14.334
Total	**18.692**

19. Receita diferida

	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2019	12.396
(-) Apropriação	(722)
(+) Juros incorridos a receber	610
(=) Saldo em 31/12/2020	12.284
(-) Apropriação	(1.332)
(=) Saldo em 31/12/2021	**10.952**
Circulante	722
Não circulante	10.230

Propriedade de arrendamento mercantil - Em 20 de março de 2017, a controlada indireta Ceunsp, realizou transação de *"sale and leaseback"* do imóvel onde está situado o seu campus, a operação consistiu na venda e aluguel do referido imóvel simultaneamente perante sua parte relacionada Motriz Participações Ltda., essa operação foi classificada como arrendamento, conforme o conceito de que trata o CPC 06/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil. O valor da venda do imóvel foi de R$25.500 com recebimento de acordo com o fluxo de pagamento estipulado em contrato. O ganho líquido dos custos de venda foi de R$14.442 e está registrado como receita diferida no passivo circulante e não circulante amortizável pelo prazo de 20 anos, conforme prazo do contrato de aluguel. **20. Patrimônio líquido:** a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social da Companhia era de R$30.200 composto por 400.182 ações ordinárias, em ambos exercícios, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2021 Ações	31/12/2021 % Part.	31/12/2020 Ações	31/12/2020 % Part.
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.	400.181	100,00%	400.181	100,00%
Acionistas Pessoa Física	1	0,00%	1	0,00%
	400.182	**100,00%**	400.182	100,00%

b) Reserva legal - A reserva legal tem o objetivo de assegurar a integridade do capital social e somente pode ser usada para compensar perdas ou aumentar o capital social. É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem registrado na rubrica de reserva legal o valor de R$6.040 (R$6.040 em 31 de dezembro de 2020). c) Reserva de retenção de lucros - A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia Geral deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2021, do resultado do exercício, foi destinado o valor de R$65.851 à reserva de retenção de lucros. As destinações do excesso no montante R$52.890 e do resultado do exercício serão deliberados na Assembleia Geral da Companhia. d) Dividendos - Conforme o estatuto social da Companhia é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou o montante de R$21.950 a título de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos foram apurados conforme abaixo:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	87.801	60.993

		Consolidado 2021					
Passivos financeiros	**Nota**	**Menos de 1 ano**	**Entre 2 e 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**	**Efeito do desconto**	**Valor contábil**
Adiantamento de clientes		7.653	-	-	7.653	-	7.653
Dividendos a pagar	20.d	21.950	-	-	21.950	-	21.950
Empréstimos e financiamentos		113	18	-	131	(29)	102
Debêntures	12	63.553	173.185	230.812	467.550	(77.907)	389.643
Fornecedores		11.851	-	-	11.851	-	11.851
Obrigações tributárias	15	24.000	28.210	109.006	161.216	(26.109)	135.107
Obrigações por aquisição de participação societária	18	21.441	-	22.979	44.420	(5.195)	39.225
Passivos de arrendamento	13	19.507	37.901	1.602.612	1.660.020	(1.400.293)	259.727
		170.068	**239.314**	**1.965.409**	**2.374.791**	**(1.509.533)**	**865.258**

		Consolidado 2020					
Passivos financeiros	**Nota**	**Menos de 1 ano**	**Entre 2 e 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**	**Efeito do desconto**	**Valor contábil**
Adiantamento de clientes		6.532	-	-	6.532	-	6.532
Empréstimos e financiamentos		267	162	-	429	(112)	317
Debêntures	12	134.069	149.514	311.192	594.775	(78.800)	515.975
Fornecedores		12.012	-	-	12.012	-	12.012
Obrigações tributárias	15	17.999	26.328	111.816	156.143	(17.454)	138.689
Obrigações por aquisição de participação societária	18	2.633	21.267	21.096	44.996	(4.846)	40.150
Passivos de arrendamento	13	15.268	34.377	2.883.827	2.933.472	(2.722.876)	210.596
		188.780	**231.648**	**3.327.931**	**3.748.359**	**(2.824.088)**	**924.271**

Gestão do capital - O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures, obrigações por arrendamento e passivo de arrendamento (circulante e não circulante), menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Empréstimos e financiamentos	102	317
Debêntures (nota 12)	389.643	515.975
Passivo de arrendamento (nota 13)	259.727	210.596
(=) Total dívida bruta	**649.472**	726.888
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(130.704)	(61.987)
(=) Total dívida líquida	**518.768**	664.901
Patrimônio líquido (nota 20)	113.290	47.439
Dívida líquida e patrimônio líquido	**632.058**	712.340
% Dívida líquida sobre o patrimônio líquido	**457,9%**	1401,6%

22.2. Valor justo: A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros consolidados:

	Valor contábil		Valor justo	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	130.704	61.987	130.704	61.987
Contas a receber	52.642	51.848	52.642	51.848
Outros créditos	23.860	32.784	23.860	32.784
Total	**207.206**	**146.619**	**207.206**	**146.619**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	102	317	103	317
Debêntures	389.643	515.975	391.881	517.383
Fornecedores	11.851	12.012	11.851	12.012
Obrigações por aquisição de participação societária	39.225	40.150	39.225	40.150
Passivos de arrendamento	259.727	210.596	244.143	201.113
Total	**700.548**	**779.050**	**687.203**	**770.975**

22.3. Estimativa do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. **23. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está reapresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	82.705	54.134	88.993	56.678
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	**(28.120)**	**(18.406)**	**(30.258)**	**(19.271)**
Principais Adições e Exclusões:				
Despesas não dedutíveis	(28)	356	(5.432)	(547)
Exclusões líquidas sem a constituição de diferido (i)	4.581	5.494	676	1.095
Equivalência patrimonial	12.058	7.027	-	-
Adicional e PAT	203	226	405	400
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	-	-	1.593	3.470
Isenção PROUNI (ii)	16.402	12.162	31.824	19.168
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**5.096**	**6.859**	**(1.192)**	**4.315**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.068)	(337)	(6.771)	(2.064)
IR e CS diferidos no resultado do exercício	6.164	7.196	5.579	6.379
Alíquota efetiva	**6,16%**	**12,67%**	**(1,34%)**	**7,61%**

(ii) Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecido e outras despesas não dedutíveis. (iii) As principais exclusões são oriundas de estornos das provisões adicionadas anteriormente e outras diferenças temporárias. (iv) Isenção do IRPJ e da CSLL referente ao PROUNI, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) sobre as atividades beneficiadas.

a) Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	**2021**	**2020**
Ativo		
Arrendamento IFRS 16	2.519	1.693
Amortizações Mais-Valia	19.733	14.811
Provisão de contingência	1.318	995
PCLD	1.077	1.599
Diferenças temporárias do lucro real	334	(213)
Total diferido ativo	**24.981**	**18.885**
Passivo		
Diferenças Temporárias do Lucro Real	-	(68)
Total diferido passivo	**-**	**(68)**
Tributos diferidos, líquidos	**24.981**	**18.817**

Consolidado	**2021**	**2020**
Ativo		
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	5.752	8.532
Arrendamento IFRS 16	5.169	3.722
Amortizações Mais-Valia	20.646	15.531
Provisão de contingência	1.586	1.370
PCLD	1.945	2.822
Diferenças temporárias do lucro real	4.255	2.175
Total diferido ativo	**39.353**	**34.152**
Passivo		
Diferenças Temporárias do Lucro Real	-	(68)
Reserva de reavaliação	(17.145)	(17.455)
Total diferido passivo	**(17.145)**	**(17.523)**
Tributos diferidos, líquidos	**22.208**	**16.629**

b) Os saldos e a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são demonstrados com seus efeitos no resultado, conforme segue:

Controladora	**2020**	**Efeitos no resultado**	**2021**
Ativo			
Amortizações Mais-Valia	14.811	4.922	19.733
Arrendamento IFRS 16	1.693	826	2.519
Provisão de contingência	995	323	1.318
PECLD	1.599	(522)	1.077
Diferenças temporárias do lucro real	(213)	547	334
Total tributos diferidos ativos	**18.885**	**6.096**	**24.981**
Passivo			
Diferenças Temporárias do Lucro Real	(68)	68	-
Total tributos diferidos, líquidos	(68)	68	-
Total tributos diferidos, líquidos	**18.817**	**6.164**	**24.981**

Consolidado	**2020**	**Efeitos no resultado**	**2021**
Ativo			
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	8.532	(2.780)	5.752
Arrendamento IFRS 16	3.722	1.447	5.169
Amortizações Mais-Valia	15.531	5.115	20.646
Provisão de contingência	1.370	216	1.586
PECLD	2.822	(877)	1.945
Diferenças temporárias do lucro real	2.175	2.080	4.255
Total tributos diferidos ativos (i)	**34.152**	**5.201**	**39.353**
Passivo			
Diferenças temporárias do lucro real	(68)	68	-
Reserva de reavaliação (ii)	(17.455)	310	(17.145)
Total diferido passivo	**(17.523)**	**378**	**(17.145)**
Tributos diferidos, líquidos	**16.629**	**5.579**	**22.208**

(i) Os maiores valores de diferidos, são oriundos de amortização de mais-valia das empresas adquiridas ainda não incorporadas e amortização fiscal do ágio sobre incorporação reversa da empresa Santa Rita adquirida em março de 2018.
(ii) Valor referente a reserva de reavaliação oriunda da adquirida Braz Cubas em fevereiro de 2020.

Descrição	**Saldos disponíveis(i)**	**Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos 2021**
Prejuízo fiscal	123.002	-
Base de cálculo negativa de CSLL	132.549	-

Descrição	**Saldos disponíveis(i)**	**Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos 2020**
Prejuízo fiscal	132.008	-
Base de cálculo negativa de CSLL	133.025	-

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo por ano de realização:

Faixa de Vencimento	**Total**	**%**
2022	4.610	12%
2023	5.975	15%
2024	3.664	9%
2025	3.493	9%
2026 em diante	21.611	55%
	39.353	100%

24. Receita líquida: A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receita bruta				
Cursos de graduação	513.378	460.788	1.102.405	946.411
Cursos de pós-graduação	6.979	7.416	11.428	18.226
Cursos técnicos e colégio	5.536	7.847	25.325	25.680
Outras receitas	1.220	1.136	2.009	1.954
	527.113	**477.187**	**1.141.167**	**992.271**
Deduções da receita bruta				
Descontos e devoluções	(289.285)	(235.799)	(640.506)	(472.723)
Tributos	(6.867)	(6.740)	(16.873)	(17.074)
Receita líquida	**230.961**	**234.648**	**483.788**	**502.474**

25. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020** (Reapresentado)	**2021**	**2020** (Reapresentado)
Salários e encargos sociais	(71.379)	(79.416)	(173.077)	(194.352)
Depreciação de imobilizado	(2.463)	(2.792)	(9.709)	(10.402)
Depreciação do direito de uso	(5.836)	(4.925)	(19.944)	(17.069)
Amortização do *softwares* e produção de conteúdo EAD	(492)	(254)	(1.230)	(562)
Amortização do intangível	-	-	(16.028)	(18.157)
Aluguel	(59)	(49)	(262)	(455)
Condomínio e IPTU	(443)	(489)	(1.243)	(1.420)
Energia elétrica, água e telefone	(1.150)	(1.399)	(3.706)	(3.767)
Utilidades, limpeza e segurança	(791)	(1.245)	(10.380)	(10.205)
Publicidade e propaganda	(11.478)	(9.471)	(16.617)	(15.064)
Serviços de terceiros	(29.240)	(32.667)	(47.156)	(50.181)
Manutenção e reparos	(588)	(598)	(2.131)	(2.065)
Materiais de consumo	(964)	(1.080)	(5.082)	(4.958)
Provisão/reversão para demandas judiciais	(455)	(711)	(447)	5.600
Custos com parceria	(4.967)	(4.653)	(5.380)	(4.775)
Custos pedagógicos	(465)	(323)	(1.324)	(807)
Despesas com provisão para perdas estimadas créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	(6.496)	(12.314)	(19.917)	(39.264)
Passagens e diárias	(13)	(56)	(194)	(329)
Custos processuais	(167)	(906)	(214)	(1.310)
Indenização judicial	(582)	(1.179)	(1.089)	(998)
Baixa de imobilizado e intangível	-	(10)	(416)	(285)
Outras receitas (despesas), líquidas	(643)	(1.395)	680	(3.177)
	(138.671)	**(155.932)**	**(334.866)**	**(374.002)**
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(104.605)	(114.841)	(242.541)	(252.276)
Despesas gerais e administrativas	(34.751)	(41.328)	(94.982)	(122.401)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	685	237	2.657	675
	(138.671)	**(155.932)**	**(334.866)**	**(374.002)**

26. Resultado financeiro: 26.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receitas sobre aplicações financeiras	1.301	1.944	4.685	2.404
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	94	167	360	567
Atualização monetária por venda de imóvel	-	-	8.334	893
Outras receitas	20	2	71	81
Total das receitas financeiras	**1.415**	**2.113**	**13.450**	**3.945**

26.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020** (Reapresentado)	**2021**	**2020** (Reapresentado)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	(1.525)	(1.505)	(1.632)	(1.648)
Financiamentos estudantis, descontos concedidos e encargos financeiros sobre cartões de créditos	(9.354)	(10.519)	(15.278)	(18.994)
IOF	(6)	(614)	(13)	(978)
Juros bancários e multas	(1.786)	(1.819)	(5.395)	(6.482)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	(1.340)	(32)	(2.932)
Encargos financeiros sobre debêntures	(24.498)	(23.032)	(24.498)	(23.032)
Amortização do custo de captação	(452)	(815)	(452)	(815)
Ajuste a valor presente	(441)	(38)	(952)	763
Juros sobre passivo de arrendamento	(8.140)	(6.853)	(24.813)	(20.658)
Outras despesas financeiras	(264)	(827)	(314)	(963)
Total despesas financeiras	**(46.466)**	**(47.362)**	**(73.379)**	**(75.739)**

27. Seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Importância segurada	
	2021	**2020**
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	145.000	121.000
Perda ou pagamento de aluguel	7.000	7.000
Impacto de veículo terrestre e demais aéreo e/ou espacial	150	150
Roubo de bens	228	228
Danos elétricos	1.000	1.000
Outros	4.745	4.062

DIRETORIA

Fabio Marcel Fossen – Diretor Presidente

Luís Felipe Silva Bresaola – Diretor

CONTADOR

Afonso Celso Florentino de Oliveira

CRC: 1MG-071304/O-7 "T" SP

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **ACEF S.A.**

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais da ACEF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da ACEF S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACEF S.A. e da ACEF S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador
CRC 1PE016700/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1488-7B0E-B0F7-4819.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1488-7B0E-B0F7-4819.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1488-7B0E-B0F7-4819 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1488-7B0E-B0F7-4819

Hash do Documento

3F7FF2EA808278490B4CACB55EC063A5E9962A88D042CF5851B1964179356045

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/04/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 23/04/2022 09:49 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00